

Memorando

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL – ESTADO DA PARAÍBA FUNDO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA - FIDA

Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri e Seridó (PROCASE)

EMPRÉSTIMO I-798-BR

MISSÃO DE SUPERVISÃO, DE 25 DE JULHO A 11 DE AGOSTO DE 2017

A. Introdução

1. Entre os dias 25 de julho e 11 de agosto de 2017 o FIDA efetuou a missão de Supervisão ao Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri e Seridó (PROCASE)¹. Durante a permanência na Paraíba, a missão se reuniu com o Governador do Estado, Ricardo Coutinho, o Secretário de Estado da Agricultura e da Pesca (SEDAP), Romulo Montenegro, responsável pela Unidade Gestora do Projeto, o Secretário de Estado de Planejamento (SEPLAG), Waldson Souza, o Secretário de Infraestrutura, Recursos Hídricos, Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia, João Azevedo, o Secretário da Superintendência de Administração do Meio Ambiente (SUDEMA), João Vicente Machado, o Procurador-Geral Adjunto da Procuradoria Geral do Estado (PGE), Paulo Márcio Soares Madruga, a Secretária de Estado da Mulher e da Diversidade Humana, Gilberta Soares, a Secretária Executiva da Segurança Alimentar e da Economia Solidária, Ana Paula Almeida, o Diretor da Diretoria de Recursos Minerais e Hidrogeologia (DRMH), Marcelo Falcão, além do Coordenador-Geral do antigo Projeto COOPERAR, cofinanciado pelo Banco Mundial, Roberto Vital e sua equipe.

2. A missão também se reuniu com representantes das entidades de ATER (Assessoria Técnica e Extensão Rural) que estão sendo contratadas para acompanhar os 90 Projetos Produtivos elaborados até agora: Instituto de Assessoria à Cidadania e ao Desenvolvimento Rural Sustentável (IDS), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Empresa Estadual de Assessoria Técnica e Extensão Rural (EMATER), e COOPTERA (Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos da Paraíba). Ao longo das duas semanas de trabalho, a missão foi acompanhada de perto pelo novo Coordenador-Geral do Projeto, Aristeu Chaves, bem como por toda a equipe da Unidade Gestora do Projeto (UGP) e os técnicos das Unidades Regionais do Projeto (URGPs). O FIDA agradece a disponibilidade, cooperação e engajamento do novo Coordenador e equipe, ao longo de toda a missão de supervisão.

3. A missão iniciou os trabalhos com uma missão avançada de diagnóstico no campo entre os dias 26 e 28 de julho. Com a chegada da equipe integral do FIDA no dia 31 de julho, a missão foi recebida pelo Secretário da SEDAP, pelo Secretário da SEPLAG, e pelo Coordenador-Geral. Nos dias 2 e 3 de agosto a

¹ A missão do FIDA foi composta por Leonardo Bichara Rocha, Oficial de Programas para o País; Emmanuel Bayle, Coordenador Técnico e Especialista em Desenvolvimento Produtivo, Danilo Pisani, Especialista em Gestão Financeira e em Apoio à Implementação, Lucianna Matte, Especialista em Aquisições, Rodrigo Dias, Especialista em Planejamento, Monitoramento e Avaliação, Pablo Sidersky, Especialista em Assessoria Técnica e Assentamentos, Conceição Dantas, Especialista em Focalização, Gênero, Raça e Juventude, e Pedro Meloni, Especialista em Planos de Negócios e Acesso a Mercados.

equipe do FIDA completa foi a campo. No total, foram feitas visitas de campo às seguintes comunidades e assentamentos com Projetos Produtivos em execução, além dos grupos que estão recebendo os investimentos do Plano Emergencial de enfrentamento aos efeitos da estiagem: missão de campo avançada foram realizadas visitas às comunidades e assentamentos como a Cooperativa de Produção Agropecuária do PA Oziel Pereira – COOPAP em Remígio, Associação Comunidade Negra Serra do Abreu em Nova Palmeira, Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos do Município de Juazeirinho – ACCOMJ em Juazeirinho, COOGARIMPO - Cooperativa de Garimpeiros de Nova Palmeira em Nova Palmeira, Associação dos Trab. Rurais do Proj. de Assentamento Santa Verônica em Damião e PE Unhas de Gato e Pedra Preta em Juazeirinho. Além da missão avançada, outros dois grupos de consultores do FIDA prosseguiram com outras visitas à campo em: Comunidade Angiquinho, COOPEAVES – Cooperativa de Avicultores de Galinha Caipira e Agricultura Familiar do Estado da Paraíba, CAPRIBOM – Cooperativa dos Produtores Rurais de Monteiro, Associação dos Trabalhadores Rurais do Assentamento Xique Xique, em Monteiro, COOPERTIGRE - Cooperativa de Produção de Bens e Serviços de São João do Tigre em São João do Tigre, Associação Comunitária das Mulheres Produtoras de Camalaú em Camalaú, Associação Comunitária dos Pequenos Agricultores Assentados do Sítio Juá em Taperoá, Associação Comunitária Quilombola Pitombeira em Várzea, Associação dos Quilombolas Rural de Areias de Verão em Livramento e Associação das Louceiras Negras do Quilombo do Talhado em Santa Luzia. Ao final das visitas a campo, no dia 4 de agosto, realizou-se uma reunião de nivelamento em João Pessoa com toda a equipe do Projeto, incluindo técnicos da UGP e URGP. Entre 4 e 10 de agosto, a missão fez reuniões temáticas com os coordenadores dos componentes da UGP, os funcionários das URGP, e os respectivos técnicos responsáveis pela sua implementação, bem como entidades e Secretarias parceiras, contando com o fundamental apoio e articulação do Secretário da SEPLAG. O Governador do Estado se reuniu com a missão no dia 8 de agosto para deliberar os arranjos de gestão na fase final de implementação do PROCASE. A assinatura do Memorando desta missão de Supervisão deu-se no dia 11 de agosto de 2017.

B. Avaliação geral da implementação do projeto, com produtos e resultados

4. Desde a missão de Revisão de Meio Termo, um dos avanços mais significativos e determinantes foi a chegada do novo Coordenador Geral, que está mostrando muito compromisso em relação ao Projeto e que tem acumulada uma ampla experiência de gestão. Essa mudança ainda recente está trazendo um ânimo geral dentro da equipe do Projeto e para os beneficiários e tem estabelecido os caminhos necessários com os outros órgãos e secretarias do Governo. A inserção institucional do PROCASE tem melhorado bastante nos últimos meses e veremos que isto é um ponto chave para os desafios com os quais o Projeto se encontra agora.

5. Os temas financeiros vieram a ter especial atenção no âmbito do Governo a fim de revalidar os compromissos fiduciários de disponibilidade do orçamento. Esses temas foram avançados por meio do aporte tempestivo de recursos de contrapartida, com a apresentação dos recursos financeiros de USD 500 mil, e do compromisso de aporte da contrapartida por meio do financiamento de 4 barragens no valor de R\$ 13.723.036,16 (USD 4,2 Milhões). Também contribuiu a ratificação pelo Secretário de Planejamento e Gestão do aporte dos USD 500 mil restantes, conforme compromisso apresentado pelo Governador na missão de RMT de dezembro de 2016. Além disso, foi apresentada para apreciação pelo FIDA de recursos de contrapartida de mais R\$ 4,7 milhões aplicados pelo Governo em ações do EMATER no público-alvo do projeto desde janeiro de 2016.

6. Uma ação de grande importância acordada durante a presente missão para que o PROCASE possa atingir suas metas foi a definição e disponibilização de uma equipe adicional de especialistas em gestão administrativa, financeira e técnica para implementação dos compromissos assumidos e para o Plano de Novas Ações do PROCASE apresentado pelo Governo da Paraíba.

7. O balanço geral da implementação permanece preocupante, no sentido de que o Projeto encerra suas atividades em menos de 17 meses. Este prazo é extremamente curto ao se considerar que somente 28% dos recursos do empréstimo foram desembolsados.

8. Desde a missão de RMT em dezembro 2016, os avanços com os 90 projetos produtivos (PP) assinados foram tímidos. 55% desses PP estão com recurso em conta, porém muito pouco foi efetivamente implementado em campo.

9. Ainda não foi iniciado o trabalho nas 40 comunidades do Edital 2016, nas quais serão atendidos grupos de mulheres, jovens e quilombolas. O orçamento destinado para estas comunidades irá dobrar, passando de 4 para 8 milhões, e foram incorporadas as atividades do Plano de Novas Ações do PROCASE.

10. O processo de contratação de 4 entidades de AT, para atender os 90 PP assinados, está em fase de conclusão. É um avanço muito grande ao se considerar que essa questão vem sendo debatida e preparada há mais de dois anos e sobretudo porque o atraso na implementação em campo se deve principalmente à ausência dessa assessoria.

11. O Projeto continua numa situação de atraso significativo e o desafio até sua conclusão é muito grande. Contudo, as providências tomadas pela nova coordenação e a proatividade que o Governo mostrou ao longo da missão são elementos concretos e positivos para enfrentar essa fase final da implementação de modo a alcançar as metas do Projeto.

C. Progresso na implementação do Projeto

C.1. Aspectos institucionais

12. O arranjo institucional do projeto prevê a Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca (SEDAP) na qualidade de Agência Executora. Este arranjo prevê ainda um Comitê Diretor do Projeto (CDP) e um Comitê Executivo de Gestão dos Investimentos Produtivos (CEGIP). Além dessas instâncias, o Projeto conta com uma Unidade de Gerenciamento de Projeto (UGP), composta por uma unidade central e quatro unidades regionais, que é responsável pela coordenação geral e execução do projeto.

13. Está previsto que o Comitê Diretor do Projeto (CDP) funcione principalmente como fórum de debates e reflexão estratégica do projeto. O Plenário do CDP é presidido pelo titular da SEDAP e composto por mais 28 membros. Inclui representantes de diversos órgãos governamentais (tais como as Secretarias de Planejamento e de Recursos Hídricos e Meio Ambiente), representantes de Ministérios do Gov. Federal, assim como diversos representantes da sociedade civil (tais como os representantes de seis Territórios que se encontram na área de intervenção do Projeto e representantes da FETAG, FETRAF, ASA, MST). A Missão foi informada que este Comitê está se reunindo uma vez por ano (embora o regimento fale em duas reuniões anuais): a última reunião foi realizada no dia 27.12.2016. O Comitê Executivo de Gestão dos Investimentos Produtivos (CEGIP) é o órgão responsável pela aprovação dos PP para investimentos produtivos, após revisão técnica da UGP. Este Comitê é também presidido pelo titular da SEDAP. Ele conta ainda com um representante da EMEPA, da EMATER, de várias Secretarias de Estado, do MAPA e do MDA (SEAD), do Banco do Brasil e do Banco do Nordeste. Está previsto que este Comitê se reúna regularmente (em princípio seria três vezes por ano). Em dezembro de 2016 este Comitê reuniu-se pela última vez para fazer a seleção de grupos de beneficiários e propostas de Planos Produtivos, referida ao edital lançado no início do ano 2016.

14. Parcerias. O PROCASE tem feito esforços importantes na busca de estabelecer parcerias, buscando somar aportes. Tem havido uma colaboração interessante com os Colegiados Territoriais e com Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) mais atuantes na região. Também houve, em 2016, uma colaboração interessante com o Orçamento Democrático (que é uma secretaria executiva, parte da Secretaria de Estado de Planejamento). Dentre os parceiros governamentais previstos originalmente no desenho do PROCASE, aquele que tem atualmente uma maior proximidade é a EMEPA (órgão estadual de pesquisa)². Outro parceiro do PROCASE, oriundo âmbito da pesquisa, é o INSA (Instituto Nacional do Semiárido)³.

15. As visitas a campo permitiram identificar que houve uma aproximação e apoio de algumas prefeituras (como, por exemplo, São João do Tigre, Nova Palmeira, Picuí e Remígio) para atender demandas das comunidades de diversos tipos, como a resolução de pendências administrativas, a realização de terraplanagem, escavação e preparo para construção de infraestruturas, disponibilização de espaços

² A EMEPA tem fornecido mudas, raquetes (sementes) de palma resistente à cochonilha, e alguns kits de irrigação.

³ A parceria com o INSA tem permitido o fornecimento de raquetes de palma e outros materiais, além de ser instrumental para a capacitação de técnicos e agricultores/as, principalmente naquilo que se refere ao trabalho do Plano Emergencial.

dedicados para realização de feira da agricultura familiar. A missão avaliou como extremamente positivas essas parcerias, que complementam a atuação do Projeto.

16. Outros órgãos públicos que devem ser lembrados como parceiros do PROCASE são: a DRMH, que identificou, elaborou os PP e está acompanhando dois grupos de mulheres que trabalham com bijuterias com rejeitos de mineração e a SUDEMA, com a qual o PROCASE está realizando várias iniciativas conjuntas. O campus avançado da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) em Sumé abriga o escritório do Projeto no Cariri Ocidental. O PROCASE também tem desenvolvido uma boa aproximação com a Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Economia Solidária (SESAES, vinculada à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano), visando a criação/fortalecimento de pontos de comercialização da Agricultura Familiar na área do Projeto. Também foi preparado um Termo de Cooperação com a Univ. Estadual da PB (que já recebeu a não objeção do FIDA), com vistas à realização de um curso de agroecologia para jovens.

17. Desde a última missão de dezembro 2016, a Secretaria de Infraestrutura, Recursos Hídricos, Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia avançou bastante na implementação do compromisso definido naquele momento, com construção de 4 barragens beneficiando comunidades da área do Projeto, a título de contrapartida do Governo.⁴ Esta missão visitou a obra de Tenório, cujo conclusão está prevista para final de agosto. Duas outras obras estão iniciadas com previsão de conclusão em dezembro 2017 e fevereiro 2018. A quarta barragem tem previsão de conclusão para o primeiro trimestre 2018. O FIDA expressa sua satisfação quanto ao avanço em relação ao plano de trabalho definido para essas ações e a parceria com essa Secretaria.

18. O Projeto de Cooperação Técnica (PCT) entre o Governo do Estado da Paraíba (SEDAP) e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), em vigência desde 2013, tem mostrado ser um instrumento de muita importância para a gestão do projeto.

19. Finalmente, cabe citar as entidades contratadas. Embora a necessidade de contar com entidades para realizar a Assessoria Técnica é antiga – vem sendo mencionada nas missões realizadas pelo FIDA desde 2014 – é necessário constatar que este tema é um gargalo importante, conforme será discutido no item C.6.

20. Foram apresentadas à missão várias propostas de novas ações, que podem ser implementadas até o final do Projeto. Considerando o trabalho já em curso e a ser finalizado, a implementação dessas novas ações como parte das atividades do PROCASE deverá ser assumida graças ao apoio de outros órgãos do governo. É assim que a SEPLAG já iniciou a identificação de profissionais do COOPERAR, da SEPLAG, do FUNDEP ou do Programa Água Doce para trabalharem nestas ações. Algumas destas pessoas também se dedicarão ao apoio às ações em curso, em funções-chaves de coordenação e gerência. Essa mobilização do Governo do Estado para atender a demanda do PROCASE é um sinal muito positivo ao se considerar o desafio de alcance das metas até o final do Projeto.

21. Sobre a estratégia de intervenção do PROCASE. A estratégia de intervenção do Projeto é composta por dois tipos principais de intervenção – os Projetos Produtivos e os Planos Emergenciais. Enquanto que o primeiro tipo requer um trabalho de elaboração participativa do PP, as intervenções do tipo Plano Emergencial são mais simples, já que o investimento é previamente formatado pelo PROCASE. Os Projetos Produtivos foram acompanhados até a data de hoje pela equipe do Projeto enquanto que o Plano Emergencial (que incluiu perfuração de poços, empresas de construção para as barragens subterrâneas, fornecedores de palma e de kits de irrigação) foi implementado por meio de compras centralizadas pelo PROCASE. Neste último caso, houve durante um tempo o acompanhamento de uma entidade de AT (IDS) contratada pelo Projeto.

22. Manual de Implementação do Projeto (MIP). Conforme recomendação feita na Revisão de Meio Termo (dezembro de 2016), o MIP foi atualizado. A nova versão do MIP recebeu a não objeção do FIDA no mês de maio de 2017. A missão recomenda que seja disponibilizada a versão vigente no site da SEDAP e do PROCASE. Sendo possível, seria interessante disponibilizar este documento também no *website* do Projeto.

⁴ Entre 13 e 22 de fevereiro de 2017, o FIDA fez uma missão de apoio para validação do investimento nestas 4 barragens como parte das ações de contrapartida do Projeto PROCASE, para os seguintes municípios: Desterro/Livramento, Pedra Lavada, São Vicente do Seridó e Tenório.

C.2. Planejamento, Monitoramento e avaliação (M&A) e Alinhamento com o POA

23. Monitoramento e Avaliação (M&A) do Projeto PROCASE – A missão identificou poucos avanços em relação aos resultados físicos do marco lógico do Projeto, face ao período de baixa execução em campo. As principais alterações identificadas nos indicadores estão relacionadas com mudanças e/ou melhoria na forma de mensuração destes.

24. Em relação ao quadro técnico da equipe de M&A da UGP, o PROCASE conta com apenas um profissional, com dedicação parcial às atividades demandadas. Este arranjo é inadequado e insatisfatório para o atendimento das ações do Projeto, causando comprometimento na gerência conforme sinalizado a seguir: i) Ausência do banco de dados consolidado dos beneficiários que seja capaz de refletir o momento atual do Projeto, e apresente os resultados atualizados e desagregados em jovens, mulheres e famílias pertencentes às comunidades tradicionais; ii) Ausência de um profissional capaz de manipular o sistema de M&A do FIDA; iii) Ausência de informações e análises sobre os investimentos produtivos realizados, no sentido de avaliar os indicadores de “*output*” e outros de resultados.

25. Em consonância ao exposto e com o momento atual de planejamento e efetivação de diversas atividades em campo, o Governo do Estado reconheceu a importância em fortalecer a gerência de M&A, e deliberou o reforço da equipe no decorrer da missão de supervisão, através da inclusão de profissionais do Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual – IDEME, com profissionais especialistas e com experiência na temática envolvida. A missão recomenda que esta nova equipe organize as informações dos beneficiários do Projeto, monitore os indicadores do marco lógico, avalie e planeje as atribuições das atividades com o objetivo de atender as metas definidas.

26. Cumprimento dos acordos relacionados ao M&A da Missão de Revisão de Meio Termo: Dentre os acordos pactuados na RMT (12/2016), o item 10, “Consolidação do banco de dados dos beneficiários e definição de uma metodologia para mensuração dos indicadores de impacto”, com finalização prevista para o dia 28/02/2017, não foi cumprido até o presente momento da missão de supervisão. A ausência de um banco de dados consolidado não permite avaliar os avanços realizados pelo Projeto e prejudica o planejamento de novas ações no território.

27. Estratégia para o atendimento às metas: Em virtude das informações dos avanços físicos e com base nos documentos da proposta para novas ações do Projeto, a missão identificou a real possibilidade do PROCASE atender às metas dos principais indicadores do marco lógico, conforme apresentado na tabela 01 abaixo.

Tabela 01: Análise das ações do PROCASE com o objetivo de atendimento às metas.

Compo- nente	Tipo	Investimento em:	FAM
Componente 1	Ações PROCASE	Capacitação de 1200 jovens para desenvolvimento de planos de negócios (RIMS 1.6.2).	1.200*
		4 000 jovens pobres rurais (50% de moças) recebem bolsas de estudo (USD 400 cada) para atender treinamentos técnicos e empresarial.	300*
		TOTAL Componente 1	1.500*
Componente 2 META PRINCIPAL: 14.000 famílias beneficiadas	Principal meta: 11 600 agricultores, 1.400 pequenos mineiros e 1.000 (artesãos), organizados em pelo menos 54 associações e cooperativas, beneficiados pela assessoria técnica e formação para o fortalecimento organizacional.		14.000
	Ações PROCASE	Projetos Produtivos.	2.111
		Projetos Produtivos (+40 - edital de 2016).	960*
		Plano Emergencial (86 comunidades).	1.421
		Plano Emergencial Remanescente (193 comunidades).	3.281*
		PNAP4 ⁵ - ações complementares para atendimento do remanescente das 560 comunidades não atendidas no plano emergencial implantado no ano de 2016 (281 comunidades).	4.777*
		Subtotal	12.550*

⁵ A numeração dos PNAPs (Planos de Novas Ações do PROCASE) segue a do documento elaborado pelo Governo.

Compo- nente	Tipo	Investimento em:	FAM
	Proposta PROCASE	PNAP01 – implementação de ações para o uso produtivo das águas do rio São Francisco.	1.000*
		PNAP02 – ações para fortalecimento das cadeias produtivas do leite, piscicultura, artesanato e fruticultura.	600*
		PNAP03 - implementação de ações produtivas nos assentamentos da reforma agrária e nas comunidades quilombolas.	3.066*
		PNAP05 – Abatedouro de Monteiro.	600*
		Subtotal	5.266*
		TOTAL Componente 2	17.816*
Previsão de alcance das Metas e Objetivo de Desenvolvimento			19.316*
Meta / Objetivo de Desenvolvimento			
18.500 famílias diretamente beneficiadas pelos serviços do projeto			18.500

* Dados estimados

28. Conforme exposto na tabela anterior, torna-se factível o alcance e a superação das metas físicas do componente 2, com adicional de 3.800 famílias. Neste caso, somente com o item “ações do PROCASE”, é possível alcançar 89% da meta do componente e 67% da meta geral; com a incorporação das famílias beneficiadas pela “Proposta PROCASE”, este componente supera o valor de 14.000 famílias e será responsável pelo alcance de 96% da meta do Projeto.

29. A missão destaca que as 18.500 famílias previstas no Objetivo de Desenvolvimento do Marco Lógico deverão estar cadastradas no banco de dados do Projeto, sem repetição.

30. Revisão do Marco Lógico (ML) – A missão reconhece que vários indicadores do Marco Lógico do Projeto não refletem os resultados obtidos pelos Componentes. No atual cenário de execução, sugere-se que o ML seja revisado, em conjunto com as equipes dos Componentes, e contemple também as novas propostas. Além disso, e seguindo orientações recém definidas pelo FIDA, sugere-se que o ML seja apresentado de forma mais focada nos principais resultados, de forma a reduzir o número de indicadores. Esta revisão torna-se oportuna uma vez que a implementação do Projeto sofreu vários ajustes desde sua concepção inicial (Desenho do Projeto).

31. POA 2017 – Em relação ao POA 2017, o Projeto realizou a correlação dos códigos financeiros com os indicadores do marco lógico, o que permitirá construir uma análise acerca da evolução físico-financeiro no decorrer do período. A missão reforça a importância da gerência de M&A acompanhar sistematicamente os avanços físicos e financeiros do Projeto, utilizando como base o POA 2017.

32. Relatório Técnico de Progresso (RTP) – A missão recebeu o RTP referente ao 1ª semestre de 2017 no último dia da missão de supervisão, não permitindo realizar sua análise. O FIDA irá avaliar a qualidade do RTP e enviará as considerações ao Projeto até o dia 18 de agosto de 2017.

C.3. Equipe e Infraestrutura

33. Equipe: O Projeto conta com um total de 44 profissionais, sendo 28 localizados nas unidades centrais (UGP) de João Pessoa e Campina Grande e 16 membros nas unidades regionais dos 05 Territórios abrangidos pelo PROCASE. Do total, 36% são mulheres. Os servidores do Estado passaram de 7 para 10 e todos os outros membros (31 consultores mais 03 bolsistas) estão contratados através do Convênio de Cooperação Técnica entre a SEDAP/PROCASE e o Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura (IICA).

34. Com relação à composição do organograma do Projeto, faz-se necessário formalizar urgentemente a nomeação de 01 Gerente para o Componente de Desenvolvimento Produtivo conforme definido no relatório de desenho de Projeto. Este gerente terá também a responsabilidade de coordenar as atividades ambientais. Considerando a importância do Componente II que concentra 75% dos recursos do Projeto, torna-se urgente e prioritário assegurar a formalização desta nomeação (ponto já mencionado nas missões anteriores do FIDA, inclusive na última supervisão).

35. A tabela a seguir resume a distribuição da equipe do Projeto por local de trabalho e por estatuto.

Tabela 02: Distribuição da Equipe do Projeto

UGP/URGP	Servidores do Estado	Consultores	Bolsistas	Total
UGP João Pessoa	10	14	1	25
UGP Campina Grande		2	0	2
UGRP Cariri Ocidental		3		3
UGRP Cariri Oriental		2	1	3
UGRP Curimataú		3		3
URGP Médio Sertão		2		2
URGP Seridó		2		2
IICA-Brasília		1		1
Total	10	29	2	41

36. A missão realça que permanece ausente um fluxograma para o planejamento e acompanhamento de base para as atividades, dificultando assim a compilação de dados confiáveis para realizar o seguimento básico dos avanços do Projeto. Além de permitir o seguimento, esse fluxograma deverá afinar e completar a definição de quem faz o que, com qual prazo, utilizando qual ferramenta e respeitando qual fluxo. A missão identificou como imprescindível e urgente resolver essa fragilidade, para melhorar a capacidade operacional das 41 pessoas da equipe atual, e tendo em vista que o número de profissionais envolvidos no Projeto vai aumentar significativamente com a contratação das entidades de AT e a composição da equipe dedicada as novas ações.

37. De ponto de vista dos veículos e dos equipamentos, o Projeto procedeu às aquisições previstas, sendo supridas assim as necessidades para poder funcionar em boas condições, faltando apenas adquirir as impressoras para as URGPs.

C.4. Focalização: Juventude, Gênero, Raça e Etnia

38. O PROCASE tem sua focalização em famílias rurais pobres no semiárido do estado, tendo como grupos prioritários mulheres, jovens e quilombolas⁶. Nas visitas de campo realizadas durante a missão e nas reuniões com a Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana, Secretaria Executiva da Segurança Alimentar e da Economia Solidária, além da equipe do PROCASE (a gerência do componente I e assessoria especial), percebem-se avanços desde a última missão com: (i) a institucionalidade entre os órgãos com o fortalecimento de parcerias governamentais nas capacitações destinadas à ampliação da inserção produtiva das mulheres e construção de estratégia de comercialização através dos centros públicos da economia solidária; (ii) liberação de recursos dos PP de mulheres e quilombolas para o melhoramento da infraestrutura e custeio. Dos 2.111 beneficiários atendidos pelos PP, 920 são mulheres, 175 jovens e 131 quilombolas. Em 2017 foram repassados recursos para 25 grupos; desses, 6 foram para grupos de mulheres e 2 para quilombolas. Em consequência, os grupos beneficiados encontram-se com um maior entusiasmo e disposição para realizar ações produtivas e coordenar demandas do projeto em suas associações e cooperativas. Essa visão positiva do projeto estende-se à possibilidade concreta da chegada da assessoria técnica nas comunidades para apoiar as ações produtivas e de comercialização. Os contratos para AT já foram assinados e seguem para a publicação e início da ação.

39. O entusiasmo e a disposição também são frutos da metodologia utilizada nas aquisições. Com a incorporação de mulheres, jovens e quilombolas nas comissões de licitações, participando das capacitações em todos os processos licitatórios, criam-se oportunidades aos grupos de formarem lideranças nas aquisições das associações e, conseqüentemente, da comunidade. Essa metodologia tem fortalecido os procedimentos licitatórios do PROCASE. É importante ressaltar que, em todos os grupos visitados, as licitações, em sua totalidade, foram realizadas de forma transparente e com o envolvimento dos grupos prioritários do projeto.

⁶ Em função de uma dificuldade do setor de monitoramento do PROCASE, não foi possível apresentar números de evolução dos beneficiários entre 2016-2017

40. A missão reconhece o esforço do PROCASE em atender o público prioritário do projeto (mulheres, jovens e quilombolas). Em março de 2017 foi elaborado uma estratégia de execução do componente I, no qual reafirma-se como estratégia ampliar a participação das mulheres, jovens e quilombolas "nas diferentes esferas de decisão para fortalecer os seus grupos produtivos e a sua autonomia". Três ações importantes foram realizadas em 2017: (I) o intercâmbio entre os grupos de mulheres apoiados pelo Procace envolvendo todos os territórios atendidos; (II) construção do site PROCASE Mulher para difusão das ações; (III) Capacitação do público prioritário para o processo licitatório das aquisições. A metodologia utilizada nas aquisições, com a comissões de licitações, criou oportunidades as mulheres, jovens e quilombolas de tornarem lideranças nas aquisições das associações e, conseqüentemente, da comunidade. No entanto, o projeto segue com as fragilidades, já mencionadas na missão de dezembro de 2016 no sentido que persiste a realização de ações pontuais importantes, porém, sem continuidade. Para os últimos 18 meses do Projeto, se faz necessário centrar esforços em ações estratégicas que consigam ampliar a incidência sobre o público beneficiado.

41. Com a contratação das empresas de assessoria técnica, AT / edital 2014-2015, faz-se necessário realizar um processo de formação com os técnicos e técnicas e um monitoramento das ações em gênero correlacionadas com as demais áreas geração, raça e etnia. Para isso recomenda-se: (I) A formação em gênero para as ATs deve construir passos metodológicos para o trabalho com mulheres, jovens e quilombolas a partir da proposta de referencial metodológico, agosto/2016, elaborado pela assessora especial de gênero, geração, raça e etnia; (II) Para garantir esse processo de formação e de monitoramento das ações, é necessário a criação de um GT interno ao PROCASE com representação de todos os componentes do Projeto. O GT, focado em questões de gênero e com inter-relação com outras questões como raça e geração, terá o propósito de apoiar e monitorar as ações em gênero realizadas pela assessoria técnica e, ao mesmo tempo, elaborar estratégias e instrumentos para garantir a transversalidade de gênero no conjunto das ações do Projeto PROCASE; (III) Um dos resultados imediatos da formação é a constituição de um ponto focal de gênero nas empresas de AT que contribuirá para a realização das ações com as mulheres e jovens beneficiárias; (IV) A formação das AT deve ser conduzido pela Assessoria especial com o apoio da Secretaria da Mulher e da Diversidade, que em reunião realizada com essa missão apresentou disponibilidade de construção conjunta da matriz metodológica.

42. Na Missão de Revisão de Meio Termo, foi ressaltada a importância da seleção de grupos produtivos no edital 2016, utilizando a metodologia de priorizar mulheres, jovens e quilombolas. Conforme mencionado mais adiante no ponto C6, essa demanda será atendida ainda em 2017. O fato de este edital ter estabelecido critérios para priorizar o acesso a um público específico, exige do PROCASE a construção de caminhos para atender as demandas particulares deste público. O edital de Assessoria Técnica específica para mulheres rurais, jovens e quilombolas deverá destacar a forma diferenciada do trabalho desse público, buscando potencializar o trabalho de transição agroecológica. Isso significa, focar no fomento a qualificação da produção, com destaque para a criação de pequenos animais e os quintais produtivos com introdução de tecnologias adaptadas ao semiárido e a realidade das mulheres, jovens e quilombolas. Por fim, a AT específica deverá promover o debate e a formação sobre as desigualdades de gênero e desenvolvimento rural relacionando com as demais questões do público beneficiário com jovens e quilombolas. Nos contratos das entidades de AT, deverão estar contidos, entre outras ações: i) Os intercâmbios: proporcionarão oportunidades de autonomia e de reconhecimento das potencialidades que, tanto, fortalecem a atividade produtiva como os processos organizativos das mulheres, jovens e quilombolas; ii) A sistematização deve ser pensada como subsídio para a elaboração de diversos materiais de comunicação (publicações, vídeos, programas de rádio) e, ao mesmo tempo, para que as mulheres e jovens percebam-se como agentes do processo de desenvolvimento; iii) O apoio ao processo da ampliação das capacidades que devem estar em consonância com a juventude atendida pelo PROCASE.

C.5. Desenvolvimento Humano e Social

43. Conforme desenho original, este componente visa " *apoiar os jovens, homens e mulheres, entre 16 e 29 anos, na obtenção de novas habilidades para o desenvolvimento de negócios agrícolas e não agrícolas e a melhor inserção nos mercados laborais, promovendo a expansão do acesso a treinamento e à educação profissional em instituições já existentes na área do projeto*", e seu orçamento representa um valor aproximado de 7% do valor total do Projeto.

44. Foram identificados temas de carência no público beneficiário dos projetos produtivos. Diante desta constatação, o Componente 1 busca trabalhar com um leque mais amplo de tipos de público (não apenas os jovens) e tenta implementar diversos tipos de atividades de desenvolvimento de capacidades.

45. No passado, a equipe do Componente contribuiu no processo que permitiu o encaminhamento dos Projetos Produtivos apresentados ao PROCASE. Imagina-se que esta atividade deverá continuar, em particular com as iniciativas a serem implementadas juntos aos grupos de mulheres, jovens e comunidades quilombolas identificados pelo último edital, 2016.

46. Síntese das atividades de desenvolvimento do capital humano e social: Para além do apoio aos PP, desde do ano de 2014 o Componente 1 vem desenvolvendo eventos de diversos tipos que têm como denominador comum o desenvolvimento de capacidades. A tabela apresentada a seguir resume as atividades feitas de 2014 a 2017.

Tabela 03: Eventos de desenvolvimento do capital humano e social, para o público de agricultores e agricultoras.

Ano	No. de eventos	Público dos PP	Agricultores/as da área Procace, sem PP	Agricultores/as de outras regiões	Total de participantes
2014	6	104	15	53	172
2015	14	562	367	-	929
2016	33	625	223	172	1.020
2017*	20	361	73	-	434

(*) Refere-se ao período de 7 meses que vai de janeiro a julho de 2017.

47. Sobre as atividades de 2017. O POA para 2017 prevê um conjunto bastante ambicioso de atividades. Infelizmente, até agora, somente foi possível até agora realizar uma parte bastante modesta destas atividades. O Componente registrou a realização de diversos eventos, realizados junto ao público de agricultoras/es, dentre os quais destacamos: i) Processo de intercâmbio entre grupos de mulheres apoiados pelo PROCASE, que consistiu na realização de 8 reuniões preparatórias e o intercâmbio propriamente dito, com a participação de 47 mulheres; ii) 4 eventos de capacitação sobre aquisições com 56 equipes de licitação de todas as regiões de intervenção do Projeto; iii) 2 oficinas de gestão e gênero, com beneficiários de 2 PP; iv) 1 oficina sobre direitos quilombolas; v) 2 oficinas de acompanhamento da gestão com 2 PP. Por outro lado, foi realizado um evento de capacitação/planejamento da equipe do PROCASE. Também foi organizada a participação de 20 membros da equipe do PROCASE em eventos de capacitação sobre o tema 'Gênero em políticas públicas no meio rural'.

48. Outra atividade desenvolvida no período se refere à iniciativa de formação e jovens na temática de agroecologia para o Semiárido. Conforme foi registrado no Memorando da RMT, esta ideia é bastante antiga. Após tentativa infrutífera com a entidade SERTA de Pernambuco, foi estabelecido um diálogo com a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). As negociações com esta última levaram à preparação de uma proposta de Termo de Cooperação entre o PROCASE e a UEPB que tem como objetivo a realização de um Curso Técnico em Agropecuária com ênfase em Agroecologia no Semiárido. Esta proposta foi encaminhada ao FIDA, que deu a não objeção no mês de maio de 2017. O Projeto ainda não logrou assinar este Termo para poder iniciar os trabalhos. Por outro lado, também houve um avanço na preparação, em parceria com a Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (FAPESQ), de um programa de concessão de bolsas para jovens. Em breve deve ser enviada ao FIDA esta proposta, para emissão de não objeção.

49. Embora tenham sido feitas as atividades mencionadas, o avanço do Componente no período poderia ter sido bastante maior. O tema dominante, neste interim (o ano de 2017), para o trabalho deste Componente tem sido a questão orçamentária. Neste período não tem havido disponibilidade de contrapartida do Governo Estadual. A missão entende que esta questão da contrapartida para o Componente 1 deve ser resolvida muito em breve.

50. Sobre a estratégia de atuação do Componente 1 e as atividades futuras. O Memorando da RMT recomendou que o PROCASE elaborasse uma estratégia geral para organizar o trabalho do Componente. Esta estratégia definiria alguns eixos temáticos e públicos específicos, os quais permitiriam delinear conteúdos a serem trabalhados e atividades a serem realizadas, assim como as parcerias necessárias

para a implementação destas capacitações. Atendendo esta recomendação, o PROCASE apresentou ao FIDA um documento intitulado “Estratégia do Componente de Desenvolvimento Humano do PROCASE”.

51. No documento mencionado priorizam-se quatro eixos temáticos: i) gestão democrática, viabilidade econômica e inserção de mercado; ii) equidade de gênero, raça/etnia e juventude; iii) qualificação profissional (com priorização da juventude, mulheres e quilombolas); iv) desenvolvimento das ‘habilidades específicas’ necessárias para a implementação dos PP. A

52. A missão teve a oportunidade de debater diversos aspectos da estratégia proposta. Naquilo que se refere ao eixo temático da gestão, a missão enfatizou que a necessidade mais urgente neste domínio é aquela da execução dos PP. As lideranças das associações conveniadas precisam desenvolver, com urgência, as capacidades necessárias para administrar a entidade em termos das exigências formais, realizar as aquisições, realizar a prestação de contas. Ao mesmo tempo, é importante lembrar que o Projeto deverá colocar em cada URGP uma pessoa para acompanhar estes processos junto às associações, ao mesmo tempo que o PROCASE está demandando às entidades que vão ser contratadas para prover AT que ajudem a fazer o acompanhamento destas questões nas comunidades. Então, para o Componente 1, trata-se de transformar um acompanhamento que terá de existir de qualquer forma, num processo de capacitação. Vencida esta primeira etapa, será possível pensar numa capacitação mais abrangente sobre gestão – tanto das associações como de empreendimentos econômicos estrito senso – para a qual as capacitações pensadas a partir da matriz que o PROCASE adquiriu junto à CAPINA poderão ser úteis. A missão gostaria de lembrar que no tempo que resta não parece viável pensar primeiro num processo de ‘formação de formadores’ para depois capacitar os/as agricultores/as. Vai ser necessário encontrar a forma de realizar a capacitação destes últimos o mais rapidamente possível. Também houve a oportunidade de discutir o eixo temático da capacitação para a promoção da equidade de gênero, raça/etnia e juventude. Mas vimos que é iminente a contratação de quatro entidades de AT e que estas equipes passarão a ser a ‘presença’ do PROCASE nas comunidades. Diante disso, foi visto que é urgente montar eventos de nivelamento/capacitação para estas equipes, sendo esta uma oportunidade de ‘transversalizar’ principalmente o enfoque de busca da igualdade de gênero na ação do PROCASE junto às comunidades.

53. Naquilo que se refere às iniciativas de qualificação profissional, a prioridade absoluta deverá ser a finalização e implementação das parcerias com a UEPB e depois a FAPESQ, comentadas anteriormente. Finalmente, tem o eixo das ‘habilidades específicas’. Em sua grande maioria, as iniciativas deste eixo serão eventos nos quais serão tratados temas técnicos tais como produção e armazenamento de forragem, produção de mudas, irrigação, etc. Neste caso, as equipes dos Componentes 2 e 3 terão um papel central na identificação das necessidades, na definição de conteúdos, etc.

C.6. Desenvolvimento produtivo, plano emergencial e sustentabilidade ambiental

54. Situação geral do Componente: em relação a missão de RMT realizada em dezembro de 2016, na prática foram identificados poucos avanços deste componente do Projeto. Na realidade, por pendências em documentos, dois PP foram cancelados e conseqüentemente o número de famílias beneficiárias reduziu. Outras análises que pudessem quantificar o repasse e a utilização dos recursos financeiros pelas associações não foram possíveis registrar neste memorando, uma vez que os dados fornecidos não se mostraram consistentes para realizar a avaliação.

Tabela 04: Informações sobre os Editais 2013/2014 e 2015

Território	Valor PROCASE/FIDA (R\$)	PP	Número de famílias
Cariri Ocidental	3.255.536,53	26	654
Cariri Oriental	2.641.808,48	18	515
Curimataú	2.887.782,36	23	486
Médio Sertão	1.520.287,24	11	208
Seridó	1.427.965,81	12	248
Total Geral	11.733.380,41	90	2.111

55. Do valor total desses 90 PP, 55% foi repassado para as contas bancária das organizações beneficiárias. Como mencionado acima, não foi possível obter dados confiáveis sobre o percentual de execução do recurso repassado. Contudo, as visitas de campo e a análise dos dados disponíveis apontam para uma execução muito baixa.

56. Análise dos editais 2013/2014 e 2015: Mesmo diante da expectativa de que em breve as quatro entidades de AT que estão sendo contratadas estarão desenvolvendo uma série de atividades em campo com os PP destes dois editais é importante ressaltar que alguns deles possuem características específicas que ainda representarão entraves na sua implementação e consequentemente o comprometimento de parte das atividades das AT. Consideram-se como os casos mais preocupantes:

- i) 18 PP do edital 2013/2014 necessitaram de correções e ajustes, em virtude de problemas na concepção original, ou seja, necessidade de adequações técnicas (metas), de prazos e em alguns casos atualização de valor. Apesar dos termos aditivos já terem sido elaborados há vários meses, a equipe da missão foi informada que poucos foram encaminhados para a PGE. O valor total para estes aditivos é de R\$ 461.871,10;
- ii) 31 PP do edital 2015 possuem entre suas metas a construção ou reforma de diferentes tipos de edificações, algumas mais simples outras um pouco mais complexas (galpões, unidades de beneficiamento, etc). O status atual destes projetos é ainda inicial, ou seja, possuem apenas o projeto básico de engenharia, sendo necessário elaborar para cada um dos trinta, os projetos elétrico, hidráulico e estrutural. Além disso, os demais PP deste edital também possuem pequenas obras de engenharia, seja a construção de poço tubular ou de cisternas de diferentes capacidades. Na prática, a execução desses projetos é muito mais complexa e demorada, pois além do processo de licitação exige maior fiscalização por parte do PROCASE, para que depois de concluídas sejam aprovadas pelos órgãos fiscalizadores (unidades de beneficiamento). O engenheiro civil do PROCASE informou que a elaboração dos 31 projetos de engenharia será concluída até 21/09/17, considerando que um novo profissional qualificado para estes temas integrou a equipe durante a missão. É necessário atuar prioritariamente nos projetos mais complexos para que a medida que cada um deles seja concluído se torne possível iniciar imediatamente o processo licitatório.

57. Os PP mencionados nos itens i e ii correspondem a mais de 50% do total dos 90 PP citados. Para que estas dificuldades sejam superadas urgentemente e não se transformem em fonte de maiores problemas, tanto para o próprio Projeto, como para os beneficiários/as é imprescindível que o PROCASE trate-as como prioridade, identificando seus pontos críticos, tanto no trâmite gerencial como operacional. Reitera-se aqui a necessidade urgente de uma força tarefa para tratar dessas demandas. Da força tarefa instalada pelo PROCASE com apoio do COOPERAR e SEPLAG, houve a disponibilidade de mais dois engenheiros civis e uma arquiteta.

58. PP do edital 2016: Este Edital é de muita relevância, por ter seu foco em jovens, mulheres e quilombolas, público prioritário do PROCASE. Até o momento da missão, foram selecionadas 55 comunidades para que no mínimo 40 possam estar aptas a serem beneficiadas. O recurso destinado para essas comunidades é de R\$ 8 milhões, ou seja, o dobro da previsão inicial.

59. Para alcançar as metas e garantir agilidade no processo de identificação das demandas, licitação e implementação no contexto de prazo e recursos disponíveis, a missão avaliou como imprescindível adotar um modo operatório de efetuar investimentos nas comunidades diferente do que está definido no documento do Projeto, e na metodologia apoiada pelo FIDA. Esta foi a única opção identificada para garantir o uso do recurso no prazo desejado. Entre os principais pontos a serem detalhados pelo PROCASE até o 31/08/2017, podemos mencionar:

- i. Limitar a escolha dos investimentos às 03 opções seguintes: i) construção de cisternas de segunda água e implantações de quintais produtivos; ii) instalação de fogões eco eficientes; iii) perfuração de poços e instalação de bombeamento. Outras propostas poderão ser consideradas com apreciação do FIDA;
- ii. Planejar as atividades com uma média de R\$ 200.000 de investimentos (sem considerar a contrapartida que será de 10%) por comunidade;

- iii. Adotar um processo de aquisição concentrado, que permite financiar os investimentos sem repasse de recursos para as comunidades beneficiárias.

60. Considerando o prazo de encerramento das atividades do PROCASE e a importância que os beneficiários recebam no mínimo um ano de AT, a missão reafirma a importância do lançamento de um novo edital de contratação de AT até o 31/08/2017.

61. Plano Emergencial (PE): A implementação do PE, permaneceu idêntica a situação encontrada durante a missão de Revisão de Meio Termo de dezembro 2016, quando venceu o contrato com a entidade IDS, encarregada da implementação.

62. A finalização das infraestruturas previstas será implementada no âmbito do Planejamento para 2017 apresentado posteriormente.

63. As visitas a campo mostraram que nos casos bem-sucedidos, o acesso a água e os campos de palma implantados estão dando resultados positivos, tanto em termo do aumento da capacidade de produção de forragem, como para a questão do acesso a água, incluindo a possibilidade de diversificação dos cultivos (hortaliças e espécies forrageiras principalmente) permitida pela irrigação.

64. A missão visitou também obras e infraestruturas do PE que não estão funcionando por uma série de razões (qualidade da construção, água salgada por exemplo). Não existem dados detalhados sobre a situação atual e o estado de funcionamento do que foi realizado. Mesmo assim, as visitas e reuniões com as equipes locais permitem identificar que existe um número expressivo de casos que precisam de ajustes para fornecer os benefícios esperados para a população. Por exemplo, parte desses problemas poderia ser resolvida com a instalação de dessalinizadores.

65. Planejamento de novas ações do PROCASE para 2017: O governo da Paraíba apresentou ao FIDA um conjunto de 7 novas propostas ou ações planejadas pelo PROCASE para serem realizadas até o final do projeto. O FIDA entende que as informações recebidas ainda são insuficientes para uma análise que permita qualquer tipo de decisão sobre a realização dos investimentos. Será necessário que o PROCASE avance no detalhamento destas propostas através da elaboração de projetos e planos de negócios (conforme o caso), certificando-se que os mesmos estejam aderentes com os objetivos e regras do Projeto. Considerando o prazo muito limitado até a conclusão do Projeto em dezembro de 2018, toda decisão de iniciar novas atividades deve ter um embasamento muito sólido e detalhado.

66. Para a proposta i) Implementação de ações para o uso produtivo das águas do Rio São Francisco e: Será necessário um projeto específico que contemple temas como métodos de produção, estudo de impactos ambientais e de medidas preventivas e mitigatórias (degradação de solos, contaminação da água do Rio Paraíba, etc), detalhamentos dos investimentos, procedimento e plano de aquisições, incluindo assessoria técnica, cronograma de execução, resultados esperados, parcerias e arranjos institucionais, licenças, autorizações, entre outros temas.

67. No caso das propostas, ii) Implementação de ações produtivas nos assentamentos da reforma agrária e nas comunidades quilombolas; iii) relacionadas com as Ações complementares para atendimento do remanescente das 560 comunidades não atendidas no plano emergencial implantado no ano de 2016: Será necessário que o PROCASE apresente um projeto complementar, conforme já foi feito para a fase inicial, observando o que for necessário para mitigar os problemas detectados na primeira etapa do PE.

68. Em relação às propostas ii) e iii) relacionadas com o tema do acesso a água, foi destacada a relevância de introduzir a instalação de dessalinizadores, para atender uma demanda expressiva na área do Projeto inclusive com poços perfurados no âmbito do Plano Emergencial e que se encontram inutilizáveis por conta da alta salinidade da água. Essa ação poderá ser implementada no âmbito da parceria com a Secretaria de Infraestrutura, Recursos Hídricos, Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia, e a equipe do Programa Água Doce, que tem ampla experiência nessa área.

69. Com relação às propostas iv) Ações para fortalecimento das cadeias produtivas do leite, piscicultura, artesanato e fruticultura e v) Projeto do Abatedouro e Frigorífico de Monteiro é importante que o PROCASE providencie estudos detalhados que possibilitem identificar a viabilidade técnica, econômica, social e ambiental para tais investimentos, adotando para isso a metodologia oficial do FIDA –

disponibilizada já em publicação específica e com arquivos Excel - para elaboração de Planos de Negócios e dando a atenção necessária para a gestão desses empreendimentos e a inserção de novos beneficiários. Nestes casos, quando necessário, ressalta-se a importância de que os planos devem estar acompanhados dos projetos de engenharia e das informações necessárias para que tais empreendimentos possam ser homologados e/ou registrados nos órgãos competentes, bem como os prazos para que isso ocorra.

70. Finalmente, o FIDA sugere que os primeiros projetos e planos de negócios, bem como os termos de referência e editais necessários para a viabilização das primeiras propostas acima mencionadas sejam apresentados para não objeção até 15/09/2017.

71. Equipe dedicada as novas ações: Considerando o estágio atual em que o PROCASE se encontra (equipe disponível, atividades em curso e tempo disponível); o potencial de absorção de recursos humanos (inclusive de especialistas) e tempo que as cinco propostas comentadas nos parágrafos anteriores apresentam, tanto para serem elaboradas como implementadas, o FIDA entende que somente com uma equipe adicional seja possível avançar nessas propostas, sem que haja prejuízo para as atividades em curso. Portanto, a composição de uma nova equipe, com experiência nos temas citados, é a condição necessária para obter resultados positivos, desde a elaboração de propostas adequadas, tanto no que diz respeito a conclusão da implementação até dezembro 2018. Durante a missão e sob coordenação da SEPLAG, parte desses profissionais com perfil e experiência requerida, já foram designados e acordos com seus órgãos de origem estão sendo definidos (Projeto COOPERAR, SEPLAG, FUNCEP).

72. Assessoria Técnica (AT): Conforme foi dito na descrição da estratégia de intervenção do Projeto (seção C.1), o PROCASE trabalha com uma estratégia de duas vertentes. Na primeira, a elaboração e implementação de Planos de Negócios é o elemento central da sua atuação junto ao público beneficiário. Vimos que, neste caso, a AT deve ter um papel central no processo de elaboração do PN de cada grupo/entidade atendido e, depois, realizar a implementação destes PNs. Registre-se que é o conjunto deste processo (elaboração e implementação) que deveria ser campo de trabalho do serviço de Assessoria Técnica provido pelo Projeto.

73. A provisão de AT no PROCASE – os grupos/comunidades com Projetos Produtivos. Na atualidade o PROCASE trabalha com Projetos Produtivos em 90 grupos/comunidades. Houve alguns poucos casos, no passado, nos quais o PROCASE contou com o apoio de uma AT que já trabalhava junto ao grupo selecionado para a elaboração do Projeto Produtivo. Mas este apoio se esgotou rapidamente e o Memorando da RMT registrava que os PP só contavam com o apoio da equipe do próprio PROCASE. Este mesmo documento também mencionava a esperança de que esta questão estaria resolvida em breve (para março de 2017), pelo menos para os PP oriundos dos editais 2013/14 e 2015, com o lançamento de um edital para contratação de entidades para a provisão deste serviço. Este prazo não foi atendido. Entretanto, existe a expectativa de que os contratos com as quatro entidades selecionadas (EMATER, COOPTERA, SENAR e IDS) possam ser assinados e publicados ainda no mês em curso e que as equipes possam iniciar o trabalho até o mês próximo.

74. A situação dos grupos selecionados pelo edital de 2016 não evoluiu, do ponto de vista da provisão de AT, desde a última missão do FIDA. Falta então, para estes 40 grupos/comunidades, que seja feito todo o processo de seleção e contratação das entidades. Embora tenha sido recomendado que o processo fosse iniciado na maior brevidade possível, o edital para esta contratação ainda não foi lançado.

75. A provisão de AT no PROCASE – os grupos/comunidades atendidos no marco do Plano Emergencial. O Plano Emergencial, no âmbito do PROCASE, anunciou em 2015 a realização de investimentos junto a 560 grupos/comunidades (aproximadamente 3.900 famílias). A ação não chegou a todos estes grupos, mas os investimentos foram iniciados em mais de 400 comunidades. Foi possível atender estes grupos via um processo de contratação simplificado, graças ao Estado de Emergência declarado pelo Governo Estadual. A entidade contratada – IDS – iniciou o trabalho em campo em fevereiro de 2016. A missão da RMT registrou que a presença da equipe do IDS foi extremamente valiosa para os resultados alcançados nesta iniciativa. Assim, a presente missão lamenta que este trabalho tenha sido interrompido no final de 2016, já que não é possível aditar o contrato. De qualquer forma, vai ser necessário encontrar uma maneira de prover AT para estes grupos do Plano Emergencial. A missão foi informada que a forma mais célere

para fazer isto é por meio de um aditivo aos contratos que estão sendo assinados, mencionados no parágrafo anterior.

76. A presente missão de supervisão enfatiza que, com a contratação de diversas entidades de AT, o trabalho das equipes do PROCASE (URGP e UGP) vai mudar de natureza. Caberá então às equipes do Projeto fazer a supervisão das equipes contratadas.

77. Em preparação deste novo tipo de trabalho, a equipe do Procasse está desenvolvendo alguns instrumentos que possam ajudar nesta tarefa de estabelecimento de uma relação profícua e construtiva entre o Projeto, as comunidades e as entidades contratadas. O mais importante destes instrumentos, no momento inicial, é o que está sendo chamado de Plano de Desenvolvimento do Empreendimento (PDE). Maiores detalhes estão contidos no anexo técnico do Memorando.

78. Finalmente, naquilo que se refere ao tema de AT, a missão destaca a importância do apoio a ser dado às organizações dos beneficiários no tema da execução dos convênios. As equipes das entidades que estão sendo contratadas vão certamente ajudar nesta questão, mas elas, por sua vez, precisarão de ter um apoio que permita tornar mais eficaz a ação delas neste campo. Por isso, a missão recomenda que as equipes das URGP do PROCASE sejam reforçadas com pessoas da área de gestão e contabilidade, que poderão coordenar o trabalho a ser feito nas comunidades sobre o tema da gestão dos convênios.

79. Mercado/Comercialização: durante a missão diversos membros da equipe do PROCASE manifestaram preocupação com as limitações do Projeto para tratar deste importante tema e suas implicações para com o público beneficiário. A princípio, a intervenção das entidades de AT que estarão iniciando os trabalhos no curto prazo é a alternativa mais apropriada para tratar deste assunto. Informações e sugestões concretas sobre este tema estão mencionadas no apêndice 9 da versão completa do memorando da missão de Revisão de Meio Termo de dezembro 2016.

80. Pelo que foi possível observar durante as visitas de campo desta e de outras missões realizadas pelo FIDA na Paraíba, os PP relacionados com a ovinocaprinocultura (mais de 50% do total dos PP até o momento), de certa forma já possuem uma dinâmica própria para comercialização, tornando-se menos dependentes de ações específicas por parte do PROCASE e das AT. Entende-se que para alguns produtos, a exemplo da produção do leite de cabra, do artesanato e de produtos produzidos pelas unidades de beneficiamento de leite e frutas será necessário um trabalho mais específico para acessar o mercado. Nesses casos o PROCASE e as entidades de AT podem trabalhar de forma conjunta a elaboração de uma estratégia que leve em consideração outros canais de comercialização, além dos mercados institucionais do PAA e PNAE. Também é importante prever para esses empreendimentos oficinas, capacitações e intercâmbios com foco nos temas da gestão, envolvendo aspectos tributários, jurídicos, custos, receitas, despesas, necessidade de capital de giro, marketing, boas práticas de fabricação, acesso a crédito, entre outros. Conforme indicado no memorando da missão de RMT realizada em dezembro de 2016, o apoio às Casas da Economia Solidária pode ser uma estratégia interessante, principalmente para os produtos do artesanato e justifica ser avaliada, bem como outras possibilidades como as feiras da agricultura familiar, discutidas em reunião com a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano, do Governo da Paraíba, durante aquela missão.

81. No caso especial da renda renascença algumas ações específicas foram identificadas: i) realização de cursos de agregação de valor ao produto dando identidade do local nas peças para torná-las exclusivas; ii) Melhorar a qualidade de cada peça, acabamento e embalagem, logomarca e outros; iii) Criar mercados de circuitos curtos e longos (vendas no local e para outros estados); iv) Articulação em rede - fortalecimento da COONARENDA; v) Ter especial atenção nos potenciais de envolvimento dos jovens com a internet, focando em um investimento na divulgação e marketing dos produtos e venda no espaço virtual; vi) Implementar uma estratégia de barateamento da produção, como a construção de peças de renascença utilizando apliques em tecidos para ampliar as vendas para o mercado local.

82. Nos PP onde for identificada a necessidade de alguma aquisição que possa contribuir para melhorar a comercialização dos produtos (barracas de feira, contentores, balanças, fardamentos, materiais de divulgação, etc) sugere-se avaliar a possibilidade de usar os rendimentos gerados pela aplicação do recurso principal.

83. A missão identificou que o tema da sustentabilidade ambiental está sendo tratado com muita atenção pelo Projeto. A parceria com a SUDEMA tem sido de muita importância para garantir agilidade e

qualidade na obtenção dos licenciamentos requeridos. A missão recomenda que seja mantida e reforçada a implementação das ações ambientais no âmbito do Projeto Produtivos, sendo eles a maior oportunidade para lograr impactos concretos. A conclusão dos dois Projetos Produtivos de artesanato com produtos da mineração deverá considerar de formar adequada o atendimento da legislação específica dessa atividade.

C.7. Gestão do Conhecimento, Comunicação, e Disseminação

84. Entre 2013 e 2016, as ações de divulgação do Projeto e de mobilização foram realizadas de forma direta em todos os 56 municípios da sua área de abrangência, inclusive via o Orçamento Participativo, a fim de dar ampla visibilidade às ações pretendidas e buscar parcerias para a operacionalização do seu trabalho. Já no período mais recente, o início da implementação de Projetos Produtivos e das ações do Plano Emergencial foi outro fator que, por si, atraiu a atenção de diversos atores sociais importantes da região. Isto pôde ser constatado no caso de várias administrações municipais, por exemplo. Este último fator foi potencializado pela atuação cada vez mais efetiva das URGP, o que tem facilitado a divulgação mais imediata das ações do Projeto nos territórios e com as comunidades.

85. Com a chegada de um assessor em comunicação em abril de 2015, houve avanços bastante significativos em termos de divulgação das ações e de afirmação da imagem do Projeto. Uma das iniciativas para tal foi a criação do site exclusivo do PROCASE⁷ que foi desenvolvido de acordo com a Secretaria de Comunicação Institucional (SECOM) do Governo do Estado. Dentro desta página, existe o site PROCASE Mulher. Cabe mencionar que o PROCASE já estava presente na página da SEDAP⁸, mas que a criação da página própria permitiu ao PROCASE fazer a gestão direta das informações do Projeto, o que não era possível na página no portal do Governo. Os conteúdos das duas páginas são diferenciados, sendo que a documentação oficial do Projeto (tal como o MIP ou a publicação de editais só se encontram na página SEDAP. Já na página exclusiva aparecem mais as notícias sobre as ações do PROCASE. Cabe bem indagar se não seria possível estabelecer uma conexão entre estas duas fontes de informação, já que somente uma busca bastante minuciosa leva uma pessoa a encontrar a página SEDAP. Além da página web, existe uma *Fanpage* do PROCASE⁹ com 1.691 seguidores e, mais recentemente, a edição de um Boletim Informativo semanal distribuído via email. Também foram produzidas duas reportagens em forma de vídeos¹⁰, que podem ser acessados no site exclusivo aqui mencionado. Houve, além disso, a veiculação de algumas notícias do PROCASE na mídia do estado. Por exemplo, houve uma reportagem sobre as artesãs do Cariri Ocidental veiculada pela TV Correio.

86. Toda esta atividade se viu paralisada com a saída do assessor antes mencionado, acontecida no mês de maio do presente ano. Mais recentemente (na segunda quinzena de julho), foi contratada uma nova assessora de comunicação e a alimentação do site e da *Fanpage* mencionados anteriormente começou a ser feita novamente.

87. Houve também uma série eventos de intercâmbio que são uma ferramenta bastante usada pelos Componentes do Projeto. Estes momentos são instrumentos que permitem um fluxo de informação entre homens e mulheres das comunidades rurais com os quais trabalha o PROCASE. Seria importante valorizar estes momentos como atividades de comunicação e gestão do conhecimento (GC).

88. Em tempos atuais, a geração e difusão da informação virtual são indispensáveis. No entanto, não pode ser o único instrumento de comunicação utilizado para difundir as ações e conteúdo do projeto. Diante disso a missão recomenda: (i) Elaborar, em conjunto com o 'ponto focal da Gestão do Conhecimento' Comp. 1, um plano de comunicação/GC para dos 16 meses restantes de projeto com o objetivo de definir uma estratégia de difusão da informação para cada público de interesse, com os seguintes itens: o público meta; a metodologia/instrumentos para alcançar tal público; recursos necessários; período e canais de divulgação. Este plano de comunicação poderia conter ações tais como: (ii) realizar duas sistematizações de experiências bem sucedidas do público prioritário por meio da linguagem do audiovisual; (iii) alimentar diariamente *Fanpage* do PROCASE e organizar uma campanha de ampliação de seguidores desta com meta pré-estabelecida de alcance; (iv) atualizar a página do PROCASE com informações advindas do campo com periodicidade semanal de cada território e incluir

⁷ Endereço: (<http://www.procasse.pb.gov.br/>).

⁸ Endereço: (<http://paraiba.pb.gov.br/agricultura-familiar-e-desenvolvimento-do-semiarido/procasse/>).

⁹ Endereço: (<https://www.facebook.com/procassepb/>).

¹⁰ Uma destas reportagens é sobre o PROCASE e a outra intitula-se 'Reportagem - Mulheres PROCASE'.

informações e documentos relevantes, como o MIP e outros documentos importantes para o PROCASE e o FIDA; (v) construir um banco de imagens com fotos de alta resolução das ações e do público beneficiário.

89. Por outro lado, o PROCASE tem uma relação bastante antiga com o Programa SEMEAR, o programa de Doação do FIDA para o Brasil na área de Gestão do Conhecimento, Comunicação, M&A e Diálogo de Políticas. Nesta dimensão, cabe mencionar a participação do PROCASE na iniciativa deste Programa que visava a valorização dos ativos culturais da renda renascença. Mais recentemente, houve o apoio do SEMEAR ao Encontro de Jovens Rurais do Semiárido Brasileiro. A RMT constatou que estas iniciativas foram pouco aproveitadas mesmo em termos de divulgação. Pensando no futuro e levando em consideração uma recomendação da RMT, a presente missão recomenda que o PROCASE se articule com o novo Programa SEMEAR Internacional do FIDA que está em execução, buscando uma retroalimentação recíproca de informação, podendo também construir alguma iniciativa conjunta de Gestão de Conhecimento.

D. Aspectos fiduciários

D.1. Gestão financeira

90. Os arranjos de gestão financeira do PROCASE avaliados durante a missão indicam como insatisfatórios para cumprir os compromissos fiduciários. Os gastos do projeto até 30/07/2017 são de USD 8,7 milhões (recursos FIDA: USD 6,3 milhões e recursos de Contrapartida: USD 2,4 milhões), 25% do valor total atualizado do projeto de USD 34,7 faltando executar USD 26 milhões.

91. Avaliação do Risco Fiduciário. A Avaliação foi realizada observando a “Nota de Orientação sobre a Supervisão da Gestão Financeira de Projetos” do FIDA de julho de 2012 que objetiva “garantir que o organismo de execução tenha sistemas de gestão financeira e controles suficientemente sólidos para gerir e controlar adequadamente as finanças do projeto e prestar informações sobre elas, a fim de assegurar que utilizem os fundos dos projetos de maneira econômica e eficiente para a finalidade buscada”, gerou uma classificação de risco fiduciário alto para o projeto, pois encontrou dificuldades que estão relatadas detalhadamente neste Memorando a saber: i) indisponibilidade do Sistema Contábil do Projeto, ii) um arranjo de gestão inadequado disposto pelo Governo, com a indisponibilidade de um efetivo Gerente Administrativo-Financeiro que faça toda a gestão administrativo financeira, e dê a devida agilidade nos trâmites de gestão de convênios com as associações; e iii) descumprimento recorrente do prazo na entrega do Relatório de Auditoria.

92. A Durante a Missão o Governo deu uma rápida resposta às fragilidades recorrentes detectadas pela missão quanto à gestão financeira e disponibilizou uma equipe adicional ao PROCASE advinda de diversas áreas de gestão do governo e especialmente do Projeto COOPERAR, de grande experiência. Desta equipe há o novo coordenador administrativo- financeiro do PROCASE, técnicos de planejamento, gestão de convênios e prestação de contas, que conformarão a equipe do projeto para atuar no passivo de compromissos e na implementação do Plano de Novas Ações do PROCASE 2017-18. A Missão reconhece que este esforço poderá permitir o uso dos recursos não utilizados até o seu final, com uma paulatina redução nos próximos meses do nível de risco do Projeto.

93. Organização e equipe: Uma coordenação estratégica de atividades de gestão financeira, orçamento, aquisições e convênios, onde há a definição de responsáveis em cada área e liderados por um Gerente Administrativo Financeiro é o arranjo adequado para trazer ao PROCASE o satisfatório nível desejado de gestão e implementação. A equipe administrativo-financeira é inadequada, pela ausência de um efetivo Gerente Administrativo-Financeiro que coordene os dois núcleos existentes a saber: i) um administrativo destinado as tarefas administrativa de gestão da UGP e junto às Associações de Produtores Rurais composta por 4 profissionais: o nomeado gerente administrativo-financeiro que atua apenas na área administrativa e monitoramento, e três em aquisições e ii) outro financeiro composto por quatro profissionais, que cumprem as tarefas distintas de orçamento, contabilidade, desembolsos, tesouraria e gestão do PCT –IICA. A Missão avalia que a indisponibilidade de um Gerente Administrativo-Financeiro relaciona-se com as fragilidades identificadas nos temas de Orçamento e Finanças, na disponibilidade plena do Sistema Contábil, na complementação do Manual de Gestão Financeira e nos óbices identificados pelos Auditores, tarefas a ele incumbidas.

94. Orçamento/POA: o valor total do POA para 2017 é da ordem de R\$ 52,6 milhões (+/- USD 16 milhões). Para 2017, o valor disponível de apenas R\$ 32,4 milhões (R\$ 16,7 milhões/FIDA; R\$ 1.305.000/GovPB e R\$ 13,7 milhões das barragens) na Lei Orçamentária de 2017 e não indica ser suficiente para atender o POA, com um déficit de 20 milhões (R\$ 10 milhões de cada fonte). O Secretário de Planejamento confirmou que todo orçamento para a implementação do POA e o Plano de Novas Ações do PROCASE propostas serão disponibilizados prontamente pelo Governo, tanto da fonte FIDA quanto à contrapartida. Há a necessidade de uma revisão no POA a fim de contabilizar a contrapartida nas Ações Governamentais em AT e Capacitação realizados pelo Governo a serem aceitas como contrapartida não financeira. POA de 2017 deverá ser atualizado contendo as novas ações do Projeto e encaminhado juntamente com o POA 2018 até 30-08-2017.

95. Sistema Contábil: O Sistema está parcialmente elaborado, porém continua indisponível para uso, necessitando de ajustes finais para sua operação. O sistema é atualmente um gerador de relatórios e não permite o seu uso gerencial de controle da gestão financeira do Projeto. Este necessita estar pronto e operante para que possa contabilizar todas as informações financeiras do Projeto e permitir a prestação de contas ao FIDA e o respectivo Pedido de Desembolso e prestação de contas. Sem isso não será possível fazer desembolsos e o projeto ficará sem disponibilidades de sacar recursos do FIDA. Em reunião com a o Secretário de Planejamento e o coordenador financeiro a ser incorporado ao Projeto advindo do Cooperar, foi acordado que o sistema lá utilizado será disponibilizado ao PROCASE e operante até 15-09-2017.

96. Relatórios e Acompanhamento: A contabilidade do projeto está sendo demonstrada em um balancete com informações não validadas por serem elaboradas em excel. Devido à fragilidade da contabilidade e o estimado volume de recursos a ser operado no pouco tempo de execução restante, o FIDA solicita que sejam enviados relatórios financeiros de periodicidade trimestral. A missão reitera a necessidade de estes serem extraídos diretamente do Sistema Contábil do Projeto.

D.2. Desembolsos

97. O valor do empréstimo de SDR 16.064.876 está atualmente em cerca de USD 22,6 milhões devido à variação do SDR, sem contudo o prejudicar, pois devido à valorização do dólar o valor em Reais Brasileiros passou de R\$ 40 milhões originais para cerca de R\$ 70 milhões. O PROCASE desembolsou em 5 parcelas o valor de USD 7,4 milhões, equivalentes a 33% do valor do financiamento do FIDA, sendo USD 3 milhões em adiantamento. Há em processamento uma parcela no valor de cerca de USD 1 milhão referente aos gastos do projeto em 2016/17. O saldo a executar do projeto até o seu final que ocorrerá em 2018 é de USD 15,2 milhões. Diante deste nível de desembolso há uma reflexão de que o Projeto **ainda não possui, com as condições atuais, a real possibilidade de utilizar o saldo de recursos até dezembro de 2018**, devendo ser considerado como último recurso o atendimento às propostas acordadas neste memorando quanto a confirmação do arranjo de gestão adicional ou o cancelamento parcial do empréstimo na ordem de USD 10 milhões.

98. Execução financeira pelas Organizações de Produtores Rurais – OPR (Associações e Cooperativas): A missão identificou como um risco importante a ausência de arranjos institucionais de gestão financeira adequados nas OPRs. Inclusive os arranjos de GF estabelecidos em nível da UGP para apoiar as OPR também são considerados insuficientes. Verifica-se o risco de capacidades da OPR com preparo insuficiente e aquém do esperado para gerir adequadamente os convênios. Para reduzir esses riscos, o projeto incluiu uma ação de Assessoria Técnica em Gestão (financeira, aquisições e organização), que irá desenvolver processos específicos para às OPRs e respectivos convênios. A UGP precisará estabelecer complementações aos contratos com Provedores de Serviços de AT credenciados, com pelo menos um técnico com perfil de gestão (administração, contabilidade e experiência comprovada em gestão de associações) para reforçar os fluxos da Gestão nas OPRs, com foco principalmente em controles internos, fluxos de fundos, aquisições e aspectos de prestação de contas, gestão de ativos e uso dos investimentos coletivos, organização para assegurar o fortalecimento em gestão AT. Estes técnicos deverão ter formação e experiência comprovada de pelo menos 3 anos nestes temas a fim de prover capacitações junto às OPR do PROCASE. A UGP também necessita de uma equipe adequada de técnicos em gestão de convênios (prestação de contas e apoio) que espera-se ser dotada com a equipe adicionada ao PROCASE durante a missão.

99. Abertura de conta pelos beneficiários: Reiteramos o tema sobre os procedimentos para abertura e operacionalização das contas bancárias pelos beneficiários do PROCASE que têm encontrado muitas dificuldades face ao alto grau de autonomia das agências do Banco do Brasil que acabam por não possuir entendimento uniforme acerca dos requisitos necessários. As dificuldades encontradas vão desde demora na atualização do cadastro, até problemas na obtenção da “chave J” – requisito sistêmico para criação da senha eletrônica e movimentação da conta. Muito sensível ao tema que tem impedido os beneficiários de realizar os pagamentos aos fornecedores de bens e serviços vencedores das licitações, a Missão solicita que o Gerente Administrativo Financeiro trate do assunto diretamente com o responsável pelas superintendências do Banco do Brasil na região.

100. Uso dos rendimentos dos convênios: A Missão reitera da possibilidade de utilização dos rendimentos da conta do convênio para aquisição de equipamentos para os projetos produtivos. A missão sinaliza como possível desde que sejam utilizados após o cumprimento das metas principais (previamente estabelecidas) e as novas aquisições sejam necessárias atreladas à consecução do objeto/finalidade do convênio. Deverá ser realizado um aditamento do Plano de Trabalho para contemplar às aquisições que serão realizadas com os referidos recursos e a OPR deverá proporcionalmente a contrapartida.

D.3. Fundos de contrapartida

101. Do valor pactuado de USD 12,1 milhões, apenas USD 2,4 milhões, 20%, foi executado até o presente momento entre recursos diretos e indiretos. O FIDA reconheceu o compromisso do aporte de USD 4,2 milhões (35%) relativos a investimentos na construção de 4 barragens na categoria de Investimentos Produtivos. Este aporte será ainda registrado contabilmente nas contas do Projeto a medida que forem sendo realizados. A UGP apresentou ainda um montante de USD 4,7 milhões (R\$ 14.730.076,05) relativos a investimentos em AT e capacitações realizada pelo EMATER desde janeiro de 2016 para também reconhecimento como contrapartida ao público alvo.

102. Do valor dos recursos de contrapartida financeira previstos no POA para 2017 é de R\$ 25,7 milhões (R\$ 13,7 nas barragens; R\$ 3,3 Milhões em AT; R\$ 8,7 milhões em outras ações com contrapartida financeira). Porém é necessária uma revisão no POA para dispensar o governo de aporte financeiro nas categorias de V e relacionadas à AT uma vez que apórtam bastante em outros programas do governo conforme acordado com o FIDA. Estima-se que a previsão orçamentária de R\$ 2,4 milhões disponível seja suficiente para o atendimento das demandas existentes. O FIDA reconhece os esforços e iniciativas do Governo quanto a disponibilidade de recursos financeiros da contrapartida R\$ 700 mil e ressalta que ainda faz-se necessário um valor para as despesas de gestão especialmente junto ao IICA. Até o momento não foram contabilizados a contrapartida dos beneficiários e dos recursos por estes acessados ao PRONAF. A Missão acordou com a UGP o aporte oportuno da contrapartida necessária e da contabilização da contrapartida dos beneficiários.

Tabela 05: Desembolso FIDA + Governo da Paraíba

DESCRIÇÃO	FIDA				Contrapartida		TOTAL
	USD milhões	Contrato	Des 2017	Des 2018	USD milhões	Contrato	USD milhões
I - VALOR DO FINANCIAMENTO TOTAL - ATUALIZADO	22,6	100%			12,10	100%	34,70
DESEMBOLSADO							
DESEMBOLSADO	7,4	33%			2,70	22%	10,10
SUBTOTAL DESEMBOLSADO	7,4	33%			2,70	22%	10,10
II COMPROMISSOS							
II.1- PASSIVO PROCASE							
A DESEMBOLSAR (PEDIDO Nº 6)	1,0	4%	1,00	-		0%	1,00
PPs de Edital assinados em 2015 - despesas em 2017 - 90PP	0,5	2%	0,50		-	0%	0,55
PPs reforço edital 2013/14/15 - 90 PP	0,3	1%	0,30	0,00		0%	0,30
ASSISTENCIA TÉCNICA - AT - 90 PPs	2,3	10%	1,00	1,30	-	0%	2,30
GESTÃO DO PROJETO	0,2	1%	-	0,20	2,00	17%	2,20
BARRAGENS (contrapartida reconhecida)	-	0%	-	-	4,20	35%	4,20
AT - EMATER (contrapartida a reconhecer)	-	0%	-	-	4,70	39%	4,70
SUBTOTAL PASSIVO PROCASE	4,3	19%	2,80	1,50	10,90	90%	15,25
II.2 - TEMAS PRIORITÁRIOS PROCASE							
ASSISTENCIA TÉCNICA - AT Edital 2016	1,0	4%		1,00	-	0%	1,00

DESCRIÇÃO	FIDA				Contrapartida		TOTAL
	USD milhões	Contrato	Des 2017	Des 2018	USD milhões	Contrato	USD milhões
PNAP 7 - AÇÕES INTEGRADAS PARA GRUPOS - EDITAL 2016	2,5	11%	1,70	0,80			2,50
AÇÕES DE FORTALECIMENTO DAS CAPACIDADES	0,4	2%	0,40	-	-	0%	0,40
SUBTOTAL TEMAS PRIORITÁRIOS	3,9	17%	2,1	1,8	-	0%	3,90
II.3 PLANO DE NOVAS AÇÕES DO PROCASE 2017/18(PNAP 2017/18)							
PNAP 1 -IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES PARA O USO PRODUTIVO DAS ÁGUAS DO RIO SÃO FRANCISCO	1,7	8%	0,50	1,20	0,50	4%	2,20
PNAP 2 -AÇÕES PARA FORTALECIMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS DO LEITE, PISCICULTURA, ARTESANATO E FRUTICULTURA DE FORMA SUSTENTÁVEL	0,5	2%	0,30	0,20	-	0%	0,50
PNAP 3- IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES PRODUTIVAS NOS ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA E NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS	2,5	11%	0,50	2,00		0%	2,50
PNAP 04 - REMANESCENTE PLANO EMERGENCIAL INCLUINDO AT- 2017	2,4	11%	1,00	1,40	0,50	4%	2,90
PNAP 5 - ABATEDOURO DE MONTEIRO	0,3	1%	0,20	0,10	-	0%	0,30
PNAP 6 - ESTUDOS AMBIENTAIS	0,2	1%	-	0,20			0,20
PNAP 8 - DESSANILIZADORES	2,4	11%	0,40	2,00			2,40
SUBTOTAL PNAP 2017	10,0	44%	2,9	7,1	1,0	8%	11,0
(B) SUBTOTAL PAP 2017	10,0	34%	2,5	5,1	1,0	8%	8,6
SUBTOTAL II - COMPROMISSOS 2017-2018	18,2	70%	7,40	8,40	11,90	98%	30,15
III - DESEMBOLSADO+ COMPROMISSOS	25,6	113%	7,40	8,40	14,60	121%	40,25
ADIANTAMENTO AO GOVERNO (diminuir)	3,0	13%					
TOTAL	22,6	100%					

D.4. Cumprimento das cláusulas do convênio de empréstimo

103. A missão verificou que não houve entrega do relatório de auditoria no prazo previsto (31/06/2017) e que foram parcialmente cumpridas as seguintes cláusulas:

- Designação da equipe-chave, que apesar de ter profissionais exercendo as principais atribuições previstas, ainda não possui uma designação formal para algumas posições centrais conforme estabelecido no contrato de empréstimo (gerentes dos componentes 2, 3 e financeiro);
- Contratação do software contábil para a gestão financeira;
- Disponibilidade em quantidade e oportunidade da contrapartida e orçamento;
- Não envio do POA oportunamente.

104. A missão registra que o Relatório de Progresso está sendo finalizado e o PAC e o POA estão sendo revisados pela UGP para adequação de novas ações ou readequação das existentes, assim como está em andamento a revisão do Manual do Projeto que é disponibilizado aos beneficiários. Foi verificado que é necessário melhorar a logística de guarda dos documentos provenientes dos beneficiários, instruindo as licitações e prestações de contas no mesmo processo de seu respectivo convênio e com a devida autuação. Outro ponto identificado é que em alguns contratos não foram inseridas as Cláusulas de Combate à Fraude e à Corrupção, ou foram feitas apenas menções de seu atendimento, sem a inserção das cláusulas na íntegra, dessa forma a missão **recomenda** que seja revista a logística de instrução dos processos e a inserção das cláusulas supracitadas completas nos contratos ou nos Termos de Referência.

D.5. Aquisições e contratações

105. O Arranjo das Aquisições e Contratações do Projeto está distribuído, conforme acordado, em parte sendo realizado pela própria UGP, em parte no âmbito de um Projeto de Cooperação Técnica – PCT com

o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA, e em parte pelas organizações representativas das famílias beneficiárias, no âmbito dos Projetos Produtivos. Como fluxo de aprovação das licitações realizadas pela UGP, os processos de licitações são registrados tanto no sistema da PGE – Procuradoria Geral do Estado da Paraíba, quanto no sistema da CGE – Controladoria Geral do Estado da Paraíba, onde são analisados. Esse trâmite já foi alinhado entre o Projeto e esses órgãos estaduais. Porém, foi criado um Comitê Gestor de Contingência, que trata de analisar os gastos do governo para verificar se não há abuso de preços e se esses são praticados conforme a realidade de mercado. As licitações do PROCASE estão sendo submetidas à análise desse Comitê, fato esse, que gera atraso considerável para se iniciar as licitações. Considerando que o Projeto não deve ter contingência, pois está amparado por um Acordo de Empréstimo e que possui um Plano de Aquisições e um POA com valores definidos e aprovados pelo FIDA e considerando a proximidade do encerramento do Projeto e a urgente necessidade de se acelerar as licitações, a missão **recomenda** que as licitações do Projeto PROCASE sejam liberadas de se submeter à análise deste mencionado Comitê.

106. A Equipe de Licitações e Contratos do Projeto PROCASE, neste ano de 2017, conta com uma Comissão Especial de Licitações composta por 03 (três) integrantes. Esses colaboradores integram a UGP/PROCASE, que também conta com mais 04 (quatro) colaboradores que atuam na área de licitações e contratos, sendo que 02 (dois) desses apoiam também as licitações dos beneficiários do Cariri Oriental e Médio Sertão/Seridó. Há mais 02 (dois) outros colaboradores lotados nas URGPs que atuam nas licitações dos beneficiários (Cariri Oriental e Curimataú). Ao todo, como apoio às licitações e contratos o Projeto conta com 09 (nove) colaboradores, sem contar com os cinco colaboradores da área financeira que apoiam as atividades de prestação de contas dos beneficiários. Diante do grande desafio de pouco tempo restante de execução do PROCASE, foi estabelecido pelo Secretário de Planejamento com o aval do Governador, uma equipe de força-tarefa para apoiar a UGP a finalizar os passivos do Projeto e a executar o restante das ações previstas. É necessária a integração e colaboração mútua dessas equipes para se atingir os resultados necessários no curto tempo restante de execução do PROCASE.

107. A missão analisou os documentos licitados pela UGP, pelos beneficiários e pelo IICA. Constatou que os arquivos dos registros das licitações e da documentação suporte de certames realizados no âmbito da UGP são devidamente instruídos e que os documentos relativos aos certames dos beneficiários (Projetos Produtivos) contam com uma logística de trânsito adequada, considerando inclusive, que há o cuidado de se arquivar todos os documentos originais. Porém, é importante que a UGP cuide da adequada guarda dos documentos dos beneficiários, instruindo-os no mesmo número de processos de seus respectivos convênios para se ter o controle desses registros e se evitar extravios. Além disso, é importante que o beneficiário mantenha cópia desses documentos para eventuais necessidades contratuais e de auditorias. Quanto à guarda dos documentos relativos às licitações realizadas no âmbito do IICA foi constatada fragilidade, considerando que os processos não são devidamente instruídos e são incompletos, não favorecendo uma análise completa das etapas dos certames.

108. No que concerne à conformidade dos processos de licitações e qualidade da documentação suporte a missão verificou que há fragilidade na forma de pontuação e avaliação de propostas de empresas e de currículos de consultores individuais licitados no âmbito do PCT/IICA. A nota de corte para contratação de consultor individual no âmbito do IICA de 40 pontos não é adequada ao regimento FIDA, que preza por melhores experiências e qualificações. **Recomendamos** ao IICA rever a questão de critérios de pontuação, tanto para seleção de empresas de consultorias, quanto para seleção de consultores individuais.

109. A missão verificou que a Gestão de Contratos no âmbito do Projeto precisa de melhor atenção dos técnicos e da UGP como um todo, a considerar o ocorrido com o Instituto de Assessoria à Cidadania e do Desenvolvimento Sustentável – IDS, que executou serviços de assessoria técnica no âmbito do Plano Emergencial e ficou sem receber o pagamento de alguns produtos devido ao prazo contratual ter expirado. O IDS foi contratado por dispensa de licitação com um contrato que contemplava 04 (quatro) produtos inicialmente e com vigência de 180 (cento e oitenta) dias, prazo esse inexecutável para a quantidade de produtos, já denotando falha ao se planejar o Termo de Referência. Foi aditado inicialmente para mais 6 (seis) meses, contemplando mais 02 (dois) produtos, onde se elaborou até o produto 05 (cinco), conforme verificado nos autos do processo administrativo. Porém, no transcorrer do aditivo denota-se tanto ineficiência de gestão técnica no acompanhamento da execução e aprovação dos produtos, como também um inadequado gerenciamento financeiro que ocasionou a falta de aporte de contrapartida nacional para honrar o compromisso assumido, ficando o IDS sem receber os pagamentos

dos produtos elaborados, pois expirou novamente o prazo contratual. A UGP para solucionar o pleito, instaurou processo de reconhecimento de dívida que considerou até o produto 04 (quatro), mas que ainda não foi pago. A missão **recomenda** fortemente que o produto 05 (cinco) entregue pelo IDS seja analisado pelo técnico responsável para emissão de parecer de conformidade e que a UGP solicite também reconhecimento de dívida do respectivo produto, acompanhando a efetuação dos pagamentos pendentes, de forma a se buscar preservar o equilíbrio econômico e financeiro da mencionada prestadora dos serviços. Diante o exposto, a missão solicita apuração de responsabilidade sobre os fatos ocorridos e imediata comunicação ao FIDA dos resultados apurados. Por fim, a missão **recomenda** primar por um melhor planejamento dos cronogramas de execução dos Termos de Referência, estabelecendo-se prazos exequíveis, maior atenção no gerenciamento desses prazos e na execução dos serviços e que a gerência financeira se aproprie dos devidos cuidados de prever na LOA os contratos firmados e garantir que o PROCASE honre com os compromissos assumidos.

110. Em observância às contratações relativas a novos Projetos Produtivos e Plano Emergencial mencionados no Memorando da RMT de junho/2017, foi verificado junto à UGP que há:

- i. O edital de Assessoria Técnica nº 01/2016, que está em vias de formalização de contratos com as organizações EMATER, COOPTERA, IDS e SENAR:
 - A EMATER - Empresa de Assessoria Técnica e Extensão Rural e o SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, classificados nos lotes 01 e 04 respectivamente deste edital 01/2016, integram o CEGIP – Comitê Gestor do PROCASE. O FIDA tem a informar que enquanto fizerem parte deste Comitê não poderão executar os serviços deste referido edital, pois configura conflito de interesses. Para que possam assumir esses contratos deverão se desligar do Comitê e a UGP deverá enviar ao FIDA cópia digitalizada desse documento antes do início dos serviços. Caso ambas as instituições optem por continuar no Comitê, a missão **recomenda** que sejam chamadas as proponentes classificadas em segundo lugar nos lotes 01 e 04 para assumir o contrato;
 - O edital contempla os 90 projetos produtivos aprovados entre 2013 e 2015, com convênios já estabelecidos com os beneficiários. Esses contratos envolvem tanto a Assessoria Técnica, quanto Assessoria em Gestão Administrativa e Financeira para apoiar as licitações e as respectivas prestações de contas;
 - Esse edital será aditado em breve com o aporte de novas atividades e respectiva remuneração para suprir as demandas do Plano Emergencial. Oportunidade em que essas organizações contratarão mais profissionais para tratar desta nova demanda. Esse aditivo de atividades deverá ser efetivado com até 25% do valor atual de cada lote correspondente às novas atividades de assessoria técnica às famílias beneficiárias do Plano Emergencial;
 - É necessário o acompanhamento conjunto da equipe atual e da equipe da força-tarefa para que seja possível lograr a execução desses serviços com êxito e resultados positivos, considerando o curto tempo disponível e o fato de que 2018 será ano eleitoral.
- ii. O edital para assessoria técnica dos PP de jovens, mulheres e comunidades quilombolas encontra-se em preparação pela equipe do PROCASE e será em breve revisado pela equipe FIDA para finalização e início do certame. Diante do curto tempo do projeto, a missão recomenda que as Associações beneficiárias não realizem as licitações de seus planos produtivos e que as demandas de aquisições sejam levantadas em blocos e os certames realizados pela UGP com o apoio da equipe de força-tarefa. Deve ser elaborado um adequado planejamento de recebimento e entrega desses bens e serviços aos beneficiários, para que esteja em consonância com os serviços de assessoria técnica que esses beneficiários receberão;
- iii. Outras licitações (aquisições) ocorrerão no âmbito do PROCASE com o apoio da equipe de força-tarefa, relativas ao atendimento de questões do plano emergencial e de demandas correlatas acordadas com o Governo do estado.

111. A missão **recomenda** proatividade na elaboração desses Termos de Referência e estimativas de custos (orçamentos) e dos documentos pertinente aos respectivos certames para agilizar as contratações,

buscando parceria nas análises da PGE e CGE, conforme determinado pelo Governador do Estado em reunião com FIDA.

D.6. Auditoria

112. A missão verificou que a auditoria referente às contas de 2016 teve opinião sem ressalvas quanto à elegibilidade das despesas realizadas, movimentação da conta designada e licitações. Contudo emitiu opinião com ressalvas relativas aos Demonstrativos Contábeis e moderadamente satisfatórios quanto ao Controle Internos da UGP. Durante a missão verificamos que os itens apontados no Relatório de Auditoria não obtiveram a atenção necessária para a devida solução. A missão reitera solicita que sejam enviados ao FIDA a confirmação de envio e recebimento dos Relatórios de Auditoria à CGE para acompanhamento, conforme solicitado em missões anteriores. Para o ano de 2017 o projeto deverá enviar o TDR de auditoria ao FIDA até outubro de 2017 para a seleção e contratação da firma. A missão ressalta a necessidade do cumprimento do prazo determinado para apresentação do relatório de Auditoria ao FIDA em 30 de junho de 2018 a fim de evitar o atraso como ocorreu em 2017.

E. Sustentabilidade

113. Considerando o baixo nível de implementação alcançado nas comunidades, não existem ainda elementos suficientes para avaliar a sustentabilidade das ações do Projeto.

114. Em um tempo curto vai ser necessário implementar uma grande parte das ações previstas. As orientações realizadas pela missão consideram a necessidade de alcançar as metas do Projeto de uma forma sustentável, nas diversas dimensões que se podem atribuir a um projeto de desenvolvimento, ou seja de ponto de visto, social, económica, ambiental e institucional.

115. Até a finalização do Projeto, o fortalecimento da sustentabilidade vai essencialmente depender da capacidade e forma de atuação equipe que vai assumir a implementação, tanto em nível da equipe do Projeto como das equipes contratadas par realizar a assessoria técnica.

116. As articulações institucionais existentes e em construção serão outro fator importante da sustentabilidade do Projeto.

F - Programa de trabalho acordado entre a SEDAP e o FIDA.

Plano de Trabalho FIDA-Governo da Paraíba

Nº	Atividade	Meta	Prazo
1	M&A	Consolidação do banco de dados dos beneficiários e definição de uma metodologia para mensuração dos indicadores de impacto.	11.10.2017
2	M&A	Revisão do ML, tendo como referência os acordos e recomendações definidos durante a presente missão e alinhado com o POA 2017 revisado.	11.09.2017
3	Comp. 1 – Eixo de capacitação em gestão	Formular proposta de acompanhamento e capacitação das associações naquilo que se refere à gestão dos convênios.	30.09.2017
4	Comp. 1 – Eixo de capacitação em equidade de gênero	Desenhar e implementar eventos de capacitação sobre a promoção de equidade de gênero para as equipes de AT das entidades a serem contratadas em breve.	15.09.2017
5	Comp. 1 – Eixo da qualificação profissional	Assinar e iniciar os trabalhos do Termo de Cooperação com a UEPB para o curso de técnico agrícola.	15.09.2017
6	Comp. 1 – Eixo das capacitações técnicas	Definir, junto com os Componentes 2 e 3, quais são os cursos, oficinas que são mais urgentes (2017), para poder trabalhar na viabilização destes eventos.	15.09.2017
7	Focalização: Juventude, Gênero, Raça e Etnia	Elaborar uma proposta metodológica sobre Gênero, juventude, Raça e Etnia para formação e monitoramento das empresas de AT contratadas no edital 2014/2015.	31.08.2017
8	Focalização: Juventude, Gênero, Raça e Etnia	Elaborar aportes de Gênero, juventude, Raça e Etnia para contratação de AT para o edital de 2016.	15.08.2017
9	Difusão – Planejamento da ação de comunicação	Elaboração de Plano, contendo ações tais como sistematização de experiências, atualização de <i>Fanpage</i> e site do PROCASE, etc.	15.09.2017
10	Difusão – Articulação com o Programa Semear Internacional	Definir procedimentos de intercâmbio de informações e construir iniciativa conjunta de âmbito da Gestão do Conhecimento.	30.09.2017
11	Aditivo dos Projetos Produtivos do edital 2013/2014	Concluir a tramitação dos processos no PROCASE e demais setores do Estado.	15.09.2017
12	Projetos de obras civis para os PP do edital 2015	Concluir todos os projetos de engenharia dos 30 PP e os TdR para os processos de licitação.	21.09.2017
13	Contratação de AT	Contratar uma ou mais entidades de AT para assumir os PP do edital 2016.	30.09.2017
14	Contratação de AT	Encaminhar aditivos dos contratos das 4 entidades de AT para permitir o atendimento dos grupos dos PE e da ação do PROCASE nos assentamentos.	30.09.2017
15	Ações do PROCASE 2017/2018	Apresentar os primeiros projetos e/ou planos de negócios detalhados das novas propostas.	Até 15.09.2017

Plano de Trabalho FIDA-Governo da Paraíba – Administrativo-Financeiro

Nº	Atividade	Meta	Prazo
1	Elaboração do TDR para atendimento de 40 Projetos Produtivos para Mulheres, Jovens e Quilombolas.	Equipe de gênero com o apoio da equipe técnica da UGP/PROCASE finalizará o TDR para análise da equipe FIDA.	15.08.2017
2	Elaboração do Edital e do Aviso de Licitação relativo ao TDR para atendimento de 40 Projetos Produtivos para Mulheres, Jovens e Quilombolas.	Equipe de licitação da UGP com apoio da equipe de força-tarefa elaborará o edital relativo aos 40 projetos produtivos.	28.08.2017
3	TDR 160 poços tubulares (...) e TDR 123 cataventos (...) e orçamentos.	Equipe técnica da UGP está revisando o custo total orçado para esses TDRs para envio ao FIDA.	14.08.2017
4	Elaboração dos Editais para os TDRs relativos a 160 poços tubulares e TDR 123 cataventos.	Equipe da UGP com apoio da equipe de força tarefa elaborará os editais para esses TDRs.	18.08.2017
5	Sistema de Gestão Contábil	Disponibilidade do sistema SMI do COOPERAR para utilização das informações financeiras do PROCASE	15.09.2017
6	Gestão Financeira	Nomeação de um efetivo Gerente Administrativo Financeiro para coordenar as ações de gestão financeiros, aquisições e convênios do PROCASE	30.08.2017
7	Auditoria	Envio do Relatório de Auditoria 2016 ao FIDA	30.08.2017
8	Revisão do POA	POA de 2017 deverá ser atualizado contendo as novas ações do Projeto. Encaminhar também o POA 2018.	30.08.2017

H. Conclusões

117. A missão do FIDA gostaria de reconhecer o empenho e rápida articulação promovidas desde a nomeação do novo Coordenador-Geral do Projeto PROCASE em meados de maio de 2017, o que em grande parte contribuiu para o refinamento do diagnóstico do Projeto e depuração detalhada dos gargalos e entraves existentes para que o Projeto possa seguir adiante. A situação de emergência do Projeto PROCASE, detectada na missão de Revisão de Meio-Termo de Dezembro de 2016, agravou-se ao longo da primeira metade de 2017 e foi necessário o envio de uma carta gerencial do FIDA de Roma para o Governador do Estado em maio, solicitando mudança na gestão do Projeto. Desde maio, a nova Coordenação tem se dedicado a mapear o estado de implementação do Projeto e apresentar propostas para a aceleração da sua execução. Estas propostas foram analisadas pela missão e incorporada nos novos Planos de Ação para o PROCASE (PNAP).

118. O Projeto PROCASE chega ao seu quinto ano (de um total de seis) com uma execução financeira de apenas USD 8,5 milhões, sendo que o montante previsto no Acordo de Empréstimo, incluindo fontes FIDA e Governo do Estado, é superior a USD 37 milhões (dos quais USD 25 milhões são de recursos FIDA).

119. Durante esta missão, foi fundamental a dinâmica e eficiente mobilização do Secretário da SEPLAG e sua interlocução constante com o Governador do Estado para a deliberação das medidas corretivas para o Projeto. Neste momento, faz-se imprescindível:

- i) A rápida operacionalização da Força-Tarefa montada pelo Governador, e mobilizada por meio das Secretarias de Planejamento e de Recursos Hídricos, com imediata disponibilização de técnicos advindos do Programa COOPERAR, da SEPLAG, do FUNDEP ou do Programa Água Doce para implementação de todas as novas ações do PNAP;
- ii) A contratação imediata das 4 Empresas para AT aos 90 PP já elaborados para apoio aos beneficiários na implementação das atividades dos projetos, incluindo licitações, gestão e prestação de contas;
- iii) A correção, ajustes e implementação dos 90 PP já elaborados, de acordo com as recomendações deste documento, sob a liderança do Gerente do Componente Produtivo, com apoio do Gerente em Monitoramento e Avaliação e do Gerente Financeiro-Administrativo;
- iv) O lançamento imediato do novo Edital de AT para acompanhamento dos 40 PP do Edital de 2016, e simplificação do mecanismo licitatório, como, por exemplo, priorizando instalação de cisternas ou poços via Central de Compras do Estado;
- v) Atingimento de 80% de execução até as eleições de 2018, de modo a possibilitar a não devolução de recursos ao FIDA advinda do cancelamento de parte do Empréstimo.

120. Em reunião com a missão do FIDA no dia 8 de agosto, o Governador do Estado indicou seu comprometimento pessoal com a execução integral dos recursos previstos no Acordo de Empréstimo até 2018, destarte descartando qualquer possibilidade de cancelamento de parte dos recursos de fonte FIDA para o Projeto.

121. Apesar do legado e passivo desafiador dos últimos anos, o FIDA detecta um renovado e comprometimento com a execução física e financeira do Projeto PROCASE em sua integralidade no momento atual. Na certeza de que o PROCASE tomará novos rumos, e consciente dos trabalhos que virão, o FIDA coloca a sua equipe à inteira disposição do Projeto para que as metas de levar desenvolvimento às áreas rurais mais pobres do Estado sejam atingidas. A missão também agradece ao Governador, às Secretarias de Planejamento, Secretaria de Recursos Hídricos, ao Secretário da SEDAP, à equipe do Projeto, e em especial ao novo Coordenador-Geral, por contribuírem de forma tempestiva, pronta e dedicada para o sucesso da missão.

João Pessoa, 10 de agosto de 2017.

Rômulo Montenegro
Secretário da Agropecuária e da Pesca (SEDAP)

Leonardo Bichara Rocha
Oficial de Programas do FIDA para o País

Waldson Souza
Secretário de Estado de Planejamento (SEPLAG)

Aristeu Chaves
Coordenador Geral do Projeto PROCASE

Anexo – 01

Missão de Campo Avançada

Este documento tem como objetivo apresentar as impressões gerais da equipe do FIDA sobre as visitas de campo realizadas durante a missão.

As visitas ocorreram em dois momentos, sendo o primeiro entre os dias 26 e 28 de julho com a realização de uma missão avançada e o segundo nos dias 2 e 3 de agosto, com outros dois grupos de consultores do FIDA.

Foram realizadas visitas em projetos produtivos e planos emergenciais em 12 municípios distribuídos por 4 territórios, abrangendo principalmente atividades com artesanato, caprinocultura e ovinocultura. A tabela a seguir apresenta informações sobre as entidades e algumas informações sobre os beneficiários.

Projetos Produtivos Visitados

Territórios / Projetos Produtivos	Famílias	Mulheres	Jovens	Quilombolas
Cariri Ocidental	179	137	19	30
Associação Comunitária das Mulheres Produtoras de Camalaú	50	50	11	0
Associação Comunitária dos Pequenos Agricultores Assentados do Sítio Juá	32	8	1	0
Associação dos Quilombolas Rural de Areias de Verão	30	23	1	30
Associação dos Trabalhadores Rurais do Assentamento Xique Xique	36	26	6	0
Cooperativa de Produção de Bens e Serviços de São João do Tigre - COOPERTIGRE	31	30	0	0
Curimataú	122	50	9	18
Associação Comunidade Negra Serra do Abreu	50	18	1	18
Associação dos Trab.Rurais do Proj.de Assentamento Santa Verônica	16	9	0	0
COOGARIMPO-Cooperativa de Garimpeiros de Nova Palmeira	48	15	6	0
COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DO PA OZIEL PEREIRA - COOPAP	8	8	2	0
Médio Sertão	30	21	1	30
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA LOUCEIRAS NEGRAS DA SERRA DO TALHADO	10	10	0	10
Associação Comunitária Quilombola Pitombeira	20	11	1	20
Seridó	21	0	1	0
Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos do Município de Juazeirinho	21	0	1	0
Total Geral	352	208	30	78

Projetos Produtivos:

Situação no Escritório do Seridó Oriental de Juazeirinho

12 Projetos Produtivos

- 5 de 2014: 2 em finalização e 3 com aditivo.

- 7 de 2015:

1 com pendências com um projeto anterior (Cooperar)

1 com implementação iniciada,

3 com dinheiro na conta, dos quais um iniciou a implementação e 2 com pendências que impedem receber o recurso.

Para vários projetos de 2014 foi necessário realizar aditivo, para adequar o recurso e as atividades, e em alguns casos a renovação de prazo do convênio. Várias demandas foram encaminhadas para a UGP em fevereiro ou março e ainda permanecem sem posicionamento.

As equipes de campo mencionam a dificuldade de comunicação com o setor financeiro e das licitações para obter informações, indicando para a missão a presença de gargalos que comprometem a realização das atividades em campo.

A elaboração dos projetos de engenharia para as obras civis dos PP do edital 2015 ainda não foram concluídas. Mesmo com o reforço da equipe com uma arquiteta para atuar com o engenheiro civil na UGP, o volume de trabalho para elaborar todos os projetos e acompanhar outras atividades como as

barragens ainda é muito alto. Esta equipe também deverá cuidar da fiscalização dos serviços em campo tão logo essas obras iniciem.

O longo prazo desde a identificação e elaboração dos projetos, além de prejudicar as famílias que deveriam ter recebido os benefícios do Projeto, contribuem para os seguintes problemas: i) diminuição do número de famílias por desistência, ii) pendências administrativas das associações que vão surgindo, iii) necessidade de aditivo devido as inconsistências na elaboração e/ou aumento dos preços.

Foi visitado o PN da COOGARIMPO, sobre artesanato a partir de produtos da mineração. O Projeto aparece como 100% realizado, enquanto ainda falta a parte ambiental que é a construção de fossas de decantação. Isso será financiado com recursos da aplicação do recurso na conta dos beneficiários. Nesta visita foi possível identificar que os investimentos parecem terem sido apropriados por poucos membros, diferente do previsto pelo documento do PP.

Os aspectos de organização dos beneficiários em torno dos PP ainda não foi devidamente trabalhado. Mesmo nos PP mais avançados, ACCOMJ, que recebeu todos os investimentos e está concluindo o PP, nada foi definido entre os beneficiários para saber como cada um irá trabalhar e receber do PP.

Esses casos chamam a atenção o nível de envolvimento das equipes atuais dos escritórios regionais. Algumas atividades que não dependem da UGP ou de outros procedimentos já poderiam ter sido executadas para melhorar a implementação. Isso reforça o questionamento sobre a capacidade que essas equipes possuem para realizar um bom acompanhamento das entidades de AT.

Assessoria Técnica

A COOPTERA já acompanhou vários assentamentos beneficiários do PROCASE. Os depoimentos recolhidos durante as visitas (Assentamentos Oziel Pereira e Santa Verônica) são positivos, quanto a qualidade do serviço provido. Isso pode ser um ponto positivo para que a entidade que vai atuar no Curimataú seja rapidamente operacional. Por outro lado, será necessário acompanhar para que a entidade priorize a agenda do PROCASE e não as atividades que ela já vem realizando.

O SENAR já fez várias capacitações na região. A comunidade de Serra do Abreu prestou bom depoimento sobre a qualidade dessas capacitações. O PROCASE deverá observar atentamente para que a AT provida não se limite apenas às capacitações.

Em relação à prestação de AT que será realizada pela Emater, parece que não serão colocados profissionais especificadamente para atuar com os beneficiários do PROCASE. Aparentemente os técnicos já presentes assumirão esses serviços além dos outros para os quais eles já atuam.

Observações importantes:

Será importante que essas entidades e, principalmente os técnicos no dia a dia, assumam os PP tais como eles foram elaborados e garantam uma AT de qualidade. Isso será um grande desafio, considerando que a elaboração dos PP apresenta fragilidades relacionadas às condições nas quais esses PP foram elaborados.

As equipes dos dois escritórios regionais com as quais houve contato não parecem muito bem preparadas e prontas para receber, acompanhar e fiscalizar o trabalho das entidades de AT. É importante definir um plano de trabalho preciso, com atividades prioritárias, para cada regional. Além disso, e antes que essas entidades iniciam o trabalho de campo, será importante um trabalho de nivelamento sobre a atuação do Projeto. Os documentos recebidos ainda estão em versões provisórias.

Está previsto que todo o apoio administrativo para as associações, incluindo o apoio para realizar as licitações e prestações de conta seja realizado pelos técnicos de AT. Esse ponto precisa ser cuidadosamente avaliado, porque esses aspectos demandam muito tempo para serem atendidos. Existe ao mesmo tempo uma demanda importante para realizar o apoio técnico e organizacional/gestão dos PP em curso. Considerando o atraso acumulado na implementação dos PP, e a demanda importante tanto nos aspectos administrativos e financeiros como técnicos/gestão, torna-se relevante colocar pessoas especialmente dedicadas ao apoio administrativo e em gestão.

Plano Emergencial:

Desde dezembro 2016, quando terminou o contrato com IDS, os beneficiários não receberam mais AT.

Em campo podemos distinguir 3 casos:

1. As atividades realizadas e em funcionamento.
2. As atividades realizadas e que não funcionam.
3. O que ainda não foi realizado.

As informações do sistema de Monitoramento informam somente sobre o ponto 3 e de uma parte do caso 1. Não foi possível obter informações para identificar o caso 2, entretanto durante as conversas com as equipes do Curimataú e de Juazeirinho, a impressão é de haver muitas barragens e poços que foram efetivamente realizados, mas que não funcionam por razões diversas: poços secos ou de água salgada¹¹, barragens que foram deterioradas com as primeiras chuvas.

A princípio, não parece que seria uma boa estratégia desconsiderar os problemas, sabendo que:

- 1) Os beneficiários não usufruem de nenhum benefício disso.
- 2) Na maioria dos casos visitados, esses problemas se devem a falta de AT ou a AT deficiente. Portanto, seria bom avaliar se o projeto pode realmente fazer algo para recuperar essa situação. Uma estratégia adequada é realizar um diagnóstico que permita detectar e avaliar os problemas em campo e definir um plano de recuperação para minimizar a perda do que foi realizado e sobretudo beneficiar as famílias que esperam pelos resultados

Sobre o caso 3: licitações estão em curso para finalizar a instalação do que foi previsto e ainda não realizado.

Exemplo dos poços no Curimataú:

- dos 60 poços previstos:
 - falta perfurar 30;
- dos 30 já perfurados:
 - nenhum está completo com bomba, plantio de palma.
 - 16 estão com boa vazão e o resto inutilizáveis (vazão muito baixa, salinidade, ausência de água)

Efeitos positivos:

- 1) Quando a execução ocorreu dentro do planejado, a exemplo da comunidade Unhas de Gato e Angiquinho, os beneficiários aproveitaram a instalação do sistema de irrigação para plantar capim perto da cerca, milho, as mulheres da comunidade utilizam o sistema de gotejamento para cultivar alguns canteiros de alface, coentro e cebolinha.
- 2) Outro ponto positivo foi a introdução de palma de variedade resistentes em comunidades que não tinha esse cultivo.

A questão dos viveiros para produção de mudas:

Foi visitado um viveiro para produção de mudas (Assentamento Santa Verônica) cujo a construção iniciou há mais de um ano e ainda não foi concluído. Os problemas apontados nas missões anteriores não foram solucionados. A construção foi realizada num lugar onde venta muito e o sombrite foi rapidamente inutilizado.

¹¹ Por exemplo no Curimataú, o objetivo foi a perfuração de 60 poços. Até agora foram perfurados 30. O que consta nas tabelas de monitoramento. Desses 30 somente 16 estão com boa vazão. Os outros não tem água, ou a água é muito salgada, ou a vazão é extremamente baixa. Ou seja, inutilizável e sem impacto para os beneficiários.

Foram solicitadas informações detalhadas sobre o estágio de todas as UA, para uma avaliação mais detalhada. É necessário recuperar os viveiros com problemas e finalizar os que ainda não foram concluídos, para finalmente tornar esses investimentos produtivos.

Barragens:

Foi realizada uma visita à barragem de Tenório, com o dono da empresa que está executando a obra das 4 barragens que serão contrapartida do Estado. A obra iniciou em 25/05/17 e tem previsão de finalização no final de agosto. A obra encontra-se bem adiantada e a empresa transmite boa impressão sobre a qualidade do trabalho. Das três outras barragens:

- Uma está precisando redefinir o lugar exato da construção. Previsão de início da obra antes de final de agosto, com conclusão em fevereiro 2018.
- As outras duas estão com obra iniciada, com previsão de conclusão em outubro e janeiro.

Informações sobre monitoramento:

- As informações recebidas não informam sobre a qualidade das realizações e o nível real de implementação em campo.
- Na tabela recebida, em alguns casos a descrição do PP não corresponde à realidade: em 2 casos onde vai ser construída uma unidade de beneficiamento de fruta, consta como fruticultura. No caso de Oziel Perreira, aparece como “Outro” enquanto se trata de uma unidade de beneficiamento de bolos.
- Nas conversas com as equipes dos dois escritórios visitados, observou-se a ausência de clareza sobre a situação detalhada da atuação do escritório, para cada linha de atuação (número de PP e estágio detalhado, situação de cada PE, etc.). Essa ausência de informação clara e organizada não favorece um bom planejamento e seguimento do trabalho no dia a dia. Isso torna-se mais preocupante com a chegada das entidades de AT.

Outros pontos positivos:

- A mudança de coordenação está sendo mencionada como algo que mudou bastante. Parece mais acessível e mais atento aos gargalos. O fato que o novo coordenador já visitou todos os escritórios e algumas comunidades teve um impacto forte sobre a equipe.
- Os intercâmbios de mulheres e quilombolas realizados foram muitos positivos e sempre comentados nas comunidades visitadas. Além da troca de experiência, cria uma identidade em torno do projeto e uma rede de troca. Contudo, além desses depoimentos positivos, parece que pouco se evoluiu com esses intercâmbios no sentido de dar continuidade a algumas atividades pós intercâmbio.
- Foi lembrado com os técnicos da importância de realizar intercâmbios entre: i) comunidades mais adiantadas e comunidades que ainda não iniciaram a implementação do PP, ii) entre comunidades que trabalham as mesmas atividades produtivas para agilizar os projetos (ex: sobre produção).
- As atividades do ambiental avançam junto com o Produtivo.
- O andamento das barragens como contrapartida está evoluindo bem e com uma agenda satisfatória.
- Em várias visitas, foram mencionadas parcerias/ apoio das prefeituras para principalmente dois eixos: i) apoio com máquinas (retroescavadeira, caminhões etc) para nivelamento e escavação para construções, abertura de caminho, (ex. Nova Palmeira); e ii) apoio para resolução de pendências administrativas de associações ou cooperativas (ex. prefeitura de Picuí com a cooperativa de Frei Martinho).
- Chuva: após tantos anos de seca, é muito bom ver as famílias mais animadas, com a volta da chuva. Contudo, ainda muita irregularidade e em alguns lugares o déficit hídrico permanece muito forte e os produtores relatam melhorias, mas ainda muita insegurança.

Anexo 2

Sobre a Assessoria Técnica no PROCASE

1. Introdução: das características da Assessoria Técnica e o seu papel para o PROCASE

Cabe lembrar sempre que Assessoria Técnica (AT) é um ponto de destaque dos projetos de desenvolvimento sustentável apoiados pelo FIDA no Nordeste brasileiro, que deveria caracterizar a estratégia de intervenção destes. Desta forma, o FIDA entende que a função da assessoria técnica (AT) também é crucial para o trabalho do Projeto PROCASE.

Nos momentos de debate e reflexão proporcionados pelas missões (de supervisão e RMT) do FIDA realizadas em 2014, 2015 e 2016, foram discutidas as principais características de deveria ter o serviço de AT a ser provida pelo PROCASE. Cabe lembrar, no momento da RMT, estas características¹². Nas discussões mantidas com a equipe do Projeto, foi visto que a AT do PROCASE deverá ter uma presença regular junto aos grupos / entidades atendidas (presença quinzenal ou até semanal, principalmente em algumas fases como, por exemplo, a elaboração do Projeto Produtivo (PP) e início da implementação deste). Esta assessoria deverá realizar diversas tarefas, incluindo, num primeiro momento: a apreciação/diagnóstico da situação inicial do grupo/entidade (com vistas à preparação do PP), passando em seguida à própria elaboração do PP (com alguma assessoria especializada externa pontual, se for necessário). Uma vez elaborado, o PP deverá passar pelo processo, definido pelo PROCASE, de apreciação, eventual correção (se necessário) e aprovação.

Em seguida, cabe a esta mesma assessoria acompanhar a implantação do projeto. É difícil determinar previamente quais serão exatamente todas as tarefas nesta fase, inclusive porque podem não ser as mesmas para PPs diferentes. Mas é possível antever que será necessário: fazer capacitações (ou organizá-las quando exijam competências de terceiros), organizar visitas de intercâmbio, experimentar inovações, elaborar projetos de crédito PRONAF, etc. A AT também terá a responsabilidade de acompanhar e fortalecer a organização conveniada com o PROCASE. Este último trabalho incluirá um acompanhamento para permitir que a organização conveniada possa realizar satisfatoriamente a administração dos recursos do PP. Mas incluirá também um apoio para outros aspectos organizativos e de comercialização que sejam importantes para o grupo/organização em questão.

Esta AT fornecida ao grupo/entidade dos beneficiários deverá ter uma duração longa o suficiente para acompanhar todo o processo de implementação do PP e assegurar o seu bom funcionamento após a implantação. O tempo exato poderá variar segundo o caso, mas seria possível talvez estabelecer um período mínimo inicial de, por exemplo, dois anos. Este período deve ser reavaliado subsequentemente.

Assim, conforme foi dito na descrição da estratégia de intervenção do Projeto PROCASE (seção C1 – Aspectos Institucionais, do Memorando da RMT de dezembro de 2016), a elaboração e implementação de Projetos Produtivos é o elemento central da sua atuação junto ao público beneficiário e o cerne do trabalho da Assessoria Técnica. Neste âmbito, o desenho do Projeto menciona a necessidade dela contribuir para “melhorar a produtividade”, assim como aprimorar a “capacidade organizacional” e a “gestão de negócios” e a “capacidade de comercialização”. Também acrescentamos aqui a importância da AT na busca da sustentabilidade ambiental da produção das famílias atendidas.

2. A provisão deste serviço de AT no PROCASE

A estratégia de intervenção do PROCASE é composta por dois tipos principais de intervenção – os Projetos Produtivos e os Planos Emergenciais. Para o primeiro tipo a elaboração e implementação de Planos de Negócios é o elemento central da sua atuação junto ao público beneficiário. Neste caso, a AT deve ter um papel central no processo de elaboração do PN de cada grupo/entidade atendido e, depois, realizar a implementação destes PNs. Registre-se que é o conjunto deste processo (elaboração e implementação) que deveria ser campo de trabalho do serviço de Assessoria Técnica provido pelo Projeto. Por outro lado, o segundo tipo – o Plano Emergencial (que incluiu perfuração de poços, empresas de construção para as barragens subterrâneas, fornecedores de palma e de kits de irrigação) – foi implementado por meio de compras centralizadas pelo PROCASE. Neste último caso, houve durante um tempo, um acompanhamento à implantação realizada por uma entidade de AT (IDS) contratada pelo Projeto.

2.1 – A provisão de AT para os grupos / comunidades entendidos com Projetos Produtivos

¹² Note-se que estas características foram registradas nos Memorandos da Supervisão de 2014 e 2015, e da RMT de 2016. Além disso, o FIDA enviou documentos de apoio sobre o tema.

Na atualidade o PROCASE trabalha com Projetos Produtivos em 90 grupos/comunidades (aproximadamente 2.100 famílias). Houve alguns poucos casos, no passado, nos quais o PROCASE contou com o apoio de uma AT que já trabalhava junto ao grupo selecionado para a elaboração do Projeto Produtivo. Mas este apoio se esgotou rapidamente e o Memorando da RMT (de dezembro de 2016) registrava que os PPs só contavam com o apoio da equipe do próprio PROCASE. Este mesmo documento também mencionava a esperança de que esta questão estaria resolvida em breve (para março de 2017), pelo menos para os PPs oriundos dos editais 2013/14. Para o caso do edital de 2015, seria necessário, e urgente, o lançamento de um edital para contratação de entidades para a provisão deste serviço. Na supervisão de agosto 2017, a missão do FIDA constatou que, mais uma vez, infelizmente, este processo sofreu um atraso. Mas existe a expectativa de que os contratos com as quatro entidades selecionadas (EMATER, COOPTERA, SENAR e IDS) para os 50 PPs dos editais 2013 / 14 possam ser assinados e publicados ainda no mês em curso (agosto) e que as equipes possam iniciar o trabalho até o mês próximo.

A situação dos grupos selecionados pelo edital de 2016 não evoluiu, do ponto de vista da provisão de AT, desde a última missão do FIDA. Falta então, para estes 40 grupos/comunidades, que seja feito todo o processo de seleção e contratação das entidades. Embora tenha sido recomendado que o processo fosse iniciado na maior brevidade possível, o edital para esta contratação ainda não foi lançado.

2.2 – A provisão de AT para os grupos / comunidades atendidos no âmbito do Plano Emergencial

O Plano Emergencial, no âmbito do PROCASE, anunciou em 2015 a realização de investimentos junto a 560 grupos/comunidades (aproximadamente 3.900 famílias). A ação não chegou a todos estes grupos, mas os investimentos foram iniciados em aproximadamente 400 comunidades. Foi possível, em 2016, atender estes grupos via um processo de contratação simplificado, graças ao Estado de Emergência declarado pelo Governo Estadual. A entidade contratada – IDS – iniciou o trabalho em campo em fevereiro de 2016. A missão da RMT registrou que a presença da equipe do IDS foi extremamente valiosa para os resultados alcançados nesta iniciativa. A missão de supervisão foi informada que, infelizmente, o trabalho desta entidade teve que ser interrompido no final de 2016, já que não possível aditar o contrato. De qualquer forma, vai ser necessário encontrar uma maneira de prover AT para estes grupos do Plano Emergencial. A missão foi informada que a forma mais célere para fazer isto é por meio de um aditivo aos contratos que estão sendo assinados, mencionados no parágrafo anterior.

3. Observações

A presente missão de supervisão enfatizou que, com a contratação iminente de diversas entidades de AT, o trabalho das equipes do PROCASE (URGP e UGP) junto às 50 comunidades com PP deverá mudar de natureza. Caberá então às equipes do Projeto fazer a supervisão das equipes contratadas.

Nestes casos, o primeiro passo a ser realizado pela equipe do PROCASE será o de ajudar a montar um planejamento do trabalho da AT junta a cada grupo atendido, já que as necessidades de cada grupo / comunidade serão provavelmente bem diferentes umas das outras. Após este momento inicial será necessário fazer um acompanhamento que permita corrigir os rumos do trabalho quando isto for necessário. Também deverão ter um papel na articulação destes diversos trabalhos com outros agentes que possam contribuir com as atividades realizadas nas comunidades. Numa reunião mantida com representantes do SENAR (uma das entidades que está sendo contratada para prover AT), a missão teve a oportunidade de observar, na prática, o que deverá ser este tipo de trabalho. Ficou bem evidente nesta reunião que a entidade não tinha entendido plenamente o que o PROCASE esperava dela e demonstrou reticências ao perceber que era esperado dela um apoio às organizações dos beneficiários no âmbito da gestão e mais especificamente, nas aquisições previstas nos convênios dos Projetos Produtivos. Este tipo de situação, onde irão aparecer dúvidas, incompreensões e mal-entendidos, deve se repetir com frequência ao longo da execução destes contratos de AT.

Em preparação deste novo tipo de trabalho, a equipe do Procasse está desenvolvendo alguns instrumentos que possam ajudar nesta tarefa de estabelecimento de uma relação profícua e construtiva entre o Projeto, as comunidades e as entidades contratadas. O mais importante destes instrumentos, no momento inicial, é o que está sendo chamado de Plano de Desenvolvimento do Empreendimento (PDE). A elaboração deste Plano deverá ser feito pelas entidades contratadas para cada grupo/organização atendido. É, de fato, o plano de AT a ser desenvolvido pela entidade durante um ano, em cada comunidade. A missão estudou este instrumento. Trata-se de um instrumento que, se bem utilizado, pode ser muito proveitoso. A equipe do FIDA encaminhará para a equipe algumas observações de detalhe sobre o instrumento do PDE. Mas provavelmente o principal comentário é que este PDE não deve ser visto pelo PROCASE como apenas uma ficha a ser preenchida pela entidade contratada. É muito importante lembrar que a situação de cada grupo/comunidade é diferente da/ vizinha/o, inclusive em termos do andamento da execução do PP. A equipe do Projeto deve se fazer presente na construção

destas PDEs, para garantir que as necessidades do PROCASE e, principalmente, as necessidades e desejos das comunidades estejam bem representadas nos Planos assim elaborados. É importante lembrar que um PDE bem elaborado é um passo importante para a AT obter sucesso no seu trabalho com o grupo/comunidade em questão.

Finalmente, naquilo que se refere ao tema de AT, a missão destaca a importância do apoio a ser dado às organizações dos beneficiários no tema da execução dos convênios. As equipes das entidades que estão sendo contratadas vão certamente ajudar nesta questão, mas elas, por sua vez, precisarão ter um apoio que permita tornar mais eficaz a ação delas neste campo. Por isso, a missão recomenda que as equipes das URGP's do PROCASE sejam reforçadas com pessoas da área de gestão e contabilidade, que poderão coordenar o trabalho a ser feito nas comunidades sobre o tema da gestão dos convênios.

4. Tarefas mais imediatas

Como é de praxe a missão do FIDA acordou com a equipe do PROCASE a realização de algumas tarefas que foram vistas como as mais urgentes, no âmbito do tema da Assessoria Técnica. Estes acordos estão detalhados na tabela a seguir.

No.	Tema	Atividade / Meta	Prazo
1	Assessoria Técnica	Terminar o processo de contratação das entidades de AT e assegurar a presença destas equipes em cada uma das regiões	01.09.2017
2	Assessoria Técnica	Acompanhar e assegurar a elaboração dos PDE junto a cada um dos 90 grupos dos editais 2013/14 e 2015	30.11.2017 (fim)
3	Assessoria Técnica	Lançar o edital para contratação de entidade(s) para atender os grupos selecionados pelo edital de 2016.	01.09.2017
4	Assessoria Técnica	Aditivar os contratos das 4 entidades de AT, para poder atender os grupos contemplados pelo Plano Emergencial.	15.10.2017
5	Assessoria Técnica	Reforçar as equipes das URGP's com uma pessoa que possa assumir a coordenação do trabalho de acompanhamento dos convênios	01.10.2017

Apêndice 1- PSR

Project 1487 [1100001487] Cariri and Seridó Sustainable Development Project - Draft

Basic Facts

Country	Brazil			Project ID	1487 [1100001487]	Loan/DSF/Grant/ASAP FI No.	1000003937
Project	Cariri and Seridó Sustainable Development Project					Top-up Loan/DSF/Grant/ASAP FI No.	
Date of Update	10-Aug-2017						
Supervising Inst.	IFAD						
No. of Supervisions	4	No. of Implementation Support/Follow-up missions	9				
Last Supervision	11-Aug-2017	Last Implementation Support/Follow-up mission	08-Jun-2017				

					USD million	Disb. rate %
Approval	17-Dec-2009			Total financing	49.69 (43.6)	22
Agreement	17-Oct-2012	Effectiveness lag	34.5	IFAD Total	25.00 (22.6)	
Entry into force	17-Oct-2012	PAR value	-----	IFAD loan	25.00 (22.6)	33
First disbursement	17-Jan-2013			DSF grant		
MTR	21-Dec-2016	Last amendment		IFAD grant		
Original completion	31-Dec-2018	Last audit	30-Jun-2016	ASAP grant	0.00	0
Current completion	31-Dec-2018			Domestic Total	24.69 (21.29)	11
Current closing	30-Jun-2019			Beneficiaries	9.19	0
No. of extensions	0			Local Gov	12.10	20
				National Govern	0	0
				External Cofinancing Total		

Project Performance Ratings

B.1 Fiduciary Aspects	Last	Current	B.2 Project implementation progress	Last	Current
1. Quality of financial management	3	2	1. Quality of project management	3	4
2. Acceptable disbursement rate	3	3	2. Performance of M&E	4	4
3. Counterpart funds	2	4	3. Coherence between AWPB & implementation	3	3
4. Compliance with financing covenants	4	4	4. Gender focus	5	5
5. Compliance with procurement	4	4	5. Poverty focus	5	5
6. Quality and timeliness of audits	4	4	6. Effectiveness of targeting approach	4	4
			7. Innovation and learning	3	3

8. Climate and environment focus				4	4
----------------------------------	--	--	--	---	---

B.3 Outputs and outcomes	Last	Current	B.4 Sustainability	Last	Current
1. Desarrollo de capital humano y social	3	3	1. Institution building (organizations, etc.)	4	4
2. Desarrollo productivo y acceso a mercados	3	3	2. Empowerment	4	4
3. Manejo sustentable de recursos naturales	3	3	3. Quality of beneficiary participation	5	5
4. Desarrollo institucional	3	3	4. Responsiveness of service providers	4	4
			5. Exit strategy (readiness and quality)	3	3
			6. Potential for scaling up and replication	4	4

B.5 Justification of ratings

The quality of FM has been rated 2 due to weaknesses in internal control and FM decisions: the project's accounting system has not yet been fully implemented (during this supervision mission - August 2017 - an emergency Task Force was launched by the Secretary of Planning to solve the problem, bringing the operational World Bank system to the Project by September 2017); bank reconciliations are not performed on a monthly basis; there is no proper registration and monitoring of fixed assets; there are delays in the registration of financial transactions. The indicator for Audit remains as moderately satisfactory (4), due to the late presentation of the audit report for FY 2016. The project has a central PMU and 5 operational local offices. The PMU has a strong focus on gender, youth and traditional communities. The Project Director was replaced in May 2017 after an IFAD management letter and there has been since then a noticeable improvement in the quality of project management. In terms of outreach, the project has built 200 underground dams; installed 169 small scale irrigation kits; installed 233 tubular wells; and it has established 169 forage palm fields. This action has been positively evaluated. The project has approved a total of 90 business plans, out of which 84 have been financed (up from 35 in late 2016). During the first half of 2017, IFAD agreed to accept counterpart funds for the construction of 4 dams in the project area, which will benefit an additional 75,000 people. Since the arrival of the new project Director, the Project has proposed 7 new lines of action to accelerate financial execution, which will benefit an estimated 5,200 family farmers.

Overall Assessment and Risk Profile

	Last	Current
C.1 Physical/financial assets	3	3
C.2 Food security	4	4
C.3 Quality of natural asset improvement and climate resilience	4	4
C.4 Overall implementation progress (Sections B1 and B2)	4	4

Rationale for implementation progress ratings

The main financial risk is the lack of an effective financial manager. However the Governor has created a new Task-Force to allow the full implementation of the project resources – a new team of around 15 staff have been incorporated into the Project. The arrival of the 4 Technical Assistance providers in August 2017 will significantly boost field activities. The main improvement over the past 10 months has been the number of business plans that received project funds – this has increased to 84 from only 35 in December 2016 (Logical Framework indicator 02.02.03). The project performed strongly in its small water infrastructure activities, with progress with respect to the AWPB reaching over 200% in some areas. The project has built 200 underground dams; installed 169 small scale irrigation kits; installed 233 tubular wells; and it has established 169 forage palm fields. These four activities have led to 560 hectares of land with new water infrastructure, compared to an overall project goal (development objective) at design of only 225 hectares (see indicator 00.00.09, for which 249% of the initial target has been achieved). Other indicators show good results, including: i) the number of business plans that are connected to improved market access (indicator 02.02.05), 32 out of a total goal of 36, showing results of 89% of the initial targets; ii) existence of a functioning M&E system (indicator 05.01.05) and will receive the support from IDEME; iii) 25 women farmers trained in rural development (indicator 04.01.06, 100% of initial goals). However, the overall number of families benefited by the project (indicator 00.00.01) – 4,276 families, remained in 2016 relatively low at only 36% of the AWPB due to low counterpart funding; iv) 434 families have been trained in project activities, up from 310 in December 2016 (indicator 01.01.01). The implementation progress rating has been kept at 4. The Actions in the context of the Emergency Plan contributed to improve water management, hence producers' resilience to climate change.

C.5 Likelihood of achieving the development objectives (section B3 and B4)	4	4
--	---	---

Rationale for development objectives rating

There is a potential risk that the project's development objectives would not be attained, should the project not accelerate its implementation rate. This mission confirms that the new Project director (in office since mid May 2017) has demonstrated competent technical ability to speeding up project implementation upon the launching of the New Action Plans proposed by the Governor from August 2017. The delay in contracting technical assistance services is compromising the achievement of the project's goal and objectives but the contracts have been signed and are now awaiting judicial clearance. Considering the remaining time to project's completion, the PMU needs not to delay its attention to implementation measures, as well as to the issue of sustainability and the design of a proper exit strategy.

C.6 Risks Short description of major risks for each section and their impact on achievement of development objectives and sustainability	
Fiduciary aspects	Should the project not accelerate its implementation rate, there is a potential risk that the project's development objectives will not be attained and IFAD funds will not be fully utilized.

	However, the Governor of Paraíba formally committed to speeding up project implementation with the 7 new action plans and a new management team is being put in place.
Project implementation progress	There are factors which may represent some risk in project implementation. Project PMU should therefore: Guarantee full technical assistance services to see through the implementation of all approved business plans (90), plus another 40 (targeted on women, youth and quilombolas), the Emergency Plan as well as the 7 New Action Plans proposed by the Government. There is a risk that project goals are not reached if the new Task-Force with a new technical management team is not put in place.
Outputs and outcomes	If technical assistance services are not fully operationalized, business plans and Emergency Plan-related activities will be affected and the chances to achieve the project's expected results and impacts will be severely reduced.
Sustainability	A clearly defined strategy, addressing possible risks and sustainability aspects, needs to be designed and implemented. This implies, inter alia, technical assistance services that are linked to the business plans and the organizations' involvement in project activities. Moreover, the project's PMU should further strengthen its current strategy to incorporate other complementary programmes and projects, implemented by the federal and state government, to its objectives and AWP.

Proposed Follow-up

Issue / Problem	Recommended Action	Timing	Status
New Action Plan	Conclude the elaboration of the 7 New Action Plans, including timetable, and technical financial structure	2017	To be implemented
Accounting System	Fully adopt a new effective accounting system (from the operational World Bank Cooperar project) to meet disbursement rules	September 2017	To be implemented
Recruit and implement technical assistance services	Guarantee that technical assistance services are provided to business plans, design of new business plans in 2017 and activities under the Emergency Plan and New Action Plans	All year	To be implemented
Management new	Rapid operationalization of the New Task force to guarantee full resource implementation	September 2017	To be implemented

Additional observations

Apêndice 2- Marco Lógico

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

ESTADO: Paraíba

PROJETO: Projeto Paraíba(PROCASE) - Projeto de desenvolvimento Rural Sustentável no Cariri e Seridó

Resumo Descritivo	Dados do Indicador		Meios de Verificação	Supostos
	Código	Nome do indicador		
META Desenvolvida a economia rural da região semi-árida do Paraíba e reduzidos os níveis de pobreza das famílias rurais pobres	00.00.01	18 500 famílias diretamente beneficiadas pelos serviços do projeto	<ul style="list-style-type: none"> • Pesquisa de base do projeto • Resultados de meio termo e finais e avaliação de impacto • Dados estatísticos nacionais (IBGE) 	
	00.00.01.01	20% das famílias com melhorias no índice de propriedade de ativos produtivos		
	00.00.02	10% redução da prevalência de malnutrição infantil, por gênero (h/a, w/a, w/h)*		
OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO Os beneficiários do projeto na região semi-árida da Paraíba tem melhorado de forma sustentável, a renda agrícola e não-agrícola, ativos produtivos, capacidades organizacionais e práticas ambientais	00.00.03	18 500 famílias diretamente beneficiadas pelos serviços do projeto	<ul style="list-style-type: none"> • Cadastro local de negócios • Pesquisa de base do projeto • Avaliação de meio termo e final • Sistema de informações gerenciais (MIS) • Relatórios das agências co-executoras • Sistematização da experiências e dos estudos de caso • Estudos específicos sobre as atividades econômicas locais • Avaliação participativa • Dados estatísticos nacionais (IBGE) • Sistema de Informações sobre Trabalho • Documentos produzidos sobre a política e a estratégia 	<ul style="list-style-type: none"> • Secas • Acesso a terra e parcerias facilitadas pelo GOB • Infra-estruturas básicas e sociais continuam a ser proporcionadas pelo GOB • Mercados individuados estável e preparados para absorver incrementos de produção • Mantidas as presentes políticas de fortalecimento dos serviços públicos de extensão • Problemas para o acesso a terra
	00.00.04	75% das famílias beneficiárias tem acrescido a renda agrícola e não-agrícola de 20%		
	00.00.05	10% aumento anual nos volumes e valores dos produtos comercializados suportados pelo projeto		
	00.00.06	Pelo menos 20% de aumento na renda líquida dos pequenos negócios agrícola e não-agrícola suportados pelo projeto		
	00.00.07	80% dos negócios agrícolas e não agrícolas		
	00.00.08	80% do negócios funcionam de maneira rendosa depois de três anos		
	00.00.09	225 hectares de caatinga sob boas praticas de gestão de recursos naturais		
	00.00.10	Instituições de extensão rural podem assistir 15 200 famílias rurais pobres		
	00.00.11	4 300 trabalhos criados pelas atividades econômicas suportadas pelo projeto		
	00.00.12	Pelo menos 80% das organizações de produtores apoiadas pelo projeto participam das reuniões e de instâncias colegiadas municipais e ou regionais.		
COMPONENTE 1 Desenvolvimento do capital humano e social Jovens, homens e mulheres beneficiados por a expansão do acesso a treinamento e à educação profissional para o desenvolvimento de negócios agrícolas e não agrícolas e a melhor inserção nos mercados laborais	01.01.01	1.200 Jovens capacitados para desenvolvimento de planos de negócios (RIMS 1.6.2)	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliação de meio termo e final • Sistema de informações gerenciais (MIS) • Relatórios das agências co-executoras • Avaliação participativa 	<ul style="list-style-type: none"> • SECTMA não estabelece a parcerias necessária para implementar o programa • Programas de formação técnica não respondem às necessidades do mercado do trabalho
	01.01.01.01	1.200 jovens capacitados em equidade de gênero, raça, geração, gestão democrática e práticas sustentáveis para desenvolvimento rural.		
	01.01.01.02	600 jovens mulheres beneficiadas com capacitação em equidade de gênero, raça, geração, gestão democrática e práticas sustentáveis para desenvolvimento rural.		
	01.01.02	4 000 jovens pobres rurais (50% de moças) recebem bolsas de estudo (USD 400 cada) para atender treinamentos técnicos e empresarial		
	01.01.02.01	130 jovens recebem bolsas para atuarem como multiplicadores nas comunidades com projetos conveniados pelo Projeto.		
	01.01.03	1 200 jovens (50% de moças) beneficiados pelos incentivos para o desenvolvimento de planos de negócios (USD 400 cada)		

	01.01.04	80% de jovens que desenvolvem planos de negócios podem ascender a financiamentos para implementar os projetos		
	01.01.05	4.500 pessoas beneficiadas por oficinas, encontros, intercâmbios e outras atividades do componente		
	01.01.05.01	3.000 pessoas não beneficiadas por PP		
	01.01.05.02	1.500 pessoas beneficiadas também por PP		
COMPONENTE 2.				
Desenvolvimento Produtivo e Inserção Competitiva nos Mercados	02.01.01	11 600 agricultores, 1 400 pequenos mineiros e 1 000 (todos artesãos), organizados em pelo menos 54 associações e cooperativas, beneficiados pela assistência técnica e formação para o fortalecimento organizacional		
	02.01.01.01	4.000 famílias de Projetos Produtivos (PP)		
	02.01.01.02	10.000 famílias dos Planos Emergenciais		
Resultado 2.1. Os produtores rurais pobres apoiados para aumentar sua produção e produtividade, melhorar a qualidade dos seus produtos e desenvolver a capacidade de comercialização.	02.01.02	Associações e cooperativas de produtores desenvolvem pelo menos 2 cooperativas para proporcionar serviços de marketing e de assistência técnica aos membros		
	02.01.03	120 Projetos Produtivos (PP) apoiados		
	02.01.04	560 comunidades beneficiadas pelo Plano Emergencial		
COMPONENTE 2				
Desenvolvimento Produtivo e Inserção Competitiva nos Mercados	02.02.01	14 000 pequenos produtores (40% de mulheres e 20% de mulheres chefes de família) formadas em técnicas de produção agrícola e não agrícola (desagregados por produção e gênero)		
	02.02.02	32 assessores técnicos supervisionam 200 Agentes de Desenvolvimento Local (50% de mulheres)		
	02.02.03	25,8 USD milhões do Fundo de Investimento produtivo são alocados por 11 200 pequenos(as) produtores(as) para os planos de investimentos produtivos.		
	02.02.04	11 200 pequenos produtores recebem USD 3.25 milhões para financiar crédito a curto prazo (incluso PRONAF)		
Resultado 2.2. Os pequenos produtores tem acesso à assistência técnica e recursos financeiros para melhorar a produção agrícola e não agrícola	02.02.05	36 negócios agrícolas e não agrícolas apoiados para melhor acesso a mercados		
	02.02.06	Pelo menos 700 rendeiras recebem assistência técnica e recursos financeiros para desenvolver negócios		
	02.02.07	1000 Sistemas de Captação de água de chuvas construídos ou reabilitados (RIMS 1.1.7)		
	02.02.07.01	50 Poços Tubular profundo instalados		
	02.02.08	EMEPA tem proporcionado 1000 embriões selecionados de caprino e ovino e de cabras e ovelhas para receptoras dos embriões, para melhorar para melhorar o padrão genético dos animais		
COMPONENTE 3				
Gestão Sustentável dos Recursos Naturais e Combate à Desertificação - Promovida a Gestão sustentável dos recursos naturais, incluso técnicas e conhecimentos para apoiar a luta contra a desertificação	03.01.01	450 produtores treinados e financiados para a implantação de 450 SAFs e 30 UEPs		
	03.01.01.01	480 sistemas ILPF implantados		
	03.01.01.02	480 produtores/as capacitados/as em sistemas ILPF		
	03.01.02	Criado um projeto piloto de pagamentos para serviços ambientais para pequenos produtores		
	03.01.02.01	43 jovens se integram no fortalecimento da cadeia produtiva da restauração florestal e viveiricultura.		
	03.01.03	Pelo menos 80% de funcionários de extensão e agentes de desenvolvimento local formados em técnicas de gestão de recursos naturais (50% de mulheres)		

	03.01.04	Mais de 10.000 crianças (de famílias rurais na área do projeto) seriam beneficiadas pelos programas de “educação do meio ambiente” e 150 professores seriam treinados para este fim		
	03.01.04.01	150 professoras/es da educação básica capacitadas/os em técnicas de convivência com o semiárido, gestão e conservação de recursos naturais para repassar conhecimento a 10.000 crianças.		
COMPONENTE 4 Desenvolvimento Institucional - Instituições rurais preparadas para melhorar as capacidades de formular, desenvolver e executar políticas e projetos de desenvolvimento rural na região semiárida	04.01.01	A equipe das agências parceiras do projeto, os representantes municipais e as organizações dos produtores assistem a 27 reuniões de trabalho e treinamento sobre questões relacionadas às metodologias de desenvolvimento local e territorial, governança local e participação social.	<ul style="list-style-type: none"> · Avaliação de meio termo e final · Sistema de informações gerenciais (MIS) · Relatórios técnico das agências parceiras · Sistematização das experiências e dos estudos de caso · Documentos produzidos sobre a política e a estratégia · Avaliação participativa 	<ul style="list-style-type: none"> · Mantido o governo local, as políticas participativas e a legislação
	04.01.02	Instituições de assessoria técnica podem assistir as 15 200 famílias beneficiárias		
	04.01.03	Sistematizadas 5 experiências de sucesso de desenvolvimento		
	04.01.04	Organizados 6 workshop		
	04.01.05	Pelo menos 50 representantes dos pequenos produtores treinados sobre temas de desenvolvimento rural		
	04.01.06	Pelo menos 50% de mulheres pequenas produtoras treinadas sobre temas de desenvolvimento rural (Referente ao indicador 04.01.05)		
COMPONENTE 5 Gestão do Projeto e Sistema de Monitoramento e Avaliação - Estabelecida uma eficaz Unidade de Gestão do projeto	05.01.01	3 escritórios regionais criados e instalados (URGPs)		
	05.01.02	Realização de pelo menos 70% das atividades/intervenções planejadas no Plano Anual de trabalho e Orçamento		
	05.01.03	Pelo menos 40% da equipe do projeto são mulheres		
	05.01.04	As missão do FIDA avaliam de forma positiva o sistema de M&A do Projeto		
	05.01.05	Sistema de informações gerenciais (MIS) e sistema M&A do FIDA atualizado		

Apêndice 3 - Plano de Trabalho FIDA-Governo da Paraíba

Nº	Atividade	Meta	Prazo
1	M&A	Consolidação do banco de dados dos beneficiários e definição de uma metodologia para mensuração dos indicadores de impacto.	11.10.2017
2	M&A	Revisão do ML, tendo como referência os acordos e recomendações definidos durante a presente missão e alinhado com o POA 2017 revisado.	11.09.2017
3	Comp. 1 – Eixo de capacitação em gestão	Formular proposta de acompanhamento e capacitação das associações naquilo que se refere à gestão dos convênios.	30.09.2017
4	Comp. 1 – Eixo de capacitação em equidade de gênero	Desenhar e implementar eventos de capacitação sobre a promoção de equidade de gênero para as equipes de AT das entidades a serem contratadas em breve.	15.09.2017
5	Comp. 1 – Eixo da qualificação profissional	Assinar e iniciar os trabalhos do Termo de Cooperação com a UEPB para o curso de técnico agrícola.	15.09.2017
6	Comp. 1 – Eixo das capacitações técnicas	Definir, junto com os Componentes 2 e 3, quais são os cursos, oficinas que são mais urgentes (2017), para poder trabalhar na viabilização destes eventos.	15.09.2017
7	Focalização: Juventude, Gênero, Raça e Etnia	Elaborar uma proposta metodológica sobre Gênero, juventude, Raça e Etnia para formação e monitoramento das empresas de AT contratadas no edital 2014/2015.	31.08.2017
8	Focalização: Juventude, Gênero, Raça e Etnia	Elaborar aportes de Gênero, juventude, Raça e Etnia para contratação de AT para o edital de 2016.	15.08.2017
9	Difusão – Planejamento da ação de comunicação	Elaboração de Plano, contendo ações tais como sistematização de experiências, atualização de <i>Fanpage</i> e site do PROCASE, etc.	15.09.2017
10	Difusão – Articulação com o Programa Semear Internacional	Definir procedimentos de intercâmbio de informações e construir iniciativa conjunta de âmbito da Gestão do Conhecimento.	30.09.2017
11	Aditivo dos Projetos Produtivos do edital 2013/2014	Concluir a tramitação dos processos no PROCASE e demais setores do Estado.	15.09.2017
12	Projetos de obras civis para os PP do edital 2015	Concluir todos os projetos de engenharia dos 30 PP e os TdR para os processos de licitação.	21.09.2017
13	Contratação de AT	Contratar uma ou mais entidades de AT para assumir os PP do edital 2016.	30.09.2017
14	Contratação de AT	Encaminhar aditivos dos contratos das 4 entidades de AT para permitir o atendimento dos grupos dos PE e da ação do PROCASE nos assentamentos.	30.09.2017
15	Ações do PROCASE 2017/2018	Apresentar os primeiros projetos e/ou planos de negócios detalhados das novas propostas.	Até 15.09.2017

Plano de Trabalho FIDA-Governo da Paraíba – Administrativo-Financeiro

Nº	Atividade	Meta	Prazo
1	Elaboração do TDR para atendimento de 40 Projetos Produtivos para Mulheres, Jovens e Quilombolas.	Equipe de gênero com o apoio da equipe técnica da UGP/PROCASE finalizará o TDR para análise da equipe FIDA.	15.08.2017
2	Elaboração do Edital e do Aviso de Licitação relativo ao TDR para atendimento de 40 Projetos Produtivos para Mulheres, Jovens e Quilombolas.	Equipe de licitação da UGP com apoio da equipe de força-tarefa elaborará o edital relativo aos 40 projetos produtivos.	28.08.2017
3	TDR 160 poços tubulares (...) e TDR 123 cataventos (...) e orçamentos.	Equipe técnica da UGP está revisando o custo total orçado para esses TDRs para envio ao FIDA.	14.08.2017
4	Elaboração dos Editais para os TDRs relativos a 160 poços tubulares e TDR 123 cataventos.	Equipe da UGP com apoio da equipe de força tarefa elaborará os editais para esses TDRs.	18.08.2017
5	Sistema de Gestão Contábil	Disponibilidade do sistema SMI do COOPERAR para utilização das informações financeiras do PROCASE	15.09.2017
6	Gestão Financeira	Nomeação de um efetivo Gerente Administrativo Financeiro para coordenar as ações de gestão financeiros, aquisições e convênios do PROCASE	30.08.2017
7	Auditoria	Envio do Relatório de Auditoria 2016 ao FIDA	30.08.2017
8	Revisão do POA	POA de 2017 deverá ser atualizado contendo as novas ações do Projeto. Encaminhar também o POA 2018.	30.08.2017

Apêndice 4 – Avanço de Indicadores – POA 2017

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

ESTADO: Paraíba
PROJETO: Projeto Paraíba(PROCASE) - Projeto de desenvolvimento Rural Sustentável no Cariri e Seridó
AVANÇO: Julho de 2017

Resumo Descritivo	Dados do Indicador									Meios de Verificação	Supostos
	Código	Nome do indicador	Efetivo até 2016	Meta POA 2017	Efetivo	%	Objetivo Final	Efetivo Acumulado	%		
META Desenvolvida a economia rural da região semi-árida do Paraíba e reduzidos os níveis de pobreza das famílias rurais pobres	00.00.01	18 500 famílias diretamente beneficiadas pelos serviços do projeto	4.362	4.650	208	4%	18.500	4.570	25%	• Pesquisa de base do projeto • Resultados de meio termo e finais e avaliação de impacto • Dados estatísticos nacionais (IBGE)	
	00.00.01.01	20% das famílias com melhorias no índice de propriedade de ativos produtivos	-	-	-	-	3.700	-	-		
	00.00.02	10% redução da prevalência de mal nutrição infantil, por gênero (h/a, w/a, w/h)*	-	-	-	-	10%	-	-		
OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO Os beneficiários do projeto na região semi-árida da Paraíba tem melhorado de forma sustentável, a renda agrícola e não-agrícola, ativos produtivos, capacidades organizacionais e práticas ambientais	00.00.03	18 500 famílias diretamente beneficiadas pelos serviços do projeto	4.362	4.650	208	4%	18.500	4.570	25%	• Cadastro local de negócios • Pesquisa de base do projeto • Avaliação de meio termo e final • Sistema de informações gerenciais (MIS) • Relatórios das agências co-executoras • Sistematização da experiências e dos estudos de caso • Estudos específicos sobre as atividades econômicas locais • Avaliação participativa • Dados estatísticos nacionais (IBGE) • Sistema de Informações sobre Trabalho • Documentos produzidos sobre a política e a estratégia	• Secas • Acesso a terra e parcerias facilitadas pelo GOB • Infra-estruturas básicas e sociais continuam a ser proporcionadas pelo GOB • Mercados individuados estável e preparados para absorver incrementos de produção • Mantidas as presentes políticas de fortalecimento dos serviços públicos de extensão • Problemas para o acesso a terra
	00.00.04	75% das famílias beneficiárias tem acrescido a renda agrícola e não-agrícola de 20%	-	-	-	-	13.875	-	-		
	00.00.05	10% aumento anual nos volumes e valores dos produtos comercializados suportados pelo projeto	-	-	-	-	10%	-	-		
	00.00.06	Pelo menos 20% de aumento na renda líquida dos pequenos negócios agrícola e não-agrícola suportados pelo projeto	-	-	-	-	20%	-	-		
	00.00.07	80% dos negócios agrícolas e não agrícolas	-	-	-	-	96	-	-		
	00.00.08	80% do negócios funcionam de maneira rendosa depois de três anos	-	-	-	-	96	-	-		
	00.00.09	225 hectares de caatinga sob boas praticas de gestão de recursos naturais	560	-	-	-	225	560	249%		
	00.00.10	Instituições de extensão rural podem assistir 15 200 famílias rurais pobres	3.532	4.300	-	-	15.200	3.532	23%		
	00.00.11	4 300 trabalhos criados pelas atividades econômicas suportadas pelo projeto	-	-	-	-	4.300	-	-		
	00.00.12	Pelo menos 80% das organizações de produtores apoiadas pelo projeto participam das reuniões e de instâncias colegiadas municipais e ou regionais.	35	-	-	-	96	35	36%		
COMPONENTE 1 Desenvolvimento do capital	01.01.01	1.200 Jovens capacitados para desenvolvimento de planos de negócios (RIMS 1.6.2)	310	600	434	72%	1.200	744	62%	• Avaliação de meio termo e final • Sistema de	• SECTMA não estabelece a parcerias

humano e social Jovens, homens e mulheres beneficiados por a expansão do acesso a treinamento e à educação profissional para o desenvolvimento de negócios agrícolas e não agrícolas e a melhor inserção nos mercados laborais	01.01.01.01	1.200 jovens capacitados em equidade de gênero, raça, geração, gestão democrática e práticas sustentáveis para desenvolvimento rural.	-	130	-	-	1.200	-	-	informações gerenciais (MIS) • Relatórios das agências co-executoras • Avaliação participativa	necessária para implementar o programa • Programas de formação técnica não respondem às necessidades do mercado do trabalho
	01.01.01.02	600 jovens mulheres beneficiadas com capacitação em equidade de gênero, raça, geração, gestão democrática e práticas sustentáveis para desenvolvimento rural.	-	50	-	-	600	-	-		
	01.01.02	4 000 jovens pobres rurais (50% de moças) recebem bolsas de estudo (USD 400 cada) para atender treinamentos técnicos e empresarial	-	130	-	-	4.000	-	-		
	01.01.02.01	130 jovens recebem bolsas para atuarem como multiplicadores nas comunidades com projetos conveniados pelo Projeto.	-	130	-	-	130	-	-		
	01.01.03	1 200 jovens (50% de moças) beneficiados pelos incentivos para o desenvolvimento de planos de negócios (USD 400 cada)	290	150	-	-	1.200	290	24%		
	01.01.04	80% de jovens que desenvolvem planos de negócios podem ascender a financiamentos para implementar os projetos	-	-	-	-	960	-	-		
	01.01.05	4.500 pessoas beneficiadas por oficinas, encontros, intercâmbios e outras atividades do componente	2.121	700	569	81%	4.500	2.690	60%		
	01.01.05.01	3.000 pessoas não beneficiadas por PP	830	350	208	59%	3.000	1.038	35%		
	01.01.05.02	1.500 pessoas beneficiadas também por PP	1.291	350	361	103%	1.500	1.652	110%		
COMPONENTE 2. Desenvolvimento Produtivo e Inserção Competitiva nos Mercados Resultado 2.1. Os produtores rurais pobres apoiados para aumentar sua produção e produtividade, melhorar a qualidade dos seus produtos e desenvolver a capacidade de comercialização.	02.01.01	11 600 agricultores, 1 400 pequenos mineiros e 1 000 (todos artesãos), organizados em pelo menos 54 associações e cooperativas, beneficiados pela assistência técnica e formação para o fortalecimento organizacional	3.532	4.300	-	-	14.000	3.532	25%		
	02.01.01.01	4.000 famílias de Projetos Produtivos (PP)	2.111	1.000	-	-	4.000	2.111	53%		
	02.01.01.02	10.000 famílias dos Planos Emergenciais	1.421	3.300	-	-	10.000	1.421	14%		
	02.01.02	Associações e cooperativas de produtores desenvolvem pelo menos 2 cooperativas para proporcionar serviços de marketing e de assistência técnica aos membros	-	1	-	-	2	-	-		
	02.01.03	120 Projetos Produtivos (PP) apoiados	90	30	-	-	120	90	75%		
	02.01.04	560 comunidades beneficiadas pelo Plano Emergencial	86	193	-	-	560	86	15%		
COMPONENTE 2 Desenvolvimento Produtivo e Inserção Competitiva nos Mercados	02.02.01	14 000 pequenos produtores (40% de mulheres e 20% de mulheres chefes de família) formadas em técnicas de produção agrícola e não agrícola (desagregados por produção e gênero)	1.280	4.446	-	-	14.000	1.280	9%		
	02.02.02	32 assessores técnicos supervisionam 200 Agentes de Desenvolvimento Local (50% de	-	32	-	-	200	-	-		

Resultado 2.2. Os pequenos produtores tem acesso à assistência técnica e recursos financeiros para melhorar a produção agrícola e não agrícola		mulheres)									
	02.02.03	25,8 USD milhões do Fundo de Investimento produtivo são alocados por 11 200 pequenos(as) produtores(as) para os planos de investimentos produtivos.	0,52	4,30	1,50	35%	25,8	2,02	8%		
	02.02.04	11 200 pequenos produtores recebem USD 3.25 milhões para financiar credito a curto prazo (incluso PRONAF)	-	5.954	-	-	11.200	-	-		
	02.02.05	36 negócios agrícolas e não agrícolas apoiados para melhor acesso a mercados	32	12	-	-	36	32	89%		
	02.02.06	Pelo menos 700 rendeiras recebem assistência técnica e recursos financeiros para desenvolver negócios	336	260	-	-	700	336	48%		
	02.02.07	1000 Sistemas de Captação de água de chuvas construídos ou rehabilitados (RIMS 1.1.7)	228	498	-	-	1.000	228	23%		
	02.02.07.01	50 Poços Tubular profundo instalados	-	50	-	-	50	-	-		
	02.02.08	EMEPA tem proporcionado 1000 embriões selecionados de caprino e ovino e de cabras e ovelhas para receptoras dos embriões, para melhorar para melhorar o padrão genético dos animais	-	0	-	-	1.000	-	-		
<div>COMPONENTE 3</div> <div>Gestão Sustentável dos Recursos Naturais e Combate à Desertificação - Promovida a Gestão sustentável dos recursos naturais, incluso técnicas e conhecimentos para apoiar a luta contra a desertificação</div>	03.01.01	450 produtores treinados e financiados para a implantação de 450 SAFs e 30 UEPs	62	30	-	-	450	62	14%		
	03.01.01.01	480 sistemas ILPF implantados	-	240	-	-	480	-	-		
	03.01.01.02	480 produtores/as capacitados/as em sistemas ILPF	-	240	-	-	480	-	-		
	03.01.02	Criado um projeto piloto de pagamentos para serviços ambientais para pequenos produtores	-	1	-	-	1	-	-		
	03.01.02.01	43 jovens se integram no fortalecimento da cadeia produtiva da restauração florestal e viveiricultura.	-	43	-	-	43	-	-		
	03.01.03	Pelo menos 80% de funcionários de extensão e agentes de desenvolvimento local formados em técnicas de gestão de recursos naturais (50% de mulheres)	-	100	-	-	200	-	-		
	03.01.04	Mais de 10.000 crianças (de famílias rurais na área do projeto) seriam beneficiadas pelos programas de “educação do meio ambiente” e 150 professores seriam treinados para este fim	-	2.000	-	-	10000	-	-		
	03.01.04.01	150 professoras/es da educação básica capacitadas/os em técnicas de convivência com o semiárido, gestão e conservação de recursos naturais para repassar conhecimento a 10.000 crianças.	-	5.075	-	-	150	-	-		

COMPONENTE 4 Desenvolvimento Institucional - Instituições rurais preparadas para melhorar as capacidades de formular, desenvolver e executar políticas e projetos de desenvolvimento rural na região semiárida	04.01.01	A equipe das agências parceiras do projeto, os representantes municipais e as organizações dos produtores assistem a 27 reuniões de trabalho e treinamento sobre questões relacionadas às metodologias de desenvolvimento local e territorial, governança local e participação social.	21	6	-	-	27	21	78%	<ul style="list-style-type: none"> · Avaliação de meio termo e final · Sistema de informações gerenciais (MIS) · Relatórios técnico das agências parceiras · Sistematização das experiências e dos estudos de caso · Documentos produzidos sobre a política e a estratégia · Avaliação participativa 	Mantido o governo local, as políticas participativas e a legislação
	04.01.02	Instituições de assessoria técnica podem assistir as 15 200 famílias beneficiárias	3.532	4.300	-	-	14.000	3.532	25%		
	04.01.03	Sistematizadas 5 experiências de sucesso de desenvolvimento	-	5	-	-	5	-	-		
	04.01.04	Organizados 6 workshop	-	6	-	-	6	-	-		
	04.01.05	Pelo menos 50 representantes dos pequenos produtores treinados sobre temas de desenvolvimento rural	50	50	-	-	50	50	100%		
	04.01.06	Pelo menos 50% de mulheres pequenas produtoras treinadas sobre temas de desenvolvimento rural (Referente ao indicador 04.01.05)	25	25	-	-	25	25	100%		
COMPONENTE 5 Gestão do Projeto e Sistema de Monitoramento e Avaliação - Estabelecida uma eficaz Unidade de Gestão do projeto	05.01.01	3 escritórios regionais criados e instalados (URGPs)	5	3	-	-	3	5	167%		
	05.01.02	Realização de pelo menos 70% das atividades/intervenções planejadas no Plano Anual de trabalho e Orçamento	-	70	-	-	100	-	-		
	05.01.03	Pelo menos 40% da equipe do projeto são mulheres	18	18	-	-	18	18	100%		
	05.01.04	As missão do FIDA avaliam de forma positiva o sistema de M&A do Projeto	50%	100%	50%	50%	100%	50%	50%		
	05.01.05	Sistema de informações gerenciais (MIS) e sistema M&A do FIDA atualizado	50%	100%	50%	50%	100%	50%	50%		

**Apêndice 5 - Aspectos financeiros: execução financeira efetiva,
por financiador e componente, e desembolsos por categoria**

Tabela 5A: Execução Financeira por financiador				30/06/2017
Financiador	Aprovado (USD equiv)	Atual (USD equiv)	Desembolsado (USD)	% desembolsado
FIDA				33%
	25.000.000	22.615.331	7.446.493	
Governo da Paraíba				20%
	12.101.000	12.101.000	2.363.496	
Total				28%
	37.101.000	34.716.331	9.809.990	

*Variação do SDR

Tabela 5B: Execução Financeira por financiador e componente (USD)

Componente	FIDA			Governo da Paraíba			Total		
	Previsto*	Realizado	%	Previsto	Realizado	%	Previsto	Realizado	%
1. Desenvolvimento humano e capital social	920.226,85	111.332,44	12,1%	1.615.970,00	117.180,77	7,3%	2.536.196,85	228.513,21	9,0%
2. Desenvolvimento Produtivo e inserção no mercado;	18.037.535,40	4.805.847,71	26,6%	7.355.470,00	919.540,62	12,5%	25.393.005,40	5.725.388,33	22,5%
3. Manejo Sustentável dos Recursos Naturais	1.400.893,09	206.947,51	14,8%	1.498.900,00	140.413,04	9,4%	2.899.793,09	347.360,55	12,0%
4. Desenvolvimento Institucional	704.838,44	24,26	0,0%	239.330,00	36,39	0,0%	944.168,44	60,65	0,0%
5. Gerenciamento do Projeto	1.551.836,85	1.001.154,97	64,5%	1.391.330,00	1.186.325,37	85,3%	2.943.166,85	2.187.480,34	74,3%
Total	22.615.330,62	6.125.306,89	27,1%	12.101.000,00	2.363.496,19	19,5%	34.716.330,62	8.488.803,08	24,5%

Fonte: UGP/PROCASE

* atualizado devido à variação do SDR

Tabela 5C: Desembolsos por Categorias (SDR)

SDR, em 30/06/2017

Descrição da Categoria		Alocação Original	Alocação Atual	Desembolsado	PR Pendente	Saldo	% Des
I	Equipamentos e Veículos	540.000	540.000	102.159,93		437.840	19%
II	Treinamento - Cursos e Oficinas	1.300.000	1.300.000	168.529,30		1.131.471	13%
III	Convênios e Contratos para Serviços Técnicos	950.000	950.000	317.522,01		632.478	33%
IV a	Fundos de Investimentos Produtivos	8.100.000	8.100.000	1.924.430,91		6.175.569	24%
IV b	Fundos de Investimentos Ambientais	500.000	500.000	-		500.000	0%
V a	Custos Recorrentes/Salários UGP, ADLs, Extencionistas	2.380.000	2.380.000	410.888,37		1.969.112	17%
V b	Custos Recorrentes/Custos Operacionais	720.000	720.000	291.370,12		428.630	40%
VI	Não alocado	1.574.876	1.574.876			1.574.876	0%
	Depósito Inicial		-	1.942.428		(1.942.428)	
Total		16.064.876	16.064.876	5.157.329	-	10.907.547	32%

Tabela 5C: Desembolsos por Categorias (USD)

USD, em 30/06/2017

Descrição da Categoria		Alocação Original	Alocação Atual	Desembolsado	PR Pendente	Saldo	% Des
I	Equipamentos e Veículos	840.348	762.487	143.416,05		619.071	19%
II	Treinamento - Cursos e Oficinas	2.023.060	1.833.620	233.810,87		1.599.809	13%
III	Convênios e Contratos para Serviços Técnicos	1.478.390	1.328.032	433.759,03		894.273	33%
IV a	Fundos de Investimentos Produtivos	12.605.220	11.393.435	2.661.674,77		8.731.761	23%
IV b	Fundos de Investimentos Ambientais	778.100	706.960	-		706.960	0%
V a	Custos Recorrentes/Salários UGP, ADLs, Extencionistas	3.703.756	3.354.245	570.078,34		2.784.166	17%
V b	Custos Recorrentes/Custos Operacionais	1.120.464	1.009.803	403.754,40		606.048	40%
VI	Não alocado	2.450.662	2.226.749			2.226.749	0%
	Depósito Inicial			3.000.000		(3.000.000)	
Total		25.000.000	22.615.331	7.446.493	-	15.168.837	33%

**Adendo ao Apêndice 5 - Adjunto 1 – Sinopsis de la evaluación del riesgo
fiduciario de los programas**

Projeto N.º 798-BR - PROCASE

Organismo de execução: Governo da Paraíba por meio da Secretaria de Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca – SEDAP

	Avaliação dos Riscos E/M/B	Medida corretiva proposta
Risco inerente		n.d.
Riscos controláveis		
1. Organização e dotação de pessoal	M-	Adicionar equipe e coordenador administrativo-financeiro
2. Orçamentação	B-	
3. Fluxo de fundos e disposições sobre desembolsos	M	Operacionalizar o sistema contábil do Projeto
4. Controles internos	B	
5. Contabilidade	M	Operacionalizar o sistema contábil do Projeto
6. Apresentação de relatórios financeiros e acompanhamento	E	Operacionalizar o sistema contábil do Projeto
7. Auditoria interna	B	
8. Auditoria externa	B	
Risco fiduciário geral do Projeto	M(+)	
E=elevado, M=médio, B=baixo		

Observações:

Risco MÉDIO ALTO devido a indisponibilidade do Coordenador Administrativo Financeiro; do sistema contábil e relatoria tempestiva e precisa.

Durante a missão o Governo designou um Coordenador Administrativo Financeiro para o Projeto com grande experiência . O Sistema Contábil utilizado em outro Projeto será adotado para o Projeto. Uma equipe de profissionais de gestão foi adicionada ao Projeto. Com isso vemos que a UGP poderá atingir o avanço desejado do projeto.

Questionário de Avaliação da Gestão Financeira durante a supervisão

País: BRASIL	Número do empréstimo: I 798-BR
Nome do Projeto: Projeto de Desenvolvimento sustentável do Cariri e Seridó	PROCASE
Organismo de execução: SEDAP	GPP: Paolo Silveri
Especialista em Gestão Financeira/Oficial de Finanças encarregado do exame: Danilo Pisani /Dario Rimedio	Data do exame: 7 de agosto de 2017

Tema		Qualificação do Risco E/M/B	Questões/ Observações/ Recomendações
A. Riscos inerentes			
B. Riscos controláveis			
1. Organização e dotação de pessoal			
a.	Adequação da estrutura orgânica para satisfazer as necessidades funcionais do projeto	M	Núcleo Financeiro e núcleo administrativo Necessita de coordenador
b.	Existência de descrições claras dos postos de trabalho dos cargos chave do Projeto, incluindo os fiduciários	M	Atualizar MGF –novo ajuste
c.	Adequação do pessoal encarregado da gestão financeira do Projeto (quantidade e competências),conforme as necessidades funcionais do Projeto	M	Necessita de coordenação
d.	Existência e adequação de manuais e diretrizes de atuação destinados ao pessoal	M	idem
e.	Existência de um sistema de avaliação baseado no desempenho e realização pontual da avaliação do desempenho de todo o pessoal	B	
f.	Adequação da cobertura do seguro médico de todo o pessoal (se procede)	B	A equipe tem seguro médico público
g.	Pagamento pontual das contribuições a seguridade social (se procede)	B	Pessoal contratado pelo IICA necessita fazer suas próprias.
h.	Pessoal corretamente informado da política nacional e do FIDA acerca da anticorrupção e quem contatar a este respeito	B	
2. Planejamento e Orçamento			
a.	Preparação e aprovação pontuais do plano operativo anual (POA)	M	Lei do Estado necessita adequação
b.	Concordância do POA com as categorias de gastos do Apêndice 2 do contrato de financiamento	B	
c.	Se são identificadas as fontes de financiamento e os organismos de execução de cada categoria do POA	B	Sim, Necessita ajustes para a liberação do paripassu a cada gasto
d.	Se são identificadas as vinculações entre o POA e o plano de aquisições e contratações (no tocante ao cálculo dos custos e atividades). Há controle entre a estimativa de custos realizada previamente e o efetivo contratado	M	Falta sistema de controle
3. Fluxo de fundos e Desembolso			
a.	Pontualidade no desembolso dos fundos pelas diversas fontes (e do recursos de cofinanciadores, se procede)	B	Demora na elaboração do WA
b.	Pontualidade no desembolso dos fundos de contrapartida	M	Governo propôs ações de outros programas para o

			público alvo
c.	Eficiência dos canais de financiamento. Pontualidade e rastreabilidade dos fluxos de fundos	B	
d.	Eficiência dos canais de financiamento das linhas de crédito. Pontualidade e rastreabilidade dos fluxos de fundos, se procede	M	Há a necessidade de treinamento para gestão financeira pelas associações
e.	Gestão da(s) conta(s) operativa(s), conta(s) designada(s), desembolsos		
	i) Adequação da alocação autorizada para assegurar a fluidez do fluxo de fundos	B	
	ii) Correção dos métodos empregados para fazer os desembolsos	B	
	iii) Adequação do respaldo documental das declarações de gastos, reembolsos, pagamentos diretos e compromissos especiais.	B	
	iv) Preparação pontual e exatidão dos Pedidos de Saque	ELEVADO	Sistema Contábil não concluído
	v) Autorização dos Pedidos de Saque	B	Secretario SEDAP e Coordenador (duas assinaturas conjunta)
	vi) Situação dos fundos retirados da conta designada para cobrir gastos cuja reposição ainda não foi solicitado	M	Utilização temporária para gastos da contrapartida
	vii) Regularidade do monitoramento da(s) conta(s) designada(s)/operativa(s) e as conciliações mensais assinadas pelo gerente financeiro/projeto. Examina-se e avaliam-se as conciliações.	M	realizadas eventualmente
	viii) Comparação do desembolsado com o POA e análise se a taxa de desembolso é satisfatória tendo em conta o tempo de execução restante. Formular observações, se procede	M	O projeto executou pouco em função da indisponibilidade de contrapartida.
	ix) Recuperação dos saldos da(s) conta(s) designada(s) dentro do fechamento do empréstimo	NA	A partir de dez 2017
4. Controle Interno			
a.	Segregação de funções. Estão em diferentes unidades ou em pessoas distintas as seguintes responsabilidades operativas: i) a autorização de uma transação; ii) a execução de uma transação; iii) o registro da transação, e iv) a custódia dos bens objeto da transação	B	No fluxo de pagamentos há a segregação.
b.	A clareza e a adequação dos processos de decisão e a sequência de eventos das funções permite controle na execução do Projeto e reflete-se no manual financeiro (ou seu equivalente)	B	Sistema Governamental Financeiro satisfatório
c.	Observância do manual financeiro	B	
d.	Eficácia e eficiência dos controles internos das entradas de fundos não procedentes do FIDA	B	
e.	Adequação da gestão dos contratos (manutenção de registro de contratos e de formulário de acompanhamento) e de seu arquivo	B	O sistema nacional e planilhas atendem esta necessidade.
f.	Eficácia e eficiência dos controles internos dos gastos (ciclo completo: compromisso, pagamento, recepção de bens e serviços, aprovação de pagamentos, qualificação, etc.)	B	A lei nacional regulamenta o ciclo de controle dos gastos.
g.	Documentos justificativos que confirmem a entrega e aceitação dos bens, obras ou serviços contratados	B	Os documentos são analisados; recebidos e atestados pelo

			recebedor e por mais um servidor
h.	Controles físicos do dinheiro em caixa, documentos e registros. Adequação dos sistemas de arquivo. Se efetuam conciliações mensais da caixa pequeno (suprimento de fundos) e arqueos sorpresivos? Custódia do Caixa pequeno e controle de recurso	B	Há regras nacionais próprias. Recursos depositados sempre em conta bancária
i.	Adequação da gestão eficaz do material (gestão patrimonial)	B	Sistemas nacionais adequados
j.	Pagamento pontual aos provedores e consultores	M	Atrasos em pagamentos de Pessoal por falta de contrapartida e atualização de Convênios
k.	Legitimidade dos gastos com respeito aos convênios de financiamento	B	
l.	Legalidade/legitimidade dos adiantamento de fundos do Projeto e justificação pontual de sua utilização	B	
m.	Cumprimento das Cláusulas sobre gestão financeira do Contrato de Financiamento e da Carta ao Mutuário	M	O sistema contábil específico não está contratado, mas é utilizado o sistema estadual que atende para controle e fluxo, mas não emite relatório pedidos pelo FIDA e falta tempestiva de contrapartida
n.	Adequação da manutenção de registros atualizados dos ativos fixos com os existentes.	B	
o.	Adequação dos controles dos ativos do Projeto, com inclusão de: i) gestão dos veículos e de outros ativos (estão devidamente etiquetados o marcados os ativos, se efetuam regularmente um inventário físico das existências?); ii) gestão de combustíveis (os motoristas possuem um caderno de registro?), e iii) as autorizações de viagens (incluídas as diárias pagas ao pessoal)	B	
p.	Adequação do seguro dos veículos e os ativos (asseguráveis)	NA	Os veículos são alugados
q.	Oficinas/ seminários: i) disponibilidade a lista dos participantes; ii) diárias pagas aos participantes, e iii) recibos dos gastos das oficinas/ seminários	B	
r.	Adequação dos controles e do processo de autorização para o emprego dos fundos (pagamentos, transferências, gestão do caixa/saldo bancário) e outras contas operacionais – conta não designada	B	Definido
s.	Arranjos e controles bancários (conciliação dos estados bancários com as contas financeiras)	B	Necessitam de conciliar mensalmente
t.	Existência de uma unidade de apoio adequada de tecnologia da informação	B	Contratado
5. Contabilidade			

a.	Regime da contabilidade (caixa, competência) e controle sobre se as normas contábeis estão em consonância com os requisitos do FIDA (por exemplo, NIIF/IPSAS 1, apresentação de demonstrativos financeiros/IPSAS 2 demonstrativo de fluxo).	B	caixa
b.	Adequação e confiabilidade do sistema contábil (Se emprega a contabilidade por partida dobrada?; especificar o software que se utiliza. Se registram os dados orçamentários no sistema contábil? Pode produzir os relatórios financeiros periódicos de forma automática com o software?)	ELEVADO	Sistema nacional abarca estes controles. Sistema contábil para gerar relatórios financeiros não concluído
b.	Manutenção de registros (com inclusão da documentação e do arquivo)	M	Registros realizados em Excel. Registros físicos bem organizados
c.	Manutenção e conciliação do registro dos ativos fixos (controle físico e por amostragem)	M	Não realizado
d.	Documentação e controles adequados dos sistemas de informação, com inclusão dos procedimentos contábeis documentados, a segurança na replicação dos registros financeiros e a integração de todos os subsistemas	ELEVADO	Transferência de dados por meio de relatórios e inserção em excel
e.	Adequação do plano de contas a efeitos da contabilidade do Projeto	M	Plano de contas do estado não é suficiente. Sistema em contratação abará o plano de contas adequado
f.	Pontualidade no registro das transações, regularidade da realização e aprovação das conciliações, controles de registros errados	M	Atrasado em 30 dias por : Sistema Contábil do Projeto inconcluso e realização em Excel (retrabalho)
g.	Contabilização correta das contribuições de fundos de contrapartida (como impostos e isenções fiscais), assim como daquelas dos beneficiários, e apropriada apresentação de relatórios a respeito.	M	Houve necessidade de refazer os SOEs
6. Relatórios financeiros e acompanhamento			
a.	Exaustividade, exatidão, utilidade e pontualidade dos relatórios financeiros	B ELEVADO M	1- Ótimo Sistema governamental. 2- Sistema Contábil não preciso. 3- Contabilidade em Excel
b.	Relatórios periódicos da gestão financeira e sua vinculação com os relatórios de progresso do Projeto - preparação e apresentação ao FIDA nos tempos oportunos	M	excel
c.	Preparação de relatórios que mostrem os ingressos e gastos reais e orçados e a taxa de execução do POA	M	excel
d.	Acompanhamento das recomendações sobre questões fiduciárias de ajudas memorias anteriores	M	Sistema Contábil do Projeto; Contrapartida
e.	Alinhamento razoável entre a taxa de desembolso das categorias de gastos recorrentes frente aos dos investimentos	ELEVADO	demora em aquisições/ contratações
7. Auditoria interna			
a.	Existência de disposições sobre auditoria interna	B	Auditoria interna do Estado e revisão da Assessora Jurídica
b.	Adequação das disposições sobre auditoria interna (organização - capacidade do pessoal)	M	esporádica
c.	Adequação do escopo do trabalho e da qualidade dos relatórios de	B	

	auditoria interna		
d.	Avaliação das questões dispostas nos relatórios de auditoria	B	
8. Auditoria externa			
a.	Adequação do escopo e do trabalho	B	
b.	Cumprimento dos trabalhos	M	Demorou pois os SOEs não estavam precisos
c.	Pontualidade do relatório de auditoria	M	Atraso na entrega em 30 dias até a missão
d.	Qualidade da Auditoria	B	
e.	Implementação das recomendações de auditoria/e plano de ação acordado para fazê-lo	M	Demora em atender

Apêndice 6 - Cumprimento das cláusulas contratuais: estado de implementação

1. Arranjos de Aquisições

O Arranjo das Aquisições e Contratações do Projeto está distribuído, conforme acordado, em parte sendo realizado pela própria UGP, utilizando a Central de Compras do estado, em parte no âmbito de um Projeto de Cooperação Técnica – PCT com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA, que realiza certames para contratação de pessoa física e jurídica, e em parte, pelas organizações representativas das famílias beneficiárias, no âmbito dos Projetos Produtivos, que realizam o método Shopping (Solicitação de Cotação de Preço).

Como fluxo de aprovação das licitações realizadas pela UGP, os processos de licitações são registrados tanto no sistema da PGE – Procuradoria Geral do Estado da Paraíba, quanto no sistema da CGE – Controladoria Geral do Estado da Paraíba, onde são analisados. Esse trâmite já foi alinhado entre o Projeto e esses órgãos estaduais e conforme informado pela PGE, não passam de 15 dias de análise, podendo ser realizadas em menor tempo. Além da PGE e CGE, os processos têm passado por um Comitê Gestor de Contingência, que foi criado para analisar os gastos do governo estadual e verificar se não há abuso de preços e se esses estão de acordo com os que são praticados conforme a realidade de mercado. As licitações do PROCASE estão sendo submetidas à análise desse Comitê, após análise da PGE e CGE, fato esse, que gera atraso considerável para se iniciar as licitações.

Considerando que projetos financiados por recursos externos não devem ter contingência, pois estão amparados por um Acordo de Empréstimo que possui um Plano de Aquisições e um Plano Operativo Anual com as atividades que serão licitadas e com valores definidos e aprovados pelo organismo financiador, no caso do PROCASE, o FIDA, e considerando a proximidade do encerramento do Projeto PROCASE e a urgente necessidade de se acelerar as licitações e contratações, a missão **recomenda** que as licitações do Projeto PROCASE sejam liberadas de se submeter à análise deste mencionado Comitê. Esse fato foi tratado em reunião com o Governador e o Secretário de Planejamento, e mencionado com o Procurador Geral Adjunto do estado da Paraíba, em reuniões que trataram sobre estratégias para agilizar a execução do projeto e diminuir os entraves, sendo unânime o entendimento de liberação.

2. Pessoal de Aquisições e Contratações

A Equipe de Licitações e Contratos do Projeto PROCASE, neste ano de 2017, conta com uma Comissão Especial de Licitações composta por 03 (três) integrantes. Esses colaboradores integram a UGP/PROCASE, que também conta com mais 04 (quatro) colaboradores que atuam na área de licitações e contratos, sendo que 02 (dois) desses apoiam também as licitações dos beneficiários do Cariri Oriental e Médio Sertão/Seridó. Há mais 02 (dois) outros colaboradores lotados nas URGPs que atuam nas licitações dos beneficiários (Cariri Oriental e Curimataú). Ao todo, como apoio às licitações e contratos o Projeto conta com 09 (nove) colaboradores, sem contar com os cinco colaboradores da área financeira que apoiam as atividades de prestação de contas dos beneficiários. Diante do grande desafio de restar pouco tempo de execução do PROCASE para licitar e contratar as atividades programadas foi estabelecido pelo Secretário de Planejamento com o aval do Governador, uma equipe de força-tarefa para apoiar a UGP a finalizar os passivos do Projeto e a executar o restante das ações previstas.

Essa equipe foi designada de forma rápida e eficiente pelo Secretário de Planejamento, que destacou em torno de 12 servidores com experiência em projeto financiado por recurso externo para atuação imediata junto à equipe do PROCASE. Foram distribuídos colaboradores para às áreas de licitação, financeira, monitoramento e avaliação e acompanhamento produtivo (assistência técnica). A missão reforçou a importância de haver integração e colaboração mútua dessas equipes para se atingir os resultados necessários no curto tempo restante de execução do PROCASE.

3. Arquivos dos registros das licitações e documentação de suporte

A missão analisou os documentos licitados pela UGP, pelos beneficiários e pelo IICA. Constatou que os arquivos dos registros das licitações e da documentação suporte de certames realizados no âmbito da UGP são devidamente instruídos e que os documentos relativos aos certames dos beneficiários (Projetos Produtivos) contam com uma logística de trânsito adequada, considerando inclusive, que há o cuidado de se arquivar todos os documentos originais. Porém, é importante que a UGP cuide da adequada guarda dos documentos dos beneficiários, instruindo-os no mesmo número de processos de seus respectivos convênios para se ter o controle desses registros e identificar dentro do processo de cada convênio, todas os documentos das licitações e contratações realizadas, evitando-se desorganização e extravios. Além disso, é importante que o beneficiário (Associações) mantenha cópia desses documentos para eventuais necessidades contratuais e de auditorias, devendo receber a devida orientação e acompanhamento quanto a forma de arquivamento.

Com relação à guarda dos documentos relativos às licitações realizadas no âmbito do IICA foi constatada fragilidade, considerando que os processos não são devidamente instruídos e são incompletos, não favorecendo uma análise completa das etapas dos certames. Deve ser solicitado ao IICA que disponibilize os documentos relativos a cada etapa de licitação e de contratação, incluindo pagamento dos produtos/bens e serviços, para o devido arquivo na UGP, de forma a possibilitar a análise de supervisões e auditorias. Orienta-se à UGP manter também a guarda digital desses documentos, em pastas lógicas organizadas e realizar backup desses documentos.

4. Gestão de contratos

A missão verificou que a Gestão de Contratos no âmbito do Projeto precisa de melhor atenção dos técnicos e da UGP como um todo, a considerar o ocorrido com o Instituto de Assessoria à Cidadania e do Desenvolvimento Sustentável – IDS, que executou serviços de assistência técnica no âmbito do Plano Emergencial e ficou sem receber o pagamento de alguns produtos devido ao prazo contratual ter expirado. O IDS foi contratado por dispensa de licitação com um contrato que contemplava 04 (quatro) produtos e com vigência de 180 (cento e oitenta) dias, prazo esse inexecutável para a quantidade de produtos, já denotando falha ao se planejar o Termo de Referência. Foi aditado inicialmente para mais 06 (seis) meses, contemplando mais 02 (dois) produtos, constando do processo administrativo o produto 05 (cinco) elaborado, entregue dois dias antes findar o prazo contratual, porém não analisado pela equipe técnica responsável pela gestão contratual.

No transcorrer do contrato e do aditivo denota-se tanto ineficiência de gestão técnica no acompanhamento da execução e aprovação dos produtos, como também um inadequado gerenciamento financeiro que ocasionou a falta de aporte de contrapartida nacional para honrar o compromisso assumido, ficando o IDS sem receber os pagamentos dos produtos elaborados e entregues, devido ter expirado novamente o prazo contratual. A UGP para solucionar o pleito, instaurou processo de reconhecimento de dívida que considerou até o produto 04 (quatro), mas que ainda não foi pago. A missão **recomenda** fortemente que os produtos entregues pela contratada (IDS) sejam analisados pelo técnico responsável para emissão de parecer de conformidade e que a UGP solicite também reconhecimento de dívida desses respectivos produtos, acompanhando a efetuação dos pagamentos pendentes, de forma a se buscar preservar o equilíbrio econômico e financeiro da mencionada prestadora dos serviços.

Torna-se imprescindível ao Projeto que haja planejamento adequado dos Termos de Referência, considerando prazos realísticos para se executar as atividades e se elaborar os produtos propostos, evitando aditivos e interrupção da execução dos serviços contratados, que afetam diretamente as metas do projeto a serem atingidas e prejudicam os resultados esperados.

Imprescindível também, que o setor financeiro tenha colaboradores com autonomia suficiente para articular as questões de contrapartida nacional em apoio à Coordenação do Projeto, junto aos órgãos competentes, considerando que um Acordo de Empréstimo tem força de Lei e de que uma boa execução e consequentemente bons resultados são extremamente positivos e necessários para estado, considerando que, por outro lado, a baixa execução de um projeto gera impedimento para se oficializar novos Acordos de Empréstimos que apoiam as metas do Governo.

Diante o exposto, a missão solicita apuração de responsabilidade sobre os fatos ocorridos e imediata comunicação ao FIDA dos resultados apurados, por meio de ofício. Por fim, a missão **recomenda** primar por um melhor planejamento dos cronogramas de execução dos Termos de Referência, estabelecendo-se prazos exequíveis, maior atenção no gerenciamento desses prazos e na execução dos serviços e que a gerência financeira se aproprie dos devidos cuidados de prever na LOA os contratos firmados e garantir que o PROCASE honre com os compromissos assumidos.

5. Plano de Ação para fortalecimento dos aspectos de Aquisições

Para o fortalecimento emergencial das aquisições do PROCASE, de forma a resolver os passivos e licitar e contratar as atividades restantes foi disponibilizado o apoio de uma equipe complementar, denominada de “força-tarefa” que foi designada pelo Secretário de Planejamento do estado com o aval do Governador.

A atuação conjunta da equipe atual do PROCASE e da força-tarefa será em função de recuperar os passivos, que são relativos aos convênios estabelecidos com Associações, cuja execução apresentou problemas e atrasos. Bem como para apoiar as novas licitações que atenderão a outras famílias beneficiárias do PROCASE.

O passivo gira em torno das dificuldades das associações com a regularização documental para acessarem os recursos disponibilizados no Banco do Brasil por meio da chave J, bem como também é relativo a dificuldades de prestação de contas de cada meta estabelecida em seus planos de trabalho, necessitando urgentemente de apoio e assessoria para regularizarem os problemas e concluírem todas as aquisições previstas em seus respectivos convênios.

Quanto às licitações e contratações que ainda faltam ser concluídas, relativas a novos Projetos Produtivos e ao Plano Emergencial mencionados no Memorando da RMT de junho/2017, foi verificado junto à UGP que é necessária a ação conjunta das equipes do PROCASE e da força-tarefa para:

- iv. O edital de Assistência Técnica nº 01/2016, que está em vias de formalização de contratos com as organizações EMATER, COOPTERA, IDS e SENAR. Relativo a esse edital a missão faz as seguintes observações:
- A EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural e o SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, classificados nos lotes 01 e 04 respectivamente deste edital 01/2016, integram o CEGIP – Comitê Gestor do PROCASE. O FIDA tem a informar que enquanto fizerem parte deste Comitê não poderão executar os serviços deste referido edital, pois configura conflito de interesses. Para que possam assumir esses contratos deverão se desligar do Comitê e a UGP deverá enviar ao FIDA cópia digitalizada desse documento antes do início dos serviços. Caso ambas as instituições optem por continuar no Comitê, a missão **recomenda** que sejam chamadas as proponentes classificadas em segundo lugar nos lotes 01 e 04 para assumir o contrato. Importante registrar que o FIDA não pode financiar ações que estejam sobre conflito de interesses.
 - O edital contempla os 90 projetos produtivos aprovados entre 2013 e 2015, com convênios já estabelecidos com os beneficiários. Esses contratos envolvem tanto a Assistência Técnica, quanto Assistência em Gestão Administrativa e Financeira para apoiar as licitações e as respectivas prestações de contas. É necessário que os integrantes dessas organizações, designados para executar os contratos do Edital 01/2016 sejam de imediato treinados pela equipe do PROCASE e pela força-tarefa, para familiarização dos procedimentos com os beneficiários, conforme preconiza o respectivo Manual, e de forma a internalizarem a situação atual do projeto e agirem com proatividade, integração e eficiência.
 - Esse edital será aditado em breve com o aporte de novas atividades e respectiva remuneração para suprir as demandas do Plano Emergencial. Oportunidade em que essas organizações contratarão mais profissionais para tratar desta nova demanda. Esse aditivo de atividades deverá ser efetivado com até 25% do valor atual de cada lote correspondente às novas atividades de assistência técnica às famílias beneficiárias do Plano Emergencial.
- v. O edital para projetos produtivos e assistência técnica de jovens, mulheres e comunidades quilombolas. Esse encontra-se em preparação pela equipe do PROCASE e será em breve revisado pela equipe FIDA para finalização e início do certame. Diante do curto tempo do projeto, a missão recomenda que as Associações beneficiárias não realizem as licitações de seus planos produtivos e que as demandas de aquisições sejam levantadas em blocos e os certames realizados pela UGP com o apoio da equipe de força-tarefa. Deve ser elaborado um adequado planejamento de recebimento e entrega desses bens e serviços aos beneficiários, para que esteja em consonância com os serviços de assistência técnica que esses beneficiários receberão.
- vi. Outras licitações (aquisições) ocorrerão no âmbito do PROCASE com o apoio da equipe de força-tarefa, relativas ao atendimento de questões do plano emergencial e de demandas correlatas acordadas com o Governador do estado, pertinentes a aquisições de dessalinizadores, tratores, kits de irrigação etc.

6. Revisão do progresso da implementação do Plano de Aquisições

O progresso de implementação do Plano de Aquisições depende do empenho que será dado pelas equipes do PROCASE e da força-tarefa nesse final de prazo de execução do Projeto.

Diante disso, a missão **recomenda** muita proatividade na elaboração dos novos Termos de Referência, estimativas de custos (orçamentos) e dos documentos pertinentes aos respectivos certames (editais etc.), além de reafirmação das parcerias com a CGE e PGE, conforme determinado pelo Governador do Estado em reunião com FIDA, de forma a agilizar essas contratações, além do empenho das equipes na adequada gestão desses contratos.

É necessário o acompanhamento conjunto da equipe atual e da equipe da força-tarefa para que seja possível lograr a execução desses serviços que serão contratados e do passivo existente com êxito e resultados positivos, considerando o curto tempo disponível em 2017 e o fato de que 2018 será ano eleitoral.

7. Sistema Nacional de Aquisições e Contratações

Aquisições e Contratações do Sistema Nacional aplicar-se-ão subsidiariamente às normas e regulamentos do FIDA. O método nacional Pregão Eletrônico e adesão de suas atas são comumente aceitos. Métodos nacionais que divergem da regra FIDA e do estabelecido no Plano de Aquisições do Projeto devem ser submetidos à consulta prévia para verificação de viabilidade e aceitação por excepcionalidade. As licitações realizadas no âmbito do PCT/PNUD seguem as regras do organismo de cooperação técnica, mas devem zelar pelo atendimento de critérios de qualidade em suas contratações, conforme preconizam as Diretrizes FIDA.

8. Cumprimento de cláusulas contratuais

A missão verificou que não houve entrega do relatório de auditoria no prazo previsto (31/06/2017) e que foram parcialmente cumpridas as seguintes cláusulas:

- v. Designação da equipe-chave, que apesar de ter profissionais exercendo as principais atribuições previstas, ainda não possui uma designação formal para algumas posições centrais conforme estabelecido no contrato de empréstimo (gerentes dos componentes 2, 3 e financeiro).
- vi. Contratação do software contábil para a gestão financeira.
- vii. Disponibilidade em quantidade e oportunidade da contrapartida e orçamento.
- viii. Não envio do POA oportunamente.

A missão registra que o Relatório de Progresso está sendo finalizado e o PAC e o POA estão sendo revisados pela UGP para adequação de novas ações ou readequação das existentes, assim como está em andamento a revisão do Manual do Projeto que é disponibilizado aos beneficiários. Assim que finalizado precisa ser encaminhado ao FIDA.

Foi verificado que é necessário melhorar a logística de guarda dos documentos provenientes dos beneficiários, instruindo as licitações e prestações de contas no mesmo processo de seu respectivo convênio e com a devida autuação.

Outro ponto identificado é que em alguns contratos não foram inseridas as Cláusulas de Combate à Fraude e à Corrupção, ou foram feitas apenas menções de seu atendimento, sem a inserção das cláusulas na íntegra, dessa forma a missão **recomenda** que seja revista a logística de instrução dos processos e a inserção das cláusulas supracitadas completas nos contratos ou nos Termos de Referência.

9. Conformidade dos processos de licitação e qualidade da documentação

No que concerne à conformidade dos processos de licitações e qualidade da documentação suporte a missão verificou que há fragilidade na forma de pontuação e avaliação de propostas de empresas e de currículos de consultores individuais licitados no âmbito do PCT/IICA. A nota de corte para contratação de consultor individual no âmbito do IICA de 40 pontos não é adequada ao regimento FIDA, que preza por melhores experiências e qualificações. **Recomendamos** ao IICA rever a questão de critérios de pontuação, tanto para seleção de empresas de consultorias, quanto para seleção de consultores individuais. Como base de critérios para pontuações das contratações de consultorias de empresas, recomenda-se adaptar o edital de Concorrência para os critérios de SQBC – Seleção Baseada na Qualidade e no Custo (ver Manual FIDA/Diretrizes) Como base de critérios para contratação de consultores individuais recomenda-se adaptar para uma nota de corte de 60 ou 70 pontos, a depender da necessidade dos serviços propostos e estabelecer pontuações para as avaliações voltadas para 70% de experiência e 30% de formação, considerando inserção de justificativa para cada pontuação, conforme Apêndice 01 a este Anexo 06.

10. Outros assuntos relevantes

Foram registradas durante a missão informações dos colaboradores a respeito de atraso no recebimento de diárias de viagens que são pagas pelo IICA. Recomenda-se acompanhamento desses casos pela Coordenação do PROCASE junto ao IICA, de forma a identificar os motivos e a buscar soluções, evitando problemas que afetem o adequado acompanhamento das atividades do Projeto em campo.

Outro ponto verificado durante a missão foi relativo à logomarca do IICA com destaque principal nas placas do PROCASE que identificam as atividades do projeto em campo. Importante registrar que as placas (assim como publicações e slides de apresentação) devem conter as logos do Governo do

estado em primeira posição, da Secretaria em segunda posição, do Projeto em terceira posição e do FIDA por último, que é o organismo financiador do Projeto.

Adendo ao Apêndice 06:

MATRIZ DE PONTUAÇÃO CONSULTOR INDIVIDUAL
USO INTERNO – NÃO PODE SER DIVULGADO ANTES DO FINAL DO PROCESSO SELETIVO

NOTA FINAL MÍNIMA PARA ACEITAÇÃO DO CANDIDATO: 70 PONTOS

NOME DO AVALIADOR:

NOME DO CONSULTOR AVALIADO:

A- CRITÉRIOS ACADÊMICOS – MÁXIMO DE 30 PONTOS¹³

CRITÉRIOS		PONTOS
1	Profissional graduado em (...).	Até 05
2	Pós-graduação em áreas de (...).	Até 05
3	Cursos de (...).	Até 10
4	Cursos de (...).	Até 05
5	Cursos voltados para (...).	Até 05
Total (máximo 30 pontos)		30

JUSTIFICATIVA PARA A PONTUAÇÃO - CRITÉRIOS ACADÊMICOS

CRITÉRIOS	
1	
2	
3	
4	
5	

B- CRITÉRIOS DE EXPERIÊNCIA – MÁXIMO DE 70 PONTOS¹⁴

CRITÉRIOS	PONTOS
-----------	--------

¹³

Orientação ao avaliador: Cabe a cada avaliador, em sua avaliação individual, distribuir os pontos, respeitando a pontuação máxima, de acordo com a adequação acadêmica do consultor à tarefa específica de consultoria, conforme descrita no Termo de Referência. Não se espera que todos os profissionais que atendam aos requisitos mínimos recebam a mesma pontuação, mas sim que o avaliador atribua a melhor nota ao melhor candidato, considerando a relevância do currículo do consultor frente ao serviço de consultoria proposto e avaliando aspectos tais como a área de formação, a instituição de formação, etc. Notas sucessivamente e proporcionalmente inferiores são atribuídas aos demais candidatos. É importante observar que melhor nota não significa pontuação máxima, mas sim a maior nota entre os candidatos, a qual pode ou não atingir a pontuação máxima disponível.

¹⁴

Orientação ao avaliador: Cabe a cada avaliador, em sua avaliação individual, distribuir os pontos, respeitando a pontuação máxima, de acordo com a adequação da experiência do consultor à tarefa específica de consultoria, conforme descrita no Termo de Referência. Não se espera que todos os profissionais que atendam aos requisitos mínimos recebam a mesma pontuação, mas sim que o avaliador atribua a melhor nota ao melhor candidato, considerando a relevância do currículo do consultor frente ao serviço de consultoria proposto e avaliando aspectos tais como a área de experiência, o tempo de experiência, etc. Notas sucessivamente e proporcionalmente inferiores são atribuídas aos demais candidatos. É importante observar que melhor nota não significa pontuação máxima, mas sim a maior nota entre os candidatos, a qual pode ou não atingir a pontuação máxima disponível.

1	Experiência profissional mínima de 03 (três) anos atuando em (...).	Até 5
2	Experiência em (...).	Até 30
3	Experiência em (...).	Até 10
4	Experiência com (...).	Até 15
5	Experiência em (...).	Até 10
Total (máximo 70 pontos)		70

JUSTIFICATIVA PARA A PONTUAÇÃO - CRITÉRIOS DE EXPERIÊNCIA

CRITÉRIOS	
1	
2	
3	
4	
5	

Apêndice 7 - Gestão do conhecimento: aprendizagem e inovação

1. Introdução

O desenho original do Projeto prevê que cabe à unidade de M&A desenvolver uma estratégia de gestão da informação e comunicação (ou seja, de Gestão do Conhecimento – GC) articulada com os seus principais objetivos. Esta estratégia tinha como objetivos, contribuir para: (a) melhorar o acesso dos beneficiários às informações técnicas, econômicas e institucionais, visando o aperfeiçoamento da capacidade produtiva, organizacional e inserção ao mercado dos mesmos; (b) desenvolver o aprendizado institucional para aperfeiçoar o desenho de políticas e instrumentos de desenvolvimento.

Para buscar atender estes objetivos o desenho incluiu um espectro bastante amplo de atividades relacionadas à gestão do conhecimento, entre as quais destacaremos: i) a montagem e o funcionamento de um sistema de monitoramento e avaliação que deveria acompanhar a implementação e analisar os resultados do projeto; ii) a realização de visitas de intercâmbio, em particular visitas de campo, entre projetos e outros participantes interessados (*stakeholders*); iii) a elaboração de estudos de caso e sistematização de experiências bem sucedidas de desenvolvimento nas condições do semiárido; iv) definição de consórcios temáticos e/ou territorial e realização de reuniões de trabalho sobre questões relevantes relacionadas ao desenvolvimento da região semiárida; v) desenvolvimento de material de comunicação específico para disseminar as boas práticas e melhores histórias entre os beneficiários e outros participantes do Projeto e para “armazenar a memória do Projeto”.

Dando continuidade ao que foi visto durante a Revisão do Meio Termo, a presente supervisão se debruçou sobre o tema da Gestão do Conhecimento. Considerando que o trabalho de difusão e comunicação faz parte da ideia mais ampla de circulação da informação e do conhecimento, trataremos o tema da difusão em primeiro lugar, para depois abordar outros aspectos da GC.

2. As atividades de difusão

Neste contexto mais amplo da GC, as ações de difusão do PROCASE foram as que mais se desenvolveram.

A Revisão de Meio Termo já destacou que tinha havido avanços em termos da comunicação e difusão do PROCASE, a começar pela difusão inicial feita nos 56 municípios a sua área de intervenção. Entre 2013 e 2016, as ações de divulgação do Projeto e de mobilização foram realizadas de forma direta nesta área de abrangência, inclusive via o Orçamento Participativo, a fim de dar ampla visibilidade às ações pretendidas e buscar parcerias para a operacionalização do seu trabalho. A partir de 2015, o início da implementação de Projetos Produtivos e das ações do Plano Emergencial foi outro fator que, por si, atraiu a atenção de diversos atores sociais importantes da região. Isto pôde ser constatado no caso de várias administrações municipais, por exemplo. Este último fator foi potencializado pela atuação cada vez mais efetiva das URGP, o que tem facilitado a divulgação mais imediata das ações do Projeto nos territórios e com as comunidades.

Com a chegada de um assessor em comunicação em abril de 2015, houve avanços bastante significativos em termos de divulgação das ações e de afirmação da imagem do Projeto. O Projeto passou a ter um Boletim Informativo produzido regularmente e difundido por meio de uma lista de e-mails, destinado primordialmente à comunicação interna entre as equipes do PROCASE. Outra iniciativa a destacar foi a criação do site exclusivo do PROCASE (<http://www.procasse.pb.gov.br/>) que foi desenvolvido de acordo com a Secretaria de Comunicação Institucional (SECOM) do Governo do Estado. Dentro desta página, existe o site PROCASE Mulher. Cabe mencionar que o PROCASE já estava presente na página da SEDAP (<http://paraiba.pb.gov.br/agricultura-familiar-e-desenvolvimento-do-semiarido/procasse/>), mas que a criação da página própria permitiu ao PROCASE fazer a gestão direta das informações do Projeto, o que não era possível na página no portal do Governo. O uso da página exclusiva para o PROCASE continua sendo, de acordo com esta Missão de Supervisão, um mecanismo importante na difusão dos conteúdos trabalhados e das atividades desenvolvidas. Ao visitar a página, é possível enxergar um panorama das ações e traços metodológicos da execução. Investir na capacidade das pessoas e potencializar as mudanças sociais que ocorrem junto ao público beneficiário é, hoje, a marca da comunicação da página web do PROCASE.

Os conteúdos das duas páginas são diferenciados, sendo que a documentação oficial do Projeto (tal como o MIP ou a publicação de editais só se encontram na página SEDAP). Já na página exclusiva aparecem mais as notícias sobre as ações do PROCASE. Cabe bem indagar se não seria possível estabelecer uma conexão entre estas duas fontes de informação, já que somente uma busca bastante minuciosa leva uma pessoa a encontrar a página SEDAP. Além da página web, existe uma *Fanpage* do PROCASE (<https://www.facebook.com/procassepb/>) com mais de 1.600 seguidores. Também foram

produzidas duas reportagens em forma de vídeos¹⁵, que podem ser acessados no site exclusivo aqui mencionado. Houve, além disso, a veiculação de algumas notícias do PROCASE na mídia do estado. Por exemplo, houve uma reportagem sobre as artesãs do Cariri Ocidental veiculada pela TV Correio. Essa estratégia de utilização da linguagem audiovisual, permite tornar o conteúdo mais atrativo e acessível para o público beneficiado

Toda esta atividade se viu paralisada com a saída do assessor antes mencionado, acontecida no mês de maio do presente ano. Na segunda quinzena de julho foi contratada uma nova assessora de comunicação e a alimentação do site e da *Fanpage* do PROCASE, começou a ser feita novamente.

Pensando de maneira focada neste tema da difusão das atividades do PROCASE, a missão observou que seria importante continuar alimentando a *Fanpage* com frequência e buscar ampliar o seu número de seguidores. Viu-se que também seria oportuno continuar alimentando a página do PROCASE com informações vindas do campo, além de incluir nela alguns documentos institucionais importantes tais como o MIP, os editais lançados, etc.

3. Outras iniciativas de Gestão do Conhecimento

Cabe mencionar aqui que os esforços de difusão e comunicação comentados acima se referem mais à comunicação interna do Projeto e à divulgação daquilo que o Projeto faz para um público externo difuso. A informação transmitida é geralmente relacionada às atividades realizadas pelo PROCASE, tendo as características de uma atividade relacionada com a imagem deste.

Retomando a proposta original, que coloca como um objetivo “melhorar o acesso dos beneficiários às informações técnicas, econômicas e institucionais, visando o aperfeiçoamento da capacidade produtiva, organizacional e inserção ao mercado dos mesmos”, fica bastante claro que o PROCASE precisa ampliar a sua atuação neste domínio. Tratar-se-á, principalmente, de ampliar significativamente a vertente deste tipo de trabalho que integra o público beneficiário (e potencialmente beneficiário) nos fluxos de informação e conhecimento.

Na realidade, o PROCASE tem efetivado algumas ações neste âmbito, embora não consiga evidenciar este fato. Gostaríamos de resgatar uma iniciativa interessante que estabeleceu um diálogo entre diversos grupos de rendeiras com os quais trabalha o Projeto, como grupos de rendeiras de outros estados (Pernambuco e Sergipe). Esta iniciativa, acontecida entre 2013 e 2015, teve a participação determinante do Programa Semear. Cabe citar também a iniciativa conjunta (Procasse – Semear) do Encontro da Juventude Rural do Semiárido, realizado em 2016.

A iniciativa SEMEAR – PROCASE com os grupos de produção de renda renascença

As atividades iniciadas em 2013 para a recuperação de bens culturais Renda Renascença incluíram a busca de estratégias para enfrentar os desafios da atividade de fabricação da Renda, através de processos de reflexão, autocrítica construtiva, aprendizagem e identificação de novas oportunidades de e propostas necessárias, tanto da parte das beneficiárias do PROCASE como o Projeto Helder Camara, para fazer avançar a consolidação da arte da Renda. O trabalho inclui uma Memória (documento) que conclui com uma análise propositiva de desafios e oportunidades para a consolidação territorial. Em linha gerais, esta Memória inclui: a visualização da Renda como um patrimônio cultural e de identidade, o aproveitamento e a melhora das oportunidades de acesso ao mercado e o desenvolvimento de estratégias que permitam estimular o interesse dos jovens para que a tradição e a cultura possam ser transmitidas entre as gerações.

No entanto, os resultados de todo o esforço de sistematizar experiências, organizar uma ‘feira de conhecimentos’ e os intercâmbios entre os beneficiários, não foram implementadas em termos da adequação dos instrumentos para poder propiciar uma melhoria substancial da Renda.

Fonte: Memorando da RMT; Anexo 7 – Gestión del conocimiento: aprendizaje e innovación, dezembro de 2016

Num registro mais modesto, o PROCASE tem propiciado a realização de diversas visitas de intercâmbio entre diversos grupos com os quais trabalha, tendo dado prioridade para os grupos quilombolas e de mulheres.

¹⁵ Uma destas reportagens é sobre o PROCASE e a outra intitula-se ‘Reportagem - Mulheres PROCASE.

As iniciativas acima mencionadas foram, certamente, instrumentos que facilitaram a circulação de informação entre beneficiários do Projeto (jovens, mulheres rendeiras, grupos quilombolas e outros). Mas a hipótese básica, do ponto de vista de um trabalho de promoção do desenvolvimento, é que esta circulação de informação (que supõe-se pertinente) vai produzir uma ação nova ou vai potencializar uma ação em curso. No caso das ações do PROCASE aqui mencionadas, não há nenhuma informação sobre o efeito destas iniciativas. Naquilo que diz respeito aos intercâmbios diretos entre grupos existe até uma dificuldade, para quem não é do Projeto, de detectar a sua existência.

Finalmente tem a dimensão da oferta de informação, proveniente da ação do PROCASE, que possa circular para fora desta área (na direção dos demais projetos FIDA no Nordeste, por exemplo). Neste caso, a RMT evidenciou a ausência deste fluxo e identificou algumas questões que dificultam este tipo de fluxo de informação. Por exemplo, para poder provocar a circulação de informação que possa ser útil no contexto do desenvolvimento sustentável na região semiárida, o primeiro passo é encontrar ou identificar informação pertinente. Ou seja, identificar casos (preferivelmente de sucesso) que possam ser fonte de aprendizado para outr@s. O passo seguinte seria a formatação desta informação de maneira que possa 'viajar' com maior facilidade, por exemplo, a través da sistematização de experiências. Este trabalho de identificação e sistematização de experiências relevantes no âmbito do PROCASE ainda não começou. Esta missão de supervisão identificou alguns grupos que dão sinais de poderem constituir casos de sucesso que possam vir a ter uma atenção maior em termos de sistematização.

A sistematização de experiências exitosas ou de sucesso que apresente seus percursos metodológicos e os aprendizados obtidos, servirão de insumos para a replicação em outros territórios e nos demais projetos do FIDA, como bem lembrou a RMT. A sistematização deve ser utilizada como âncora da formação e desenvolvimento das ações para o público prioritário, em especial das mulheres, jovens e comunidades tradicionais entre outros. Neste sentido, cartilhas, cadernos, vídeos e/ou programas de rádio são instrumentos de comunicação eficazes para o público alvo.

4. Tarefas no âmbito da Gestão do Conhecimento até o término do Projeto

A RMT cobrou da equipe do PROCASE a elaboração de uma 'estratégia de GC' para o Projeto, de maneira a estabelecer uma conexão mais explícita entre as iniciativas realizadas que poderiam ter uma relação com o tema. Esta 'estratégia' também deveria lacunas ou questões a serem tratadas dentro da temática.

De fato, a equipe do Componente 1 produziu um documento chamado 'Estratégia de intervenção do Componente 1', que inclui duas páginas dedicadas ao tema de Gestão do Conhecimento. Na realidade estas páginas tentam definir os âmbitos ou temas nos quais deveria atuar uma estratégia de GC, ainda em termos bastante gerais e abstratos. Deste passo inicial até chegar a uma 'estratégia de GC' que permita identificar até as atividades a serem feitas a distância ainda é muito grande.

Dado o momento que vive o Projeto, e a urgência de realizar ações nas diversas dimensões da sua atuação, a missão entende que não seria mais o caso de investir tempo e esforços na elaboração de uma estratégia de GC. Foram sim, identificadas várias tarefas que são do domínio da GC e que deveriam ser realizadas até o final de 2018, conforme indicamos a seguir:

- (i) Alimentar diariamente *Fanpage* do PROCASE e organizar uma campanha de ampliação de seguidores desta com meta pré-estabelecida de alcance;
- (ii) Atualizar a página do PROCASE com informações advindas do campo com periodicidade semanal de cada território e incluir informações e documentos relevantes, como o MIP e outros documentos importantes para o PROCASE e o FIDA;
- (iii) Construir um banco de imagens com fotos de alta resolução das ações e do público beneficiário;
- (iv) Realizar duas sistematizações de experiências bem sucedidas do público prioritário, por meio da linguagem do audiovisual;
- (v) Multiplicar as visitas de intercâmbio entre grupos, mas buscando explicitar as finalidades principais de cada uma destas iniciativas;
- (vi) Articular, em conjunto com o novo Programa Semear Internacional (do FIDA), buscando realizar uma retroalimentação recíproca de informação e também construir algumas iniciativa conjunta de Gestão do Conhecimento.